

CONTESTADO

Florianópolis 25.05.78

"ASSIM É IMPOSSÍVEL VIVER" (O POVO)

Contestado ano I nº 4
Preço Cr\$ 5,00



nota oficial
motivo do
to-cir
e

**OPERÁRIO ROUBADO TENDO QUE TRABALHAR
MAIS PARA GANHAR MENOS** (pag. 6 e 7)

**PORQUE O GOVERNO DO ESTADO NÃO PERMITE
TODA A VERDADE SOBRE OS MILHÕES DA DICESC?**
(pag.4)

**VIOLÊNCIA POLICIAL
EM FLORIANÓPOLIS
E CRICIUMA** (pag. 9 e 11)

**MUITAS DOVIDAS AINDA
SOBRE OS INCÊNDIOS
EM JOINVILLE** (pág. 3)

O trabalhador e o Primeiro de Maio

A TV, os jornais e revistas mostraram, no mundo todo, que as comemorações do 1º de Maio foram manifestações amplas da força dos trabalhadores. Enquanto isso, no Brasil, com raras exceções, a festa de 1º de Maio foi uma festa bem comportada e oficial.

Passados alguns dias, cabe fazer uma análise do papel exercido pelos trabalhadores, e a posição que ele ocupa na atual sociedade brasileira.

Num primeiro plano, o trabalhador brasileiro tem que trabalhar, hoje, muito mais do que trabalhava ontem, para adquirir os mesmos produtos necessários à sua subsistência e de sua família.

A queda sistemática do poder de compra dos salários dos trabalhadores impõe sacrifícios crescentes à classe. E o tempo que ele tem que trabalhar a mais é tempo roubado ao convívio com sua família, ao lazer, e ao questionamento de sua própria situação.

O regime que se instalou entre nós, em 1964, é nitidamente contra os trabalhadores. Há um esforço consciente e deliberado para afastar o trabalhador da discussão política, e da participação nos destinos de sociedade — que são afinal o seu próprio destino.

Há um indisfarçável empenho, por parte dos detentores do poder econômico e político, de manter os trabalhadores numa situação de alienação, desinteresse e fatalismo, em relação às suas próprias condições de vida.

O trabalhador é levado, sem perceber, através da propaganda dos meios de comunicação de massa, e por favor dos atos e leis de exceção, a ter maior interesse pela melhor escalação da seleção nacional de futebol, pelas tramas da novela das oito, e pelo humor vazio de crítica dos programas de televisão.

Isso tudo em prejuízo de discutir sua própria condição de vida, a situação de seu sindicato, a situação política do seu país, a promoção de sua própria ascensão social e política. Veja-se a questão dos sindicatos. A concepção de sindicato que é imposta aos trabalhadores é a de um órgão assistencial e paternalista, conduzido por dirigentes submissos — os pelegos.

O sindicato não é, pois, o órgão de representação dos trabalhadores, independente, combativo, reivindicatório, e significativo de real força de cada categoria.

De outro lado, uma das faces mais evidentes do regime é a da marginalização dos trabalhadores naquilo

em que eles são o principal artífice, a renda e a riqueza nacional. O regime instalou no País uma estrutura perversa de distribuição da renda e da riqueza, que privilegia uma minoria, em prejuízo da grande maioria dos brasileiros — justamente os trabalhadores.

Os trabalhadores estão, também, marginalizados politicamente. A classe obreira é levada a ver na política um simples jogo de interesses pessoais — quando na verdade são decisões políticas que fazem os caminhos da sociedade brasileira, e determinam os destinos da classe trabalhadora.

Além disso, o regime dispõe de um formidável arsenal de leis de exceção, que consagram o arbitrio, e que está voltado sobretudo contra os interesses da classe trabalhadora.

O regime não quer que o trabalhador discuta a sua própria situação, nem quer que se organizem as classes trabalhadoras, senão em sindicatos atrelados ao Governo. Nem quer que elas participem da política, senão como espectadores passivos.

Mas o quadro começa a mudar. Depois de 14 anos de marginalização, os trabalhadores brasileiros — pelas suas vozes mais conseqüentes — começam a reagir e resistir contra a dominação que lhes é imposta.

Começa a entender a classe obreira, cada vez mais, o valor e o peso das liberdades democráticas — e se juntam a outros setores da nacionalidade, que lutam pela democracia, pela volta ao estado de direito.

Querem reivindicar em liberdade, querem discutir livremente suas condições de vida, querem influir das fórmulas de determinação dos seus salários, aspiram liberdade de reunião e associação, desejam escolher seus governantes.

Querem sindicatos livres, autônomos do controle oficial, aspiram negociar diretamente com seus patrões os níveis de seus salários, desejam ver o direito de greve reconhecido.

Percebem, cada vez mais, a ligação existente entre a questão das liberdades formais — o estado de direito, a Constituição, o habeas-corpus, a democracia — e a questão das suas condições de vida.

Por isso tudo é possível prever que nos primeiros de maio do futuro o trabalhador saia nas ruas para comemorar — de fato — o seu dia. Mas ele mesmo, por sua própria disposição, pela sua própria consciência de classe, participante e senhor do seu destino.

A capitania novo tem donatário

A indicação do sr. Jorge Konder Bornhausen ao governo do estado é um contra-senso. Bornhausen foi escolhido sem um mínimo de participação popular, sem jamais, durante toda sua vida ter recebido um voto popular.

Que arinidade o futuro interventor pode ter com os interesses populares? Se ele chegou ao Poder através de um processo antidemocrático e antipopular, escolhido por um grupo reduziíssimo de poder, lotado à distância, com uma visão longínqua do estado de Santa Catarina?

O povo de Santa Catarina nada tem a esperar dessa escolha, afastada dos seus interesses e aspirações, representante só e apenas de uma das oligarquias que governaram este estado ao longo de todo este século.

É como se tivéssemos voltado aos tempos do absolutismo e da monarquia, ou como já se assinalou, das capitánias hereditárias — há que se ter uma ascendência "nobre", há que se pertencer a uma determinada família, há que se ter um certo sobrenome para se ter o direito de dirigir todos os catarinenses.

Foi, enfim, mais uma manifestação do regime autoritário, que tem horror ao voto, popular, porque o povo, embora saiba trabalhar, embora seja o principal agente da riqueza nacional, embora seja capaz de pagar impostos, "nãotem capacidade", entretanto, "de escolher seus governantes".

A História fará um juízo rigoroso do escopo dos adesistas e dos responsáveis pela escolha. Até porque este novo "pacote" de abril repudiado desde hoje por todos os setores da sociedade brasileira que se manifestam, em alto clamor, pela democracia, pelas liberdades democráticas, pelo retorno ao estado de direito: esse processo fechado e aristocrático de escolha já atingiu seu ponto de exaustão, e só é tolerado por quem dele se beneficia.

EXPEDIENTE

CONTESTADO é uma publicação da Empresa jornalística Tupiniquim Ltda. administração e redação à rua Conselheiro Mafra 96 — Edifício Jaqueline — conjunto 308 — Florianópolis SC. Redação e colaboradores: Agenor Brighenti, Fernando Barros, Flávio Fernandes, Ivam Maranhão, Luiz Carlos Espindola, Lorival Bento, Rivaldo Souza, Luiz Carlos Cancellier, Margarete Grandó, Nelson Wedekin, Paulo Roberto Silva, Arlete Liberari W., Jairo Schimidt, Rógerio Texeira Figueredo, Sergio Grandó, Sergio Uliano, Vera Costa, Carlos Miguel Torres, Marcio, Carlos Damião Martins, Osvaldo Poeta, Valdir Alves. Jornalista responsável — Leticia Pasqualini.

Diagramador — Clóvis Paschoal Medeiros
Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. Os não assinados são de responsabilidade do Conselho Editorial: Luiz Carlos Cancellier, Nelson Wedekin, Sergio Uliano e Valdir Alves.

CARTAS

"... Darem uma sacudida neste governo, que tem demonstrado ser totalmente contra o magistério..."
(Lázaro Marcos, Lages).

O Lázaro, contrário é apelido. Ele tem mesmo é horror à educação. Aliás, estamos preparando uma matéria sobre esta questão.

...

"... pelo, empreendimento arrojado e de certo ponto oportuno idealizado por sua equipe, o qual seja, dotar Santa Catarina de um órgão de imprensa livre e independente sem qualquer



vinculação com a situação." (Ademar de Oliveira, presidente do MDB de Ilhota).

Com a situação realmente nada temos. Quer dizer, a nossa intenção é mudá-la. E contribuir no processo de transformação. E para tanto, precisamos engrossar as fileiras, do CONTESTADO, dos movimentos pela anistia — ampla geral e irrestrita — enfim, engrossar as fileiras das oposições brasileiras.

...

"Os missionários, antropólogos, estudiosos da questão indígena e in-

tegrante da Associação de apoio ao Índio (Anai)... sentem-se no dever de declarar que os Povos Indígenas na Região Sul estão sujeitos a uma dominação física e cultural..."

Recebemos as conclusões da Assembleia do CIMI, realizada em Chapecó, e o Informativo dos Índios e Missionários do Sul do Brasil, LUTA INDÍGENA. Uma de nossas preocupações para as próximas publicações é abordar a lamentável situação dos índios. Para tanto contamos com a colaboração de todos aqueles que vêm participando da luta das minorias oprimidas.

O fogo apagou mas a fumaça continua.



As muitas dúvidas e as muitas contradições que ainda persistem nos incêndios de Joinville.

Antônio Nunes, funcionário de uma fábrica de esquadrias, de Joinville, foi acordado por "ruído de pessoas". Em seguida, dirigiu-se ao local de onde vinha o barulho e viu o depósito da empresa começando a pegar fogo em três cantos. Um vizinho disse que menos de um minuto antes de ser dado o alarme ouviu passar e viu duas pessoas correndo". Isto ocorreu na madrugada de sexta-feira, dia 14 de abril.

Em seguida, a Secretaria de Segurança e Informações, mesmo antes de concluído o inquérito policial, distribuiu nota oficial informando que o motivo do incêndio foi um curto-circuito — "quaisquer outras versões sobre a ocorrência não passam de especulações, carecendo de fundamento".

Assim como prontamente afastou qualquer possibilidade desde incêndio ter sido criminoso, a SSI já havia procedido da mesma maneira em meados do mês passado, quando várias pessoas tentaram invadir e incendiar a Joalheria Kohler, no centro da cidade. Faziam quatro dias que a Prefeitura havia suspenso o estado de emergência que decretaria em dezembro, no auge dos atentados criminosos que somaram 24, de outubro do ano passado até janeiro de 78.

O atentado à Joalheria foi considerado um simples ato de vandalismo. Aliás, foi assim que a Polícia considerou, oficialmente, todos os incêndios ocorridos, embora ainda existam 10 sem esclarecimentos.

Esta certeza conflita fron-

taimemente com o inquérito instaurado pela própria polícia estadual. Depois de deter 1.720 pessoas, foi apontado como principal responsável o motorista de táxi Valério Galvan, 54 anos que teria pago, com dinheiro recebido de terceiros a outras 18 pessoas (entre elas oito menores) para executarem os atos criminosos.

Que marginal teria dinheiro para pagar a outras pessoas botarem fogo em colégios, empresas, igrejas, clubes etc, para simplesmente divertir-se?

Se a Polícia concluiu que os atos foram de vandalismo, porque então existe o inquérito dizendo que Galvan pagava aos outros, se o próprio motorista e seu advogado, Adriano Morelli, negam esta versão?

Morelli: "Para mim ele confessou à base do pau. Obrigaram-no a confessar da maneira como a polícia queria. Ele apanhou muito, sofreu as piores torturas. Esteve 60 dias preso. Um menor, na frente do juiz, disse que estava pisado (tinha várias marcas em todo o corpo) porque caiu de uma bicicleta. Ele estava com medo de apanhar mais ainda se dissesse a verdade".

A hipótese de terrorismo afastada pela SSI é a única que realmente não tem amparo. Caso houvesse suspeita disso, o Exército não teria ficado à margem do problema. O próprio inquérito, já nas mãos da Auditoria Militar, para apurar a tentativa de invasão do 62º Batalhão de Infantaria, ocorrida em meados de

janeiro, não acusa nenhuma relação entre este fato e os incêndios.

Agora, pergunta-se: o que levou a SSI concluir o caso, com 10 incêndios ainda carecendo de esclarecimentos? Por que todos os incêndios ocorridos em Joinville, depois da conclusão oficial, não podem ser considerados criminosos, mesmo havendo indícios disso?

Muitas dúvidas ainda pairam no ar calmo de Joinville. Mas no íntimo das pessoas, ou nas rodas de café, surge uma indagação: quem teve dinheiro suficiente para incendiar mais de duas dezenas de prédios — porque houve pagamento para isto — não teria também influência suficiente para fazer a polícia esquecer o caso?

Drama social: os inativos da previdência

Eles trabalharam e produziram riquezas. Eles trabalharam até o momento que um acidente lhes amputou a capacidade física. Eles são os inativos, condenados a salários miseráveis que não atingem sequer o mínimo. E nestas circunstâncias são obrigados a se submeter a outros empregos onde são explorados duplamente: sem direito a férias, décimo-terceiro, fundo de garantia, ou qualquer outro benefício previsto em lei.

"Nóis operários sêmo igual uma laranja, enquanto tem suco a firma espreme, quando não tem mais suco joga no lixo". Assim, com muita propriedade se exprimia um dos milhares de inativos existentes hoje, condenados a salários insignificantes que não atingem a miséria de um salário mínimo.

E diante desta situação outra alternativa não resta, senão procurar uma outra fonte de rendimento e aceitar qualquer tipo de exploração dos patrões, que diante da con-

dição de inativo, não pagam o décimo terceiro salário, férias, não dão folgas, ou qualquer outra regalia prevista em lei. A própria Delegacia Regional do Trabalho (aparentemente criada para defender os interesses dos trabalhadores), se tomar conhecimento de que algum inativo esteja trabalhando, lhe caca os direitos a este rendimento.

É DIFÍCIL VIVER ASSIM

Em 1962, uma explosão de dinamite atinge o rosto de um

operário no interior de uma mina de carvão. Daí é levado para um hospital em Porto Alegre onde fica internado durante oito meses. Ao final é trazido de volta para casa com a visão totalmente perdida. "A firma me soltou lá dentro do hospital e até hoje...".

Seu Belonir Domingos Pessoa, casado, pai de sete filhos e recebendo atualmente 940 cruzeiros do Inps, mesmo sem ter as duas vistas é muitas vezes obrigado a trabalhar junto com a esposa e mais três filhos menores de 15, 13 e 12 anos, numa pedreira, a Coque Catarinense, que produz tijolos refratários.

"Quando a coisa aperta muito eu também ajudo a mulher porque o serviço não é muito difícil. E pegar a pedra e jogar numa peneira". Seu Belonir e família trabalham por empreitada ganhando Cr\$ 30,00 por tonelada de pedra preparada. "Nós tiremo umas cinco toneladas por dia. E tem dia que o corpo da gente fica com enchofre por cima".

E como o Seu Belonir tem muitos outros. Ele mesmo afirma: "Há muitos aciden-

tados recebendo do Inps. Tem gente aí com a espinha toda torta e tendo que se submeter à mesma sorte". Entretanto, a maioria deles, pela própria situação, procuram serviços mais leves. Antônio Carlos, por exemplo, trabalha num bar fazendo o expediente noturno, e até o momento não teve uma folga sequer. "O patrão sabe que não posso reclamar no Ministério do Trabalho, pois o inativo não tem o direito de um trabalhador comum". Muito pelo contrário, eles nada podem reclamar. Principal motivo da preferência de certas empresas para este tipo de pessoas, pois sabem os patrões que podem explorá-los à vontade, porque eles não têm a proteção da lei e, em segundo lugar, porque ficam desemcumbidos das obrigações fiscais, como Inps, PIS, Fgts e tudo mais.

"Existe mesmo a idéia — comentava um outro inativo — de que perdemos a condição de pessoa humana. Pagam um salário que não permite sequer a gente a comer e, quando procuramos fazer al-

gum bico, ainda temos a lei contra nós". E não apenas as condições de pessoas humanas, até mesmo os direitos de cidadãos parecem desaparecer. O Seu Belonir Domingos Pessoa é quem diz — "Eu tinha um seguro de vida, mas não recebi nada. Nem sei com tá. Eu dava a metade para um advogado me arrumar isto".

"É muito difícil viver assim", garante Antônio Carlos, enquanto arruma o balcão do bar. "Eu trabalho aqui há oito meses e nunca tive uma folga e ainda não posso reclamar. Mas sou obrigado a trabalhar para sustentar a família, pois como inativo ganho apenas Cr\$ 940,00 mensais e isto não dá nem para a comida. Eu tive que me aposentar porque sofri um acidente na mina e hoje estou nesta situação".

E se por acaso aparecer por aqui um fiscal do Inps? "Bem — respondeu Antônio Carlos — quando eu entrei para trabalhar aqui o patrão me disse que se chegasse um fiscal era para dizer que sou um parente e só vim hoje porque ele está doente".

As muitas dúvidas sobre os milhões da Dicesc

DICESC. Durante um ano e meio — o tempo de sua existência — foi uma sigla das mais poderosas do atual governo de Santa Catarina. Sua função: realizar todo o trabalho de divulgação e comunicação de todos os órgãos de Governo. Nela centralizavam todas as polpudas verbas da propaganda governamental.

Mas, acima de tudo, foi na DICESC que se acumulou uma série interminável de episódios mal-explicados, que envolvem desde a suspeita compra de uma emissora de televisão e de um jornal diário, até o esbanjamento inútil de formidáveis quantias do dinheiro público.

A DICESC — Companhia de Divulgação e Comunicação do Estado de Santa Catarina era uma empresa de economia mista, criada em 1975, com a atribuição de centralizar todo o trabalho de publicidade e relações-públicas da área do Governo estadual. Imediatamente transformou-se num superorganismo que, no curto período de sua existência e funcionamento, chegou a ter 114 funcionários.

A DICESC celebrava convênios com secretarias e órgãos de governo, como se fosse uma agência de propaganda oficial. Depois, encomendava campanhas e contratava serviços junto a agências publicitárias particulares, e veiculava mensagens nas rádios, TVs e jornais catarinenses.

De acordo com o deputado Valdir Buzato, do MDB, a DICESC firmou convênios de ordem de 46 milhões de cruzeiros, enquanto existiu. Esse valor se refere apenas a convênios publicados no Diário Oficial.

As mensagens publicitárias eram distribuídas sem concorrência ou licitação pública. Os critérios de distribuição das verbas eram pessoais, dos diretores da DICESC.

Negócio Suspeito

Presidiu o órgão, durante sua existência, Flávio de Almeida Coelho, que tinha vindo da TV-Coligadas e do Jornal de Santa Catarina. Segundo Buzato, foram justamente esses dois veículos os que receberam o quinhão mais

A DICESC, enquanto durou, foi um rosário de episódios obscuros e mal-explicados — como o envolvimento do órgão com a troca de donos da TV-Coligadas e do Jornal de Santa Catarina, e como o gasto de muitos milhões do dinheiro público, em propaganda oficial. Mas permanecem até hoje, cerca de um ano depois do encerramento de suas atividades, muitas dúvidas e muitas perguntas sem respostas sobre a DICESC: O Governo e a Arena impediram com manobras de toda espécie que a opinião pública conhecesse toda a verdade sobre o assunto.

gordo das verbas da DICESC. Durante o funcionamento da DICESC a TV-Coligadas e o Jornal de Santa Catarina trocaram de donos. Entre os novos proprietários figuram os irmãos Paulo e Jorge Konder Bornhausen.

De Bornhausen aparecem com uma participação societária pouco expressiva, na constituição da empresa dos novos proprietários. Mas é o deputado Buzato quem assegura que essa participação não é menor, na realidade, do que 33%.

A TV-Coligadas e o Jornal de Santa Catarina tiveram um papel estratégico na escalada de Jorge K. Bornhausen ao governo do Estado. Os dois veículos deram ampla cobertura para a candidatura Bornhausen. Tão amplo e ostensivo foi o apoio de ambos que se chegou a suscitar a infração da lei que não permite propaganda eleitoral fora da época própria.

Enquanto o JSC e a TV-Coligadas eram compradas, a DICESC privilegiava o novo grupo com os melhores contratos. Assim as prestações da compra eram cobertas pelos convênios da DICESC. O dinheiro

público servia a uma negociante particular, como suspeita o deputado Buzato, e como é comentário corrente nos meios políticos e de imprensa de S.Catarina.

Silenciando a Imprensa

A DICESC, no interim, como manipuladora toda poderosa das verbas de propaganda oficial, utilizava sua imensa força e poderio para silenciar órgãos de imprensa e jornalistas mais flexíveis. O jornal, a rádio ou tevê que ousasse uma atitude de independência em relação ao governo estadual eram imediatamente suprimidos da lista das verbas oficiais.

Importante assinalar ainda, que mesmo com a DICESC, todas as secretarias e principais órgãos de governo continuaram com suas assessorias de imprensa. O próprio palácio tinha uma assessoria de imprensa. O próprio governo tinha uma Secretaria de Imprensa. Nascida embora para



centralizar a publicidade e a divulgação oficial, a DICESC acabou só produzindo um aumento expressivo dos discutíveis gastos públicos com propaganda.

"COMPACTAÇÃO"

Com a pressão de parlamentares da Oposição, e de setores da opinião pública, escandalizada com o volume dos gastos, com os discutíveis critérios de distribuição das verbas, com o poder crescente da DICESC, e com o negócio — ou negociata — que fez mudar de mãos a TV-Coligadas e o JSC, o Governo Es-

tadual resolveu promover a chamada "compactação", uma medida que aglutinava diversos setores — principalmente de divulgação — para reduzir os custos governamentais. Foi extinta, então, a DICESC e a Secretaria de Imprensa, e os seus diretores — todos com salários superiores a 30 mil cruzeiros — acabaram sendo reaproveitados em outros cargos públicos bem remunerados. Só os funcionários de escalão inferior perderam seus empregos, chegando a ter dificuldades, depois, para receber salários e direitos trabalhistas. O presidente da DICESC, Flávio de Almeida Coelho, por sua vez, voltou de onde viera — a TV Coligadas e o JSC, onde até hoje se encontra.

As manobras do governo para impedir a verdade sobre a DICESC

Durante sua existência, e após a "compactação", a oposição emedebista na Assembléia tentou diversas medidas para investigar mais a fundo as irregularidades da DICESC, principalmente as suas estreitas relações com a TV-Coligadas e o JSC.

Primeiro, foram duas interpelações judiciais que, ou simplesmente não obtiveram resposta, ou foram respostas evasivas, que nada esclareciam sobre salários de diretores, critérios de preços e distribuição das verbas, etc, como assinala Valdir Buzato.

Adiante, o próprio MDB pediu a constituição de

uma CPI, com a finalidade de esclarecer toda a verdade sobre a DICESC, em agosto de 1976. A Arena e o Governo Estadual opuseram toda sorte de obstáculos e manobras para impedir a instalação da CPI até que o presidente da Assembléia, num gesto unilateral, declarou a decorrência de prazo (180 dias, pela Constituição) da CPI e sua conseqüente extinção.

A CPI foi, enfim, extinta, sem sequer ter feito uma reunião, sem ter analisado um só documento, ou interpelado um só diretor ou funcionário da DICESC. O Governador Konder Reis avaliou pessoalmente es-

sa decisão, quando deveria ser o primeiro — ele que anda de Corcel a pretexto de poupar gasolina e o dinheiro público — a exigir o esclarecimento de tantos episódios mal explicados, e que envolvem tão ponderáveis somas da verba pública.

O MDB, através do seu presidente e do deputado V. Buzato, impetrou mandado de segurança contra a decisão do presidente da Assembléia, pedindo a restauração do prazo, uma vez que a CPI não se instalou simplesmente porque a Arena não permitiu.

Enquanto isso, a mesma Arena apresentava diver-

sos projetos de CPI para ocupar o espaço da CPI da DICESC — só podem funcionar 5 CPis de cada vez.

Entre os projetos da Arena, constam CPis tão inócuas e inconseqüentes como: CPI para analisar a queda da produção do milho pela estiagem; CPI para analisar a proibição do MCE para a importação da carne desossada, etc.

O episódio DICESC mostra bem como é o interesse dos governos, nos regimes de exceção, de subordinar e submeter inteiramente os meios de comunicação a sua própria vontade, e a seu próprio e exclusivo ser-

vico.

Mostra mais, as contradições de um regime que disse ter vindo para combater a corrupção, mas que se esquia, por todos os meios, legais e ilegais, de investigar episódios obscuros ocorridos dentro de sua própria administração, como é o caso da DICESC.

E finalmente, mostra uma vez mais a necessidade de se lutar por uma imprensa independente, realmente voltada para as aspirações populares, e que os governos discriminatórios e autoritários querem sufocar, a qualquer custo.

Cresce a confiança dos sertanejos

Por Sergio Ullano

A carnificina de Taquaruçu, criou grande indignação junto às camadas inferiores em toda a região contestada. Em consequência, dezenas de outros redutos formavam-se, desde Lages, Curitiba, Campos Novos, Caçador, Palma, Porto União da Vitória, Canoinhas, Catanduvas, e outros, numa área que compreendia 28.000 km². Caraguatá, era agora o reduto mais importante. Importava por destruí-lo. Para tanto, as classes dominantes mobilizaram um contingente militar ainda maior que aquele que destruiu Taquaruçu um mês antes.

Em março de 1914, tropas militares bem armadas marcham em direção a Caraguatá. Inesperadamente, a retaguarda da tropa foi atacada por tiros de fuzis. A marcha, porém, continuou. Mais adiante, soldados avistaram algumas mulheres que correm para o mato. Muitos soldados (famintos), não resistiram e seguiram as mulheres. Não eram porém mulheres; mas sim sertanejos travestidos, que em esperas astutas, mataram os soldados a facção. (Este fato é uma advertência muito séria para aqueles que dizem que o povo é burro e nada sabe fazer). Mais adiante a tropa foi surpreendida por uma ofensiva de tiros paridos do interior da floresta, colocando os militares em pânico, que batem em retirada com elevado número de baixas.

"O que vale na luta é a sabedoria e não a coragem".

"A gente tem que abrigar-se, defender-se na luta, atrás de pau, atrás de pedra".

"Quem entende vence os bem mais fortes" (frases dos sertanejos sobre a guerra).

Do lado sertanejo, prevaleceu a tática da guerrilha. Um militar que participou do conflito observa: "Eles não enfrentavam senão quando certas condições os facilitassem ou forçassem a tanto. (...) Enquanto cada disparo isolado de bacamarte alijava um soldado de forma, os feixes dos projéteis das descargas serradas da tropa tinham como para-balas os troncos seculares das imbulases e dos pinheiros. Era um singular sistema de lutas em que o fraco ia vencendo o forte". (D. Peixoto O.C.T.) O general Setembrino de Carvalho observa também: "Chegam à noite aproximando-se cautelosamente da linha exterior dos estacionamentos, estendem-se em atiradores e rompem o fogo que não raro dura até o amanhecer; e para simularem maior número de guerrilheiros, acartam consigo os adolescentes, que dispõem ao modo de uma reserva, cujo destino único consiste em gritar desesperadamente vivas a S. Sebastião e S. João Maria e morras aos PELUDOS. Se reconhecem porém sua esmagadora superioridade (...) investem com firmeza..."

Os sertanejos souberam organizar também um bem montado serviço de espionagem. O que modernamente conhecemos por espião, o caboclo denominava BOMBEIRO. O caboclo disfarçado da maior inocência e humildade possível, visitava os acampamentos inimigos onde arrancavam importantes informações de ordem militar. Sobre os bombeiros, Demerval Peixoto ainda depõe: "Os mais espertos comandantes de tropa não conseguiram descobrir na humildade dos tabaréus apresentados ou arrendidos, a requintada farsa dos espíões, as maneiras tão bem estudadas e melhor desempenhadas". Vejam até onde vai a sabedoria popular, quando o povo se põe em marcha. O nacionalista Osny Duarte Pereira, lança-nos a indagação: "Como explicar que gente tão humilde, tão pobre, tão ignorante, tão primitiva tenha enfrentado forças tão poderosas (...) transformando o fraco em forte, o rígido em flexível, preparando suas próprias armas instituindo seus hospitais de sangue, sua disciplina na guerrilha, sua organização de retaguarda e abastecimento, enfim toda a estrutura de uma nação em guerra".

"Está em abandono a zona infestada pelos fanáticos, havendo falta de garantias individuais e para as propriedades" (telegrama de uma empresa estrangeira ao governo).

Após a vitória em Caraguatá, os sertanejos aumentaram ainda mais a confiança em si. Esta confiança, se fazia acompanhar da esperança em dias melhores. Para atingir tal objetivo, porém, sabiam que era preciso lutar, lutar e vencer. Assim, se organizaram segundo sua capacidade e consciência política.

Primeiramente, transferiram o reduto-mor, de Caraguatá mais para o interior, onde teriam maior segurança. Em seguida tentaram centralizar a administração da guerra, fazendo com que os outros redutos seguissem a orientação do reduto-mor. E por fim no comando geral do reduto-mor, foi posto um ex-possessor, Chiquinho Alonso, moço, destemido, inteligente e que demonstrou grande capacidade estratégica na condução da guerra. Com Chiquinho Alonso no comando, os sertanejos passaram à ofensiva.

Coincidiu também que por esta época, terminou a construção da estrada de ferro entre União da Vitória e São Francisco, no litoral catarinense. Com isto, mais de mil trabalhadores ficaram desempregados e aderiram à revolução em massa.

Em princípio de agosto de 1914, Chiquinho Alonso expediu ordens, para que todos os moradores da região se recolhessem aos redutos. O prazo para esta mudança, espiraria em 1º de setembro. A partir daí, quem fosse encontrado fora dos redutos, seria considerado "peido", que no linguajar sertanejo era sinônimo de rico e portanto inimigo. Com isto, os redutos

voltaram a se multiplicar e crescer.

A população nos redutos, variava de 150 a 5 mil pessoas. Eram formados geralmente em meio às florestas. As casas em sua maioria, eram bastante simples. Todos os redutos possuíam um bem montado esquema de segurança, com postos de guardas a distâncias convenientemente determinadas.

A 1º de setembro, conforme havia anunciado o líder Chiquinho Alonso, tem início a grande ofensiva cabocla. Os locais prioritariamente atacados, eram: as estações da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, as sedes das grandes fazendas, as serrarias das empresas estrangeiras, as colônias européias de povoamento, e as vilas e cidades que não haviam aderido à causa dos sertanejos, além dos destacamentos militares sediados na região.

Conforme justa observação do escritor brasileiro Osny Duarte Pereira, a região do planalto norte catarinense desde União da Vitória até Rio Negro, tendo Canoinhas como centro nervoso, foi onde a guerra assumiu níveis mais elevados e violentos. Era também a região onde a ação das empresas estrangeiras se fazia sentir de forma mais clara, mais brutal e mais cruel. Ali os caboclos eram expulsos de suas terras, em seguida as empresas estrangeiras tiravam a madeira, que esportavam já serrada através do porto de São Francisco, dividindo depois as terras em pequenos lotes que eram vendidos a colonos europeus, criando-se desta forma várias colônias de povoamento. Numa carta manchada de sangue, encontrada no bolso de um sertanejo morto em combate, lê-se: "Nós não tem direito de terras, tudo é para as gentes da Oropa".

De imediato, os caboclos atacaram Papanduva e Itaiópolis, que dominaram com facilidade. A 5 de setembro, atacaram Calmon — a mais conhecida estação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Ali uma poderosa empresa estrangeira, SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY possuía uma serraria, depósitos de madeira e muitas casas. Tudo isto foi destruído pelo fogo. Em seguida atacaram a estação São João, onde os sertanejos mataram todos os homens que lhes fizeram frente. Neste ataque um sertanejo deixou escrito a lápis na porta de uma bodega: "...O governo da República toca os filhos brasileiros dos terrenos que pertencem à nação e vende para os estrangeiros, nós agora estamos dispostos a fazer prevalecer os nossos direitos". (Demerval Peixoto — Campanha do Contestado) Poço Preto, localidade que sediava outra serraria de empresa estrangeira também foi atacada e destruída. A cidade de Canoinhas, dominada pelo "coronel" Manoel Tomaz Vieira, era atacada quase todas as noites por contingentes sertanejos que no entanto não conseguiram dominá-la. As sedes das grandes fazendas, uma a uma foram quase todas incendiadas. Os grandes proprietários quando presos com vida eram levados para os redutos lá julgados, cuja sentença em sua maioria era a execução. Outras vilas e povoados, como: Iracema, Salssiro, Corisco, Vila Nova do Timbó, Timbozinho, etc., foram atacadas e total ou parcialmente destruídas.

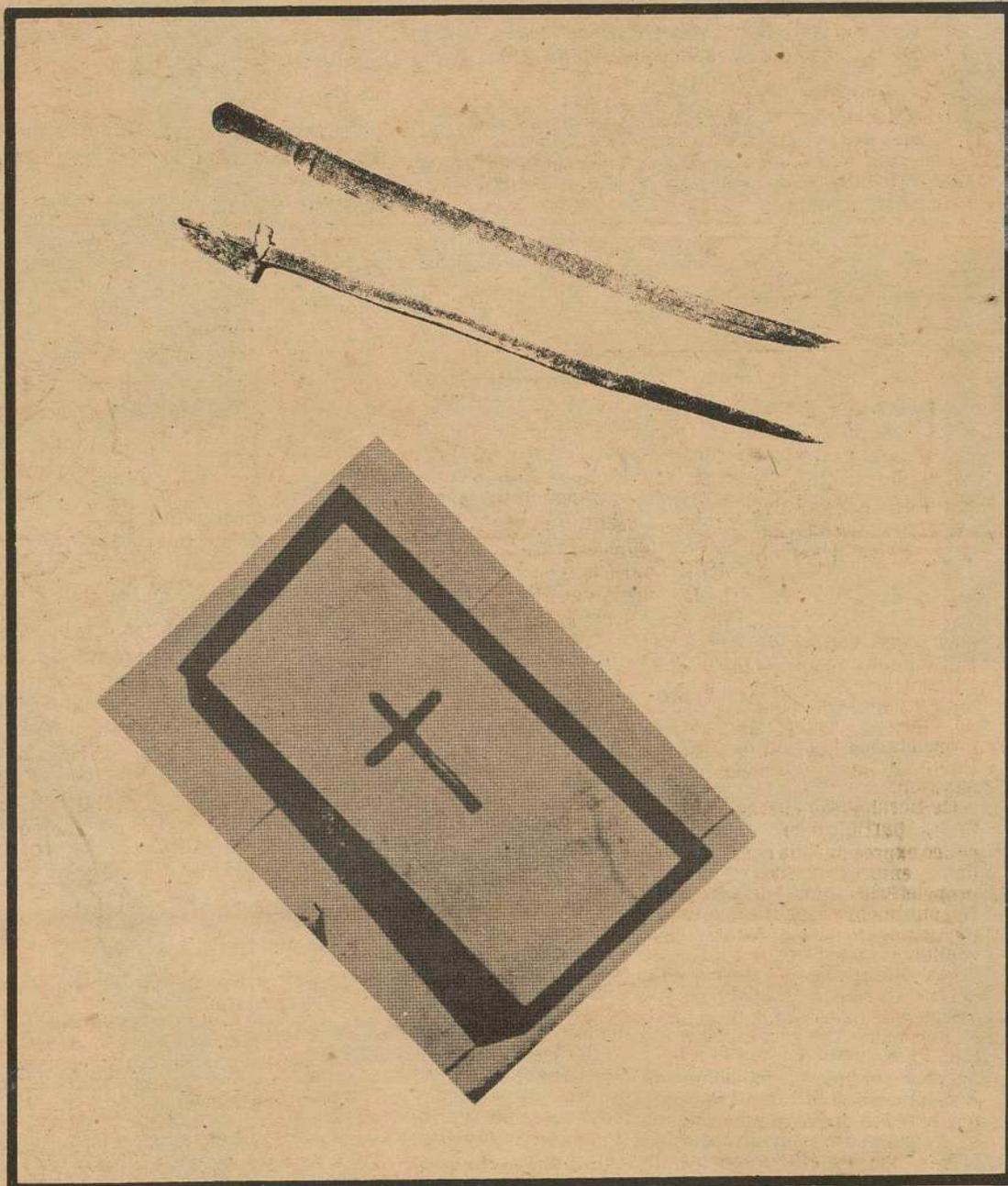
Enquanto esta luta, justa e vitoriosa, verdadeira epopéia cabocla, se desenrolava no planalto norte catarinense, pelo lado sul e leste, a ação dos sertanejos não era menos intensa, menos justa, menos vitoriosa e menos épica. A 26 de setembro, um contingente sertanejo atacou Curitiba. Depois de incendiarem a casa do odiado "coronel" Albuquerque, que já havia fugido para Lages, destruíram os documentos da coletoria e do cartório, em seguida atearam fogo à vila que ardeu rapidamente. Outro povoamento no município de Curitiba, Rio Bonito, também foi incendiado e os principais inimigos, passados pelas armas. Planejou-se um ataque à cidade de Lages, que estava fortemente defendida por tropas dos "coronéis" Vidal e Belisário Ramos além do 54º Batalhão de Caçadores. Os sertanejos percebendo a desigualdade de forças, retornam e no trajeto destroem a vila de Campo Belo a começar pelo cartório.

No auge do calor revolucionário, houve chefes sertanejos que desejaram ir até ao Rio de Janeiro, para destruir o governo de todos os "coronéis": a República "que é a lei do diabo". Em determinado trecho de uma carta de um chefe sertanejo se lê: "Seria uma revolução sistemática e duradoura (...) Os cinco mil homens em armas continuariam na comum criação dos animais e cogitando das suas plantações de cereais como da colheita do mate: nada lhes faltaria para uma guerra de muitos anos; contavam com recursos de fora, e às propriedades dos que não os acompanhavam seriam tomadas e saqueadas em favor da guerra santa" (Messianismo e Conflito Social — Queiroz P 182).

No início de 1915, os sertanejos mantinham soberania, embora precária, sobre uma área de 28 mil Km², com todas as riquezas nela contida. Aquilo que antes fora instrumento de sua opressão; agora lhes pertencia. A vida tornou-se farta: havia armas, munições e alimentos com relativa abundância. Mas o que fazer para manter a vida neste padrão? Os sertanejos só podiam avançar até os limites estabelecidos por sua própria consciência política. E esta, os fatos demonstraram, não era desenvolvida o suficiente para assegurar ou expandir os trunfos até ali conquistados.

A experiência histórica tem demonstrado que uma insurreição popular, dependendo da correlação de forças das classes em luta, pode levar a classes socialmente inferiores a uma vitória. Porém, para que esta vitória se transforme num poder revolucionário irreversível, é necessário mais que fé, coragem, inteligência, bravura e recursos militares; é necessário uma teoria político-científica, que levada à prática sem vacilações, englobe e oriente todo o campo da atividade humana. E esta teoria não estava ao alcance dos sertanejos do contestado, nem está hoje de forma espontânea, ao alcance das grandes massas populares. Prova disto, é que todas as vitórias revolucionárias das massas oprimidas, só foram irreversíveis quando conduzidas por um partido político, que possuía todas as qualidades necessárias ao desempenho de semelhante missão.

As classes dominantes a esta altura, assustadas como ladrão em casa de pobre, e furiosas qual leão faminto enjaulado, mobilizaram aquilo que chamam de "reserva moral da nação". Uma dessas reservas, era o general Setembrino de Carvalho, que posteriormente conforme informação do escritor Walmor Marcelino "...é denunciado pelo roubo de 2.600 contos de réis (...) Nova denúncia é feita contra o comandante da expedição militar desta vez por ter desviado 20 mil pares de botas de montaria do exército..." (A Guerra Camponesa do Contestado P 141). Sob seu comando, foi posto 7 mil homens (um terço dos efetivos militares nacionais da época) com todas as condições pedidas para uma guerra de grande envergadura. SERGIO ULLANO (continua na próxima edição).





Michael Schwab

O salário mínimo

As várias fórmulas de se calcular o salário-mínimo, diferentes do "arrocho" oficial, têm resultados comuns: expressam sempre valores bem maiores do que o salário-mínimo oficial. Quanto menor o salário-mínimo, maior a taxa de mortalidade infantil. Um trabalhador deve trabalhar hoje, no mínimo duas vezes mais do que em 1959, para comprar a mesma ração alimentar básica.

Os dados são do DIEESE — Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócios-Econômicos de SP, e a pesquisa é de NELSON WEDEKIN.

Os primeiros valores do salário-mínimo foram fixados pelo Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940. O primeiro salário-mínimo decretado para o Estado de SP foi de 220 mil réis, ou seja, Cr\$ 0,22 (vinte e dois centavos), em moeda de hoje.

O salário-mínimo atinge seus maiores valores reais no período de 1952-1960, significando maior poder de compra. A partir de 1960, tem início uma acentuada perda do poder aquisitivo, que atingiu seus picos mais altos a partir de 1964, pois de lá para cá o poder de compra do salário-mínimo tem sido sistematicamente inferior ao de julho de 1940.

O valor real mais baixo do salário-mínimo, desde 1952, se dá em 1974 — auge do "milagre brasileiro" — quando seu valor real médio (inclusive com o 13º salário), foi 54% do valor real do salário-mínimo de julho de 1940.

SALÁRIO-MÍNIMO E CONDIÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS

A comparação entre os valores do salário-mínimo real e dos índices de mortalidade infantil, mostra de imediato a relação inversa desses dois valores. Quanto maior o salário-mínimo, menor as taxas de mortalidade infantil. Os coeficientes de mortalidade infantil de 1971, 1972 e 1973 — os anos do "milagre" — são os mais altos desde 1945, coincidindo com níveis mais baixos do poder de compra do salário.

VALOR REAL DO SALÁRIO-MÍNIMO

Para que o salário-mínimo em maio de 1978 recuperasse o seu poder aquisitivo de julho de 1940, seria necessário um reajuste de 117%, já que o custo-de-vida em São Paulo apresentou um crescimento de 1.091%, enquanto o salário-mínimo nominal cresceu apenas 502%. A resultante da aplicação daquele per-



Adolph Fisher



Albert R. Parsons



Oscar Neebe



Michael Schwab

Roubando os trabalhadores

Todos os trabalhadores brasileiros foram enganados pelo ex-ministro da Fazenda Delfim Neto e têm direito a uma reposição salarial. O próprio vice-líder da Arena na Câmara Federal, deputado Herbert Levy, declarou no início deste ano:

— Delfim falsificou as estatísticas do custo de vida em 1973. Causou um tremendo mal ao setor econômico e social. E o que é pior, foi uma manipulação consciente, porque os empreiteiros de obras foram reajustados pelo mesmo ministro em 30 por cento, enquanto que os assalariados ficaram em 13 por cento.

Mas, por que todo cidadão deve exigir o que lhe foi roubado e que é um direito impostergável?

O governo baseia os aumentos salariais em dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Pesquisas Econômicas. Segundo estes dois órgãos, entre dezembro de 72 e dezembro de 73, os preços haviam subido 14,9 por cento e o custo de vida 12,6% por cento.

Isto não era verdade, então o governo enganou os trabalhadores, que agora têm direitos e razões para exigir o pagamento do que lhes foi negado por causa de mentiras.

COMO DESCOBRIRAM A MENTIRA

Após 1964, os sindicatos, órgãos de representação e luta dos trabalhadores, foram silenciados e proibidos de intervirem na política nacional. Mas, não se apertaram e descobriram um novo caminho. Diversos sindicatos paulistas se reuniram depois de 1969, e resolveram criar um órgão que lhes fornecesse dados e informações para poderem lutar por melhores salários. Fundaram o Departamento Inter-sindical de Estudos e Estatísticas - DIEESE, que mensalmente divulga os aumentos dos preços e do custo de vida entre os trabalhadores.

centual daria um salário-mínimo de Cr\$ 2.401,00, que significa tão somente a recuperação do poder de compra do salário-mínimo de 1940.

Se a idéia fosse a de recuperar o poder de compra do salário-mínimo de junho de 1956, e janeiro de 1959 — quando os valores reais do mínimo atingiram os seus maiores níveis, desde a sua instituição — o atual salário deveria ser Cr\$ 3.544,00 e Cr\$ 3.460,00, respectivamente.

O SALÁRIO-MÍNIMO E O PIB

No período de 1940-1977, o PIB real por pessoa cresceu 318%. O PIB expressa a taxa de crescimento econômico do País. Se o salário-mínimo tivesse acompanhado o aumento do custo-de-vida, e também incorporado integralmente a taxa de crescimento econômico do país, ele seria hoje de Cr\$ 10.051,00.

Embora seja o trabalhador o principal agente do crescimento econômico, não foi ele quem se beneficiou desse crescimento.

O SALÁRIO-MÍNIMO E A RAÇÃO ESSENCIAL MÍNIMA

Outro valor do salário-mínimo poderia ser obtido a partir do custo da ração essencial mínima — as necessidades fundamentais do trabalhador em alimentação.

Pode-se tomar por base uma família de 4 pessoas (um casal e dois filhos, esses, por hipótese, consumindo juntos o equivalente a um adulto). O custo dos gêneros essenciais em março de 1978 foi de Cr\$ 678,00, o que resulta em Cr\$ 2.036,00 de despesas só com alimentação para essa (pequena) família.

Os gastos com alimentação atingem, em média, 48% da despesa total das famílias de estado inferior de renda. Incluindo-se, então, as despesas de moradias, vestuário, higiene e transporte — que fazem parte das necessidades fundamentais do trabalhador — chega-se ao valor de Cr\$ 4.233,00, como o que deveria ser, na realidade, o salário-mínimo.

SALÁRIO-MÍNIMO E TEMPO DE TRABALHO

No início do ano de 1959, o trabalhador precisava trabalhar 65 horas e 5 minutos para adquirir o conjunto de alimentos que compõem a ração essencial.

Em 1977, para comprar os mesmos alimentos era necessário trabalhar 141 horas e 49 minutos, o que significa que um trabalhador de salário-mínimo precisou trabalhar, em 1977, mais de 2 vezes do que em 1959.

Pois, foi justamente o DIEESE — uma defesa do trabalhador — que em 73 "bateu pé" contra a mentira que tinham fabricado contra os assalariados. E depois ninguém era trouxa para não perceber que o dinheiro tinha diminuído, que para comprar a bola da casa a grana não alcançava. E até hoje, os trabalhadores não receberam aquela parte do salário que foi comida por alguém.

A LUTA COMEÇOU EM SÃO PAULO

Em dezembro do ano passado, cerca de cinco mil trabalhadores paulistas, filiados aos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica de São Paulo e Diadema, reuniram-se em assembleia geral, para decidirem o que fazer diante da falsificação dos aumentos dos preços e do custo de vida.

Decidiram então reclamar junto às autoridades responsáveis a "reposição salarial"; ou seja, recuperar o que haviam perdido com os erros propositais do ex-ministro Delfim Neto.

Alguns outros sindicatos do Rio Grande do Sul, de Minas, do Rio de Janeiro, da Bahia e de outros estados, entraram na justiça com o mesmo pedido. Assim os trabalhadores iniciaram a luta, para reconquistar o que haviam perdido.

Até agora nada foi decidido, mas todos os trabalhadores estão atentos aos seus direitos e aguardam mobilizados a solução do problema provocado pelo ex-ministro. E a preocupação aumenta porque o custo de vida e os preços seguem crescendo e os salários não acompanham. Dizem que o país está enriquecendo, mas isso se fala há muito tempo, e está chegando a hora do trabalhador participar um pouco da riqueza nacional.



História do primeiro de maio: uma conquista dos trabalhadores.

Uma luta aguerrida. Mortes, prisões, e toda sorte de coação possível para impedir a escalada reivindicatória dos operários pela jornada de oito horas de trabalho.

Mas, apesar de tudo, as organizações dos trabalhadores vão se fortificando, e finalmente no dia Primeiro de Maio de 1880 acontece a vitória: o Congresso Americano é obrigado promulgar a regulamentação da jornada de trabalho.

No século passado, os operários — homens, mulheres e mesmo crianças menores de 10 anos — trabalhavam até 16 horas por dia nas piores condições. E uma das grandes lutas de todos os operários no mundo foi para diminuir essa jornada diária.

Começando na Europa, se estendeu depois aos Estados Unidos e se solidificou à medida que crescem as organizações operárias.

Em 1850 são criadas as Grandes Ligas das Oito Horas nas principais centros industriais dos Estados Unidos, unindo os operários americanos e os imigrantes alemães e ingleses.

Os patrões se aproveitaram dessa imigração, que aumentava o número de braços disponíveis, para baixar ainda mais os salários. Por isso a luta pelas Oito Horas, significava ao mesmo tempo melhores condições de trabalho e a ampliação da oferta de empregos.

A década seguinte é marcada pela criação de grêmios, ligas e uniões de operários que propõem uma greve geral no dia 1º de Maio de 1886 em todos os estados americanos. Mas, a proporção que os operários foram se organizando, os patrões também foram pedindo auxílio à repressão policial que nesse dia mata nove operários em Milwaukee e dispersa violentamente outras manifestações em diversos estados.

Em Chicago, na época a segunda cidade em importância econômica e em população, tudo corre tranquilo até dois dias depois, quando 600 empregados de uma madeira se reúnem para formar um comitê de greve que falará com os patrões. Alguns assistentes atacam os fura-greves, a polícia intervém e o saldo são seis mortos e 50 feridos.

Um dos líderes do movimento, o alemão Auguste Spies relata o acontecimento num jornal operário.

Para o dia quatro, é marcada uma reunião de todas as ligas

anarquistas — que comandavam a maioria das manifestações — e quando ela está se dispersando a polícia ataca. É jogada uma bomba e morre um dos policiais, vários operários e mais de 200 feridos. E aí é instaurado um inquérito com cartas marcadas, para apontar os culpados. O processo, envolvendo oito líderes operários mais atuantes de Chicago na época, termina condenando sete à força e um à prisão perpétua.

Desde maio foi estabelecido uma onda de terror em todo o país: estado de sítio, toque de recolher, jornais fechados, casas invadidas e prisão de centenas de líderes e de dirigentes sindicais.

O julgamento tinha o objetivo preciso de calar as manifestações e desarticular as organizações pela luta das Oito Horas.

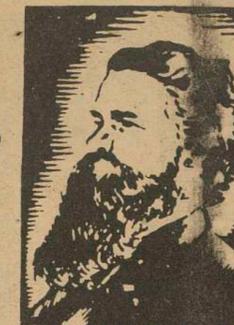
Uma prova da eficiência inicial foi que dos 190 mil grevistas do começo de maio, não restava nem a metade no final do mês. Alguns conseguiram a redução, mas a maioria não viu atendida a sua reivindicação. Até novembro, quando quatro líderes de Chicago foram enforcados no dia 11, várias organizações de trabalhadores se manifestaram denunciando a farsa do processo e, depois de receber um abaixo-assinado com 60 mil adesões e sofrer muitas pressões da classe operária, o governador do Estado se decide a rever as penas, revogando a sentença para prisão perpétua.

Nesse momento, as organizações de trabalhadores estão cada vez mais fortes e se unificam na luta pela Oito Horas.

O movimento operário, onde predomina a direção de anarquistas e socialistas, se manifesta com mais força até que finalmente o Congresso Americano promulga a regulamentação da jornada de oito horas no dia Primeiro de Maio de 1890 em todo o país.



Louis Lingg



Samuel Fielden



Hessois Auguste Spies



George Engel



Louis Lingg

Na UFSC, burocratas sufocam estudantes e professores

No bar do Centro de Estudos Básicos da UFSC uma jovem estudante de filosofia conversava animadamente com um grupo de colegas: "Filosofia eu adoro. Estudar a vida do homem é um barato, mas detesto história e sociologia, que saco!" Na mesa ao lado, dois estudantes de engenharia relem rapidamente os apontamentos de aula porque tinham uma prova em seguida: "Não entendo por que esse cara (referindo-se ao professor) fica exigindo desse jeito da gente, o negócio é conseguir o diploma rapidamente pra poder trabalhar. Nós não vamos usar nada disso que ele tá ensinando".

Essas duas situações acima descritas refletem em termos bem gerais o lamentável panorama da universidade. O ambiente universitário tornou-se de uns tempos para cá num festival de besteiras. Os estudantes são os culpados? Seriam os professores os responsáveis pela degeneração do pensamento universitário? E a população que sofrerá a intervenção direta dos profissionais formados nos bancos da universidade não pagará caro pelas distorções do ensino?

A única forma de avaliar o que se passa no campus universitário da Trindade é repartir com a comunidade as informações que, por interesses estranhos à própria comunidade, são ocultados da população que, através de seu trabalho e dos impostos, mantém a UFSC.

AS AULAS

A população brasileira na sua grande maioria padece de doenças endêmicas, ou seja, que constantemente atacam a determinada população ou região, malária, tifo, etc. E num país onde predominam as doenças endêmicas, na Universidade pouca importância se dá à medicina preventiva e ao tratamento das doenças infecto-contagiosas, que produzem infecção e se propagam por contágio. Mas, essas enfermidades são "doenças de pobre" e a medicina não se dirige aos desfavorecidos, "doutor é coisa de rico".

Vamos tomar um exemplo do ensino de medicina na UFSC, a disciplina "Prática Médica", que pretende ser uma matéria extremamente

prática como o próprio nome diz. Com essa situação particular veremos se os estudantes são os culpados, como perguntávamos no início desse artigo. É claro que pelos preços das consultas e pelo atendimento médico do INPS, são muito poucos os que podem chegar num consultório, mas, deixando isso de lado, vamos à aula de Prática Médica.

No início do ano a universidade oferece três opções de matrícula, ou seja, três turmas de 30 alunos conformando um total de 90. Isso na matrícula, porque quando iniciam as aulas o negócio muda completamente: as três turmas desaparecem e passam a ser apenas uma. O tempo de aula fica dividido em três porque a sala não tem capacidade para os 90 alunos. Mesmo com trinta alunos, a maior parte deles jamais chega a ter contato com os casos que estão sendo estudados. É impossível. Trocando em miúdos: ninguém aprende nada, a disciplina prática transforma-se numa teoria mal dada. Quem perde com isso são os estudantes que não aprendem e a população que será depois cobaia para o aprendizado dos que não conseguiram praticar na universidade.

TEMPO PERDIDO

Os alunos de Biologia têm mais aulas de matemática do que de biologia. Além do mais, a matemática que "aprendem" é igual a da Engenharia, inclusive na mesma aula. Mas, profissionalmente os primeiros serão biólogos e os outros engenheiros. Incrível, mas verdadeiro.

Os alunos de Ciências Sociais fazem a disciplina de Estatística com os de Engenharia, Economia, Administração. Um aluno de História durante o ciclo básico, período de formação básica, segundo os educadores da UFSC, tem mais disciplinas de Geografia do que de História e na última fase só tem ensino de burocracia do funcionamento da educação no país. Os senhores poderiam perguntar-se se o reitor da universidade é o capitão Coutinho da seleção brasileira de futebol que quer todos os jogadores "polivalentes". Não, Coutinho é treinador de futebol e o reitor da UFSC é o sr. Gaspar Erich Stemmer. Na seleção o técnico quer que os jogadores jo-

guem em qualquer posição, na UFSC implantouse Estudos Sociais, onde um estudante, que queria ser apenas um simples historiador, sai "polivalente" em Geografia, História, Sociologia, OSPB, Filosofia, EPB, além de ser um excelente burocrata. Os seus filhos estão sendo educados por essas pessoas. Triste pensamento o dos dirigentes da universidade.

Na engenharia, a disciplina de "Mecânica dos Solos", que ensina como analisar os solos para verificar sua resistência, necessita de laboratório.

A UFSC não possui, apesar do custo não ser superior a 300 mil cruzeiros, o que para uma universidade que gasta 10 vezes mais do que isto em ajardinamento não deve significar nada. Sem o laboratório os alunos são deslocados em ônibus especiais até a empresa SOTEPA, em Capoeiras. Lá chegando, um laboratorista faz a experiência, isto é, uma demonstração, enquanto um auxiliar lê uma apostila para os estudantes acompanharem o desenvolvimento do experimento. Nenhum aluno realiza a prática e quase todos aproveitam para tirar uma soneca ou ler algum livro pois, é impossível ao menos ver a demonstração do diligente laboratorista.

VIDA UNIVERSITÁRIA

Na universidade existe um serviço, que a reitoria denomina de "Saúde", para examinar se o estudante está apto a estudar. Mas, se por acaso um estudante necessitar fazer algum tratamento médico, realizar exames, ou mesmo precise de um oculista, terá que procurar serviços médicos particulares. E para clarear o assunto vamos imaginar um estudante que quebrou uma perna ao tropeçar numa escadaria da faculdade. Nesse caso, o máximo que a Sub-reitoria de Assistência e Orientação ao Estudante faz é financiar o tratamento do aluno, depois do infeliz "provar que é carente de recursos". Alguns estudantes referem-se a este órgão da reitoria como "uma companhia de investimentos e financiamentos".

Mas, para não cometer injustiças com os prestimosos burocratas da UFSC devemos esclarecer que a instituição

Enquanto a universidade brasileira passa por um grande debate em torno dos problemas educacionais do país e incorpora-se à luta pelas liberdades democráticas, na UFSC os representantes da reitoria não poupam esforços para alienar os estudantes da realidade nacional. Nesse quadro repressivo os que mais sofrem são os professores e estudantes que, afastados das decisões dos burocratas da UFSC, ficam isolados dentro das salas de aula suportando o peso dos conchavos de gabinete e do autoritarismo.

oferece "Bolsas de Trabalho", também aos carentes de recursos. Essas bolsas consistem em explorar mão-de-obra barata, pois, por 20 horas semanais de trabalho pagam Cr\$ 820,00 por mês.

Com essa quantia o estudante, que durante a manhã assiste às aulas e à tarde trabalha para a universidade, tem que pagar habitação, alimentação, transportes e o material de estudo. Uma pensão miserável custa por mês no mínimo Cr\$ 400,00. Comer no restaurante Universitário significa um gasto mensal superior a Cr\$ 500,00. Aí já se foi o valor da bolsa. Estes fatos desmascaram certas atitudes demagógicas da maior universidade do Estado.

E A REITORIA

O Ministério da Educação e Cultura, através da reitoria, não está preocupado com o baixo nível de ensino da UFSC. Muito pelo contrário, propaganda aos quatro cantos do Mundo a "maravilhosa UFSC".

O reitor Erich Stemmer orgulha-se da construção de um "Centro de Convivência e Educação Continuada", que está construindo na UFSC, mas não se preocupa em melhorar as condições de ensino dentro das salas de aula. O Hospital Universitário, que poderia aprimorar o deficiente ensino de medicina e servir à população, está com suas obras interrompidas. O sr. reitor preocupa-se com jardins, demagogia e mão-de-obra barata para as indústrias, sua paixão é o Centro Tecnológico, que já virou empresa.

Os professores não podem permitir o debate em sala de aula porque senão os alunos acabam contestando a estrutura universitária, então a grande maioria funciona como agentes repressivos para garantir seus empregos. A mediocridade impera.

Na área de Ciências humanas liquidaram o ensino e transformaram os cursos em mortos-vivos, pois não podem permitir o desenvolvimento dessa área que necessariamente se colocará contra a atual situação.

Nossa indústria é totalmente estrangeira, então a universidade não incentiva a pesquisa e a criação de uma tecnologia que traga bem estar social à maioria da população. Assim nossas riquezas, fruto do trabalho do povo brasileiro, são canalizadas vergonhosamente para o exterior.

O quadro universitário é lamentável. Hoje a universidade está dividida em administradores, professores e estudantes. Os primeiros utilizam-se de seus regulamentos, criados por eles mesmos, e impedem a manifestação dos professores e estudantes ameaçando-os com a expulsão da UFSC. E para que os alunos que mais dificuldades têm em estudar na universidade, aqueles que trabalham, não conseguindo por problemas de horários cumprir com os programas de estudo impostos pelos burocratas, não perturbem "o bom andamento" das atividades universitárias, a UFSC a m e a ç a c o m o JUBILAMENTO.

Ser jubilado da UFSC significa ficar três anos proibido de estudar em qualquer universidade pública do país. E muitos professores e chefes de departamentos, com seu servilismo submisso, estão cumprindo à risca as ordens superiores, aproveitando-se do desconhecimento dos estudantes a respeito da legislação.

Os burocratas da UFSC desrespeitam as normas do próprio MEC ao estabelecerem um prazo mínimo para os universitários cursarem o ciclo básico. A divisão em básico e profissionalizante é arbitrária e para efeitos práticos não existe. Mas, os burocratas decidem criar dois cursos, como se fossem duas coisas distintas, e desrespeitam a tudo para alcançar seus objetivos elitizantes.

Mas, como dizem os estudantes, "se estão pensando que os universitários aceitarão pacificamente esta arbitrariedade, enganam-se. Quem vai aceitar o jubramento? Se a gente for afastado da UFSC não poderá estudar em nenhuma universidade do país por três anos".

Violência policial I

Cena I — Depois de doze horas de trabalho, o trabalhador pensa em comprar leite para as crianças e ir para casa.

Cena II — Dois policiais o agarram sob suspeita de roubo e o levam para a delegacia.

Cena III — Lá é espancado, torturado por dois policiais. O nome deles: Jair e Aloisio.

Cena IV — O trabalhador é inocente, mas está com um braço quebrado, as costelas machucadas, o outro braço com entorse e ouvido inflamado o que o torna um homem inútil temporariamente."

Atenção: estas não são cenas de uma tragédia teatral.

O porteiro, Salvelino Francisco de Andrade, do Edifício Visconde de Ouro Preto, foi preso como suspeito de furto, chamado de Jesus Cristo e "espancado covardemente pelos agentes da Delegacia de Furtos, Jair e Aloisio, num desrespeito à lei, que deveriam ser os primeiros a cumprir".

Mais tarde, as autoridades reconheceriam sua inocência, mas no dia 29 de março, quando foi preso ao deixar o local de trabalho, onde passara a noite, de nada adiantou jurar que "eu sou inocente e Deus vai mostrar pra vocês quem é o ladrão da TV e da coleção de moedas". Também não foi ouvido quando implorou que "deixem eu levar o leite para os meus dois filhinhos, porque eles tão com fome e a mulher não tem dinheiro".

Os braços do "Dega" (apelido íntimo do Salvelino), que durante 13 anos carregaram cestos de frutas no bairro Estreito, agora estão imobilizados. Nas primeiras semanas depois do espancamento, ele foi alimentado pela esposa: "Ela é que botava comida na minha boca". Segundo os advogados Alvaro Reinaldo de Souza e Luiz Trindade Cassettari, Salvelino "foi preso, espancado covardemente pelos agentes da Delegacia de Furtos, Jair e Aloisio, utilizando-se os seus algozes sua prepotência, sua superioridade física e abusando e desrespeitando a lei".

No pedido de Habeas Corpus Preventivo, concedido pelo juiz da Primeira Vara Criminal, Ernani Palma Ribeiro, os juristas consideram que "tais fatos são revoltantes e mostram quão expostos estão os cidadãos desta pacata cidade, diante da violência policial". Dessa opinião compartilha William R. Schisler Filho, pastor da Igreja Metodista de Florianópolis, que indaga: "Onde estão, em nossas delegacias, os aparelhos detectores de mentira, que eletronicamente determinam a fidelidade de um depoimento sem que se precise quebrar braços, por em pau-de-arara, dar tapas no ouvido, afogar em barril de água, e outras indecências".

Para o pastor William, que batizou nossa era de "Século da Violência", os policiais que torturaram Salvelino, como suspeito de furto de objetos, deveriam lembrar que a primeira pessoa perdoada por Cristo, quando estava na Cruz, foi um ladrão.

Em 135 minutos, de acordo com o pedido de Habeas Corpus Preventivo, Salvelino "teve um braço quebrado, as costelas machucadas, o outro braço com entorse e acha-se com o ouvido inflamado, tornando-se um homem inútil temporariamente, não tendo condições de sustentar sua família com todas as suas forças, porque estes policiais (Jair e Aloisio) atuando como verdadeiros marginais travestidos assim o quiseram".

Ainda no documento, os advogados consideram "difícil entender que a autoridade (o delegado Manoel dos Santos Dias) não tenha conhecimento dos atos praticados pelos seus subordinados no próprio local de suas atividades". Esse delegado, que dias atrás ao ser procurado por um repórter para confirmar ou desmentir seu pedido de demissão, disse não desejar "ressuscitar o assunto", por considerá-lo "podre demais", negou as torturas, alegando que Salvelino "estive preso na Delegacia de Furtos apenas 10 minutos", mas admitiu que "ele é inocente".

Entendem os advogados de Salvelino, que agindo assim os policiais que "têm a obrigação de primeiro respeitar a lei, enegrecem a imagem da corporação e contribuem para que o povo forme uma imagem que deve temer e não confiar".

Essa foi a segunda "prisão ilegal e arbitrária" que Salvelino sofreu em um mês, pelo mesmo motivo: suspeita de ter participado de um roubo de

uma TV e uma coleção de moedas, no depósito de Estefano Kalafatas, no Edifício Visconde de Ouro Preto, onde é porteiro. "Se Salvelino cair novamente nas mãos destes policiais, certamente não terá condições de sobrevivência", foi uma conclusão a que chegaram os advogados Alvaro de Souza e Luiz Cassettari, para solicitar o salvo conduto ao juiz.

DEPOIMENTO

Salvelino recorda a prisão: "Quando sai da portaria, fui agarrado pelos policiais Jair e Aloisio da Delegacia de Furtos, que estavam escondidos.

Me agarraram, torceram o braço, dizendo que queriam tomar meu depoimento".

O porteiro lembra que no caminho, percorrido dentro de um Opala fechado, os policiais disseram que "o roubo da televisão e da coleção de moedas não têm mistério, porque nós já sabemos quem foi".

Quando desci do carro e comeci a subir a escadaria da Delegacia de Furtos já recebi um soco no peito, do motorista Jair, conta Salvelino. Esse foi o primeiro de uma série de socos e outras violências, por um período de duas horas e 15 minutos, aproximadamente.

Já no interior da Delegacia, "me encostaram no balcão de uma sala, perto daquele compartimento de atendimento ao público. O Jair começou a me espancar, com socos no estômago, no peito, tapas no rosto e telefones": essa modalidade de tortura, consiste em tapar o nariz do preso e aplicar-lhe tapas simultâneos nos ouvidos. Por isso, Salvelino "acha-se com o ouvido inflamado, tornando-se um homem inútil temporariamente".

Depois me levaram para outro quarto e mandaram tirar toda a roupa e sentar no chão. Passaram uma pomada amarela (quando foi encontrado por parentes ele ainda tinha os vestígios desse creme) nos pulsos e depois enrolaram tiras de pano, como se estivessem enfaixando meus pulsos — segundo os advogados, esse cuidado foi tomado "para evitar lesões externas".

Salvelino interrompe a narrativa, respira fundo e diz que "só Deus sabe o que passei", foi a fé nele que me deu forças para resistir". Fala um pouco nos filhos, com algumas lágrimas nos olhos e continua: "Ai passaram um ferro por baixo das pernas, cruzando com os braços. Cada um dos policiais pegou numa ponta e me penduraram".

Ele explica que para suspender uma das pontas do ferro, os policiais amarraram uma borracha de pneu de bicicleta de uma saboneteira, no canto do banheiro, a um registro de água. "A outra ponta foi colocada sobre uma cadeira, com uma cigarreira para levantar mais".

Queriam me forçar a confessar uma coisa que eu não tinha feito, diz Salvelino. Perguntavam se eu tinha roubado a TV e a coleção de moedas, mas eu só fiquei sabendo disso pela boca deles.

Salvelino foi acusado, segundo ele, "só porque eu trabalho no edifício. Mas nem tenho chave da loja que foi

Luiz Carlos Espindola

roubada. A polícia sabe que os ladrões passaram pelo bar, mas eles insistiam que eu deixei os ladrões sair pela porta. Mas como, se não tenho a chave?"

Para o porteiro e ex-vendedor de frutas, a pior etapa das aproximadamente duas horas de torturas foram os afogamentos: "Botavam a minha cabeça debaixo d'água, o tanto que eles queriam. Depois levantavam a minha cabeça e começavam a bater, tapas no rosto, socos na cabeça, mas eu não podia confessar o que não tinha feito".

— Eu sou inocente. Deus sabe que eu sou e Ele vai mostrar pra vocês quem é o ladrão, segundo Salvelino, essa foi uma das frases que muito repetiu durante o período em que esteve em poder dos policiais.

Ele recorda outras passagens: "Enquanto me amarravam, o Jair e o Aloisio me chamavam de Jesus Cristo e me gozavam, riam muito. Isso me deu forças e acho que somente por isso consegui resistir às torturas. Eu lembrei tudo que Jesus passou... entende"?

Durante a sessão de afogamento, Salvelino de Andrade foi visitado por "um cara com pinta de doutor". Ele lembra o modo como "o sujeito bem vestido, de terno azul marinho" lhe foi apresentado. "Eles disseram que o meu advogado tinha chegado. Quando o cara apareceu, perguntou se eu queria confessar. Mas eu disse: Amigo, eu não tenho nada para confessar. Mais tarde fiquei sabendo que era um elemento da Delegacia de Furtos, nada de advogado. Era mais uma manobra deles".

Depois de algum tempo de afogamento, "naquela água fria e suja, a língua travou. Ai eles começaram a dar novos tapas no rosto e socos na cabeça, pra ver se eu voltava a falar. Mas não adiantou, porque eu estava muito doente".

Aproximadamente duas horas e quinze minutos após a prisão, outro elemento da Delegacia de Furtos, "o Paulo entrou no quartinho com um cassetete preto de borracha. Eu estava sem roupa e ele sorria. Eu desconfiei de alguma coisa, mas seja lá o que for que ele pretendia, não chegou a fazer porque o meu advogado já estava na delegacia".

Com a presença do advogado Luiz Trindade Cassettari, que procurara Salvelino a pedido de parentes, o "interrogatório" foi suspenso. Salvelino lembra que "sai todo arcado... eles fizeram ginástica para eu poder andar".

Antes de ser abandonado defronte ao INPS, Salvelino diz que ouviu essa ameaça dos policiais: "Nós vamos te perseguir". E a promessa foi cumprida porque, dias depois, teve de mostrar o atestado de imunidade, o salvo conduto assinado pelo juiz.

"Eles me mandaram rasgar o papel do juiz, porque já sabiam que eu era inocente, foi o que me disseram na rua, quando me viram todo quebrado", conta Salvelino.

Mas o "Dega", ex-vendedor de frutas do Estreito, que durante muito tempo foi alimentado pela esposa ("ela é que botava a comida na minha boca"), diz que "não tenho raiva dos policiais que me torturaram. Só peço a Deus que eles me deixem voltar a trabalhar sem ser perseguido".



Agricultura em SC, crescem as culturas de exportação; caem as de consumo interno

Por Sérgio Ullano

cialmente, é necessário que o produto de que a terra em Santa Catarina é bem distribuída. Dados do INCRA de 1972 mostram que a categoria "latifúndio por exploração" constituindo 14,81 por cento das propriedades, ocupam 57,85 por cento da área, enquanto a categoria "minifúndio" representando 83,34 por cento das propriedades, ocupa apenas 38,34 por cento da área.

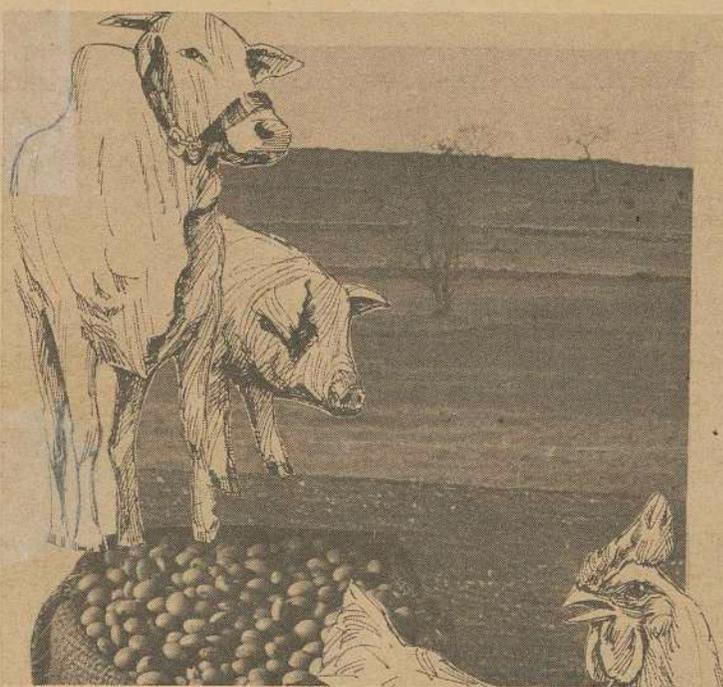
O CARÁTER DO SISTEMA

Ao analisarmos o comportamento da produção agrícola catarinense, vamos logo observar a seguinte realidade: alguns produtos são tratados como filhinhos da mamãe; outros como enteados indesejáveis.

Os filhinhos da mamãe são os produtos ligados direta ou indiretamente à exportação, ou então fazem parte da dieta alimentar das classes mais abastadas. Estes tiveram um grande aumento de produção, bem como de produtividade (maior rendimento por área), o que significa, modernização, técnica, melhor assistência e maiores investimentos. Destaca-se aí: soja, milho, fumo e as frutas de clima temperado (maçã, pêsego, nectarina).

A soja tem sido uma das tábuas de salvação do modelo econômico implantado no país. Exporta-se in natura, exporta-se o farelo e exporta-se também o óleo. O farelo de soja, que é um dos subprodutos da fabricação do óleo, constitui juntamente com o milho os componentes básicos para a fabricação da ração para a alimentação animal, destacando-se no caso de Santa Catarina, aves e suínos. A avicultura e suinocultura somados têm tido em nosso Estado nos últimos anos um crescimento médio de 75 por cento ao ano. Por sua vez, a carne de ave e suínos, bem como o fumo, vem alcançando um "animador" aumento de exportação, residindo aí a razão fundamental do vertiginoso aumento na sua produção.

As frutas de clima temperado não são no momento produtos de exportação, mas, no fundo, o aumento de sua produção dá-se pelas mesmas causas do aumento na produção dos produtos acima citados. Tudo está ligado à balan-



ça de pagamentos. E preciso diminuir a importação por um lado, e aumentar pelo outro. As frutas de clima temperado fazem parte da dieta alimentar das classes privilegiadas, haja visto seu alto custo, e estas classes são exigentes. Logo, se não se produzir internamente, ter-se-á que importá-las.

ARMAZENAMENTO

No concernente ao armazenamento, tem-se dado um tratamento visivelmente preferencial aos produtos de exportação, com especial destaque para a soja. Em 1973, da capacidade de armazenamento instalada em nosso Estado, 13 por cento era para estocagem a granel e 87 por cento, para estocagem em sacaria. De lá para cá, a capacidade de armazenamento tem crescido de 7 a 10 por cento ao ano. Em 1976, esta capacidade cresceu em 100 mil toneladas, das quais 86 por cento foram para armazenar a granel, que é o tipo requerido pelo soja. Hoje, só as cooperativas de Santa Catarina têm uma capacidade de estocagem de 369.840 toneladas, das quais 210.780 é para armazenagem a granel e o restante, 159.060, para sacaria.

QUANTIDADE

Em 1970, a área ocupada com a produção de milho em nosso Estado era de 564 mil hectares, hoje esta área mais que dobrou passando para um milhão e cem mil. A área ocupada com fumo quase triplicou, passando de 33 mil hectares em 1970, para 81 mil em 1977. O fumo tem o raro e desgraçado dom de criar a monocultura na pequena propriedade, levando o seu produtor a baixar o nível de alimentação. A soja, que ocupava uma área de 351 mil hectares em 1970, subiu para 408 mil este ano. A produtividade do soja cresceu de 800 quilos em 1970 para 1359 por hectare este ano, o que indica assistência privilegiada por parte do Estado. A área ocupada por frutas de clima temperado era de 408 hectares em 1970, crescendo para 8 mil em 1978.

OS INDESEJÁVEIS

Os produtos que recebem tratamento de enteados indesejáveis na agricultura catarinense são justamente os produtos não ligados à exportação. São aqueles "produtozinhos" que fazem parte da dieta alimentar do povo. Destaca-se aí: arroz, feijão, man-

dioca, trigo, batatinha, banana, peixes, cebola, etc.

vida de leite de outros Estados para cá é insignificante.

CONCLUSÃO

Santa Catarina, como Estado membro da República Federativa, reflete em miniatura aquilo que ocorre no país.

Desde os tempos da colônia, que o Brasil é um país que produz para exportar. A produção agrícola não se destina em primeiro lugar em satisfazer as necessidades do povo brasileiro; mas sim, as de um povo estrangeiro. Dias atrás, o presidente da Arena, deputado Francelino Pereira, se perguntava: "que país é este?" E nós repetimos a pergunta: que país é este que se transformou no segundo maior exportador de alimentos do mundo, enquanto internamente morrem de fome 300 mil crianças por ano? Que país é este que dispensa tratamento privilegiado aos produtos destinados à exportação, enquanto se mantém indiferente aos produtos de consumo interno?

A resposta é simples: hoje, o Brasil é um país industrializado. Ocorre, porém, que o setor moderno, mais dinâmico e mais lucrativo, do parque industrial brasileiro, é propriedade de empresas estrangeiras. E todos os anos, estas empresas remetem para as suas matrizes (no estrangeiro) milhões de dólares, através de uma operação que nós conhecemos por "remessas de lucros para o exterior". Para cobrir estas remessas de lucros, para pagar a dívida externa, que em grande parte é feita pelas empresas estrangeiras, e para cobrir outros gastos advindos do tipo de industrialização que o governo adotou, é que o país deve exportar cada vez mais. Por isso, em nosso país, bem como em todos os países capitalistas dependentes, a produção de matérias-primas é muito grande, e a mesa do povo é muito escassa.

(Os dados estatísticos publicados neste artigo foram retirados de: Síntese Informativa sobre a Agricultura Catarinense - 1977, publicada pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - VEPA/SC).

IGREJA

A Igreja no processo de libertação

Agenor Brighenti

A Igreja da América Latina viveu e continua a viver, em grande parte, em estado de gueto. Surgida após o manifesto de Martinho Lutero contra a Igreja Católica, a comunidade cristã latino-americana foi marcada por uma atitude de defesa da fé. Acentuada em toda a sua história, essa posição foi reforçada, mais recentemente pelas duras críticas recebidas dos que lutam por transformar a sociedade atual, a que se acha a Igreja estreitamente ligada. Vimos, em todos os momentos, a Igreja buscando o apoio do poder estabelecido e dos grupos economicamente poderosos, para fazer frente a seus eventuais adversários e assegurar uma tranqüila pregação do Evangelho.

Entretanto, ultimamente, temos constatado, desta parede da Igreja que luta pela transformação da sociedade atual, um grande esforço para sair desta situação de poder e mentalidade gueto, e romper com a proteção que lhe proporcionavam os interessados sustentadores da ordem injusta em que vive o continente. Os cristãos, individualmente, em pequenas comunidades (comunidades de base) e, mesmo a Igreja toda, vão tomando aos poucos maior consciência política e adquirem melhor conhecimento da atual realidade latino-americana. Em particular conhecimento de suas causas profundas.

Vamos assinalar aqui alguns traços

que nos permitem esboçar a nova situação que se está criando.

COMPROMISSO DOS CRISTÃOS

Os diversos setores do povo cristão comprometeram-se gradualmente e de forma variada, com o processo de libertação, percebem que essa libertação passa necessariamente por uma ruptura com a atual situação.

LEIGOS

Esta nova Igreja, que nasce do compromisso com os explorados motivos, um compromisso político em prol da criação de uma sociedade mais justa. Grupos cristãos cada vez mais bem aparelhados teológica, pedagógica e espiritualmente fazem uma opção clara e segura pelo setor oprimido por sua libertação. A tal respeito, há não só uma vontade reafirmada, mas ainda experiências de como dar testemunho do Evangelho no atual momento da América Latina.

Torna-se também cada vez mais freqüente o encontro entre cristãos de diversas confissões na mesma opção pelo setor oprimido, o que proporciona a formação de grupos ecumênicos, às vezes marginalizados por suas respectivas autoridades eclesásticas nos quais os cristãos compartilham sua fé e seus esforços em prol da criação de uma sociedade mais justa.

SACERDOTES E RELIGIOSOS

Uma percepção melhor da trágica realidade do continente, as nitidas tomadas de posição determinadas pela nova visão do mundo político, o clima de participação mais ativa na vida da Igreja criado pelo Concílio e o impulso dado pela Conferência dos Bispos da América Latina em Medellín, levaram o setor religioso e sacerdotal a ser hoje um dos mais dinâmicos e inquietos da Igreja latino-americana. Sacerdotes e religiosos em proporção cada vez maior procuram participar mais ativamente nas decisões pastorais da Igreja. Pretendem, sobretudo, que se rompa com uma ordem injusta, e o Evangelho que ela prega comprometa sua sorte com aqueles que sofrem miséria e sangue.

Observa-se a criação de grupos sacerdotais onde predomina a vontade de comprometer-se com o processo de libertação e o desejo de mudanças radicais, tanto nas atuais estruturas internas da Igreja latino-americana, quanto nas formas de sua presença e atuação em um subcontinente em situação revolucionária. Diante da busca de um estilo de vida sacerdotal que responda às necessidades de hoje, são cada vez mais numerosos os que encontram um renovado sentido de seu sacerdócio, ou vida religiosa, no compromisso com os setores oprimidos e na luta pela sua libertação. Para

esses, o Evangelho é força libertadora que vai às raízes mesmas de toda injustiça.

É freqüente, hoje, na América Latina, serem certos sacerdotes considerados "subversivos". Muitos são vigiados ou procurados pela polícia. Outros acham-se na prisão, são expulsos do país (o Brasil é um exemplo significativo) ou assassinados simplesmente.

BISPOS

Os graves e novos problemas que se apresentam à Igreja latino-americana e configuram uma realidade conflituosa e móvel encontram muitos bispos mal preparados para cumprir sua missão. Há contudo um despertar para as dimensões sociais da presença da Igreja e a conseqüente redescoberta de sua missão profética.

Particularmente os bispos de regiões mais miseráveis e exploradas é que têm denunciado mais energicamente as injustiças de que são testemunhas. Ao assinalarem porém suas causas profundas, enfrentaram as grandes forças econômicas e políticas de seus países (exemplo brasileiro: Dom Hélder Câmara, ouvido e respeitado no mundo inteiro, menos no seu país onde foi calado pela força). Daí a serem acusados de intervir em terreno que lhes compete, inclusive de se

inclinarem às idéias marxistas, (exemplo brasileiro: Dom Pedro Casaldáliga, difamado e cognominado pelos opressores capitalistas de "bispo vermelho").

Alguns destes bispos transformaram-se quase em figuras políticas em suas respectivas nações (exemplo brasileiro: D. Evaristo Arns, D. Aloízio Lorscheider). Isto acarretou como conseqüência estreita vigilância policial, e, em alguns casos, ameaças de morte da parte de grupos de extrema-direita, (exemplo brasileiro: seqüestro e tortura de D. Hipólito).

Não se trata, porém, apenas de gestos pessoais isolados. E muitas vezes o caso de todo um episcopado a tomar francamente posição neste campo. Ao que se deve acrescentar o empenho de muitos bispos em operar mudanças nas atuais estruturas da Igreja. Os resultados, porém, estão muito abaixo do que era de desejar e era necessário. Parece estarem dados os primeiros passos do impulso inicial. Não está porém afastado o perigo de um retrocesso; sobretudo há muito a ser feito ainda. Na maioria das vezes as tomadas de posição em nível episcopal, relativamente à transformação social, expressaram-se em textos; na hora atual do povo latino-americano é pouco. Junto de tais declarações precisamos de gestos concretos!

Violência Policial II

Fevereiro foi um mês atarefado para os policiais de Criciúma que se desdobraram na tortura e repressão de trabalhadores. Primeiro, prenderam e espancaram os operários que fizeram greves por melhores salários na CECRISA — indústria de cerâmica — e depois aplicaram os mesmos métodos a oito menores, filhos de operários, que trabalhavam num posto de gasolina.

As nove horas da manhã do 21 de fevereiro, uma perua estacionava defronte ao posto Petrobrás, na rua Desembargador Pedro Silva, de propriedade de Genésio Bongioiolo. Quatro dias antes, ele havia reclamado o desaparecimento de um revólver num dos automóveis limpos no posto e denunciaram o furto a

policia, que levou os menores para interrogatório.

Na delegacia, os comissários Corandini e Everaldo se esmeraram em aplicar a velha filosofia dos órgãos de repressão: qualquer suspeito é culpado. As ameaças começaram logo na chegada com a repetida ameaça de que se contassem alguma coisa, nada lhes aconteceria. Em seguida, foram levados para o pátio de trás, onde começou a sessão de pancadaria habitual.

Aos socos no estômago, joelhadas e pontapés, seguiram-se as torções de braço. Um dos policiais, ao ver que um menor estava com o antebraço machucado, mostrou-se muito contente: "Esse mesmo que eu quero pegar" e se fartou de dobrar até quase

quebrar-lhe todos os ossos. Como nada conseguissem, o passo seguinte foi aplicar o "pau-de-arara" com afogamento para arrancarem a confissão que agradaria ao proprietário do posto, que assistia ao "interrogatório".

Após duas horas dessa sessão especial, o delegado determinou que os meninos fossem conduzidos para a cadeia pública de Santa Augusta. Lá, eles ficaram incomunicáveis até às três horas da tarde, quando foram novamente deslocados para a delegacia e mandados de volta ao trabalho. Mas antes ainda receberam uma sutil recomendação da autoridade: "Vão lá pro posto e confessem quem roubou. Se não con-

fessarem, nós vamos buscar vocês e aí vão apanhar muito mais".

Assim como no caso da CECRISA, a imprensa da cidade ficou calada — a mesma que se esmerou na colaboração com a policia quando um prédio foi explodido criminosamente em março passado. O tio de um dos meninos procurou todas as rádios locais para divulgar a arbitrariedade, mas só ouviu negativas. Estranho comportamento para a imprensa, que vive da notícia, já que o caso tinha muitos aspectos para render boas audiências.

Um dos menores havia sido admitido no posto um dia após o proprietário ter alegado a falta do revólver. Além disso, trabalhando oito horas por dia e recebendo Cr\$ 850,00,

alguns deles não tinham nem a idade mínima admitida pela Constituição para serem empregados. O artigo 165 proíbe definitivamente o trabalho a menores de 12 anos em qualquer situação.

Mas talvez o que realmente amedronte mais a imprensa seja a própria policia e, a quem ela serve. No caso da CECRISA, várias vezes, policiais e o próprio presidente do sindicato dos trabalhadores, avisaram aos operários que estavam cumprindo ordens do dono da empresa, o todo poderoso Diomício Freitas. Na prisão dos menores, que depois não voltaram mais ao trabalho, o proprietário Genésio Bongioiolo assistiu comodamente à sessão de espancamento.

NOTAS

O industrial Kurt Rudolf Mirow, na sua crescente e involuntária escalada para tornar-se um novo ídolo nacional, tem um pedido a fazer. E favor não confundir-lo com um reformador, com algum líder carismático que quer a queda do sistema de governo atual.

Ele quer, e foi por isso que escreveu um livro chamado "A Ditadura dos Cartéis", para denunciar o escândalo do suborno desenfreado das multinacionais junto às empresas do governo, e ter as mesmas condições que seus concorrentes estrangeiros para colocar os produtos de sua empresa eletro-eletrônica no mercado nacional. "Mas as multinacionais oferecem 5% a mais que qualquer proposta, depositados na Suíça".

Mesmo assim, Mirow, por suas denúncias — e foram tão graves que o livro foi proibido pelo ministro Armando Falcão antes de ser impresso — está ganhando fartos auditórios em todo o Brasil. E, também, a admiração dos estudantes.

Para eles, Mirow tem uma mensagem: "Não sou marxista, no máximo um social-democrata ao estilo europeu. Sou capitalista e industrial e não vou assumir a causa de outra classe social. Eu só tinha duas escolhas: falar calado ou falar berrando. Escolhi a última".

Aí está Kurt Mirow, que a falta de líderes nacionais o está colocando numa posição de grande responsabilidade, que ele não quer assumir.

A QUEM INTERESSA O SEQUESTRO DE ALDO MORO? — O Partido Comunista Italiano (PCI) divulgou a alguns dias a seguinte estatística: nos três primeiros meses deste ano foram registrados naquele país cerca de 900 atentados com explosivos e 320 agressões, com um total de 17 mortos e 227 feridos. O dobro do ano passado.

Dentro deste clima de ação terrorista foi seqüestrado o Secretário Geral do Partido Democrata Cristão (PDC), Aldo Moro. Existem na Itália cerca de 95 grupos armados (segundo a fonte acima citada) e entre eles as BRIGADAS VERMELHAS (BV).

A quem interessa, no entanto, a ação destes grupos e particularmente o seqüestro do homem número um da Itália? Segundo comentaristas internacionais e do próprio Brasil, este seqüestro faria parte de um plano de desestabilização do governo italiano.

Todos se recordam que nas últimas eleições o PCI obteve uma quantidade suficiente de votos para obrigar o governo a conceder certas reformas que beneficiassem os trabalhadores.

Em troca destas reformas o PCI participaria do Gabinete Governamental (chefiado pelo primeiro-ministro Giulio Andreotti) assegurando-lhe condições de governo. Se o PCI cai fora, o governo fica sem maioria, instala-se uma crise, o que poderia, inclusive, obrigá-lo a renunciar e formar outro Gabinete.

Uma destas reformas foi o desmantelamento dos órgãos secretos de segurança. Com o seqüestro de Aldo Moro, milhares de policiais de outros países entraram na Itália em busca do mesmo. (Desconfia-se da existência de uma "rede européia" do terrorismo, daí a permissão para a entrada no país de policiais estrangeiros).

Enquanto dura o seqüestro, toda a população fica sujeita a ver suas residências e estabelecimentos invadidos para uma "revista".

O PDC de Aldo Moro, pressionado por seus familiares, inclina-se a ceder ante às exigências dos seqüestradores terroristas das BVs. (A troca de Moro pela soltura de 14 presos políticos). O PCI, ao contrário, não aceita "fazer o jogo" das BVs, pois isto significaria dar corda a novos atentados. Por outro lado, existe o cuidado do PCI para que não seja confundido o seu programa de ação política e econômica com os objetivos incorretos dos grupos terroristas.

E bom ficar claro que mesmo não havendo participação (da CIA por exemplo) este seqüestro interessa muito mais às forças que não estão interessadas em mudanças radicais na sociedade italiana, que beneficiaria os trabalhadores e o povo em geral — do que a sua mudança para melhoria das

condições de vida da população em geral.

PINOCHET — general-presidente da Junta Militar que derrubou o governo da Unidade Popular de Salvador Allende em 1973, decretou uma determinada "anistia" no Chile. Isto acontece depois de ter sido verificado o completo fracasso de seu "plebiscito", denunciado como uma farsa até mesmo pelos Estados Unidos, país que apoiou o golpe de Pinochet e da Junta Militar.

A medida deverá atingir todos os chilenos condenados "por delitos contra a segurança do Estado" (excluídos os crimes comuns, financeiros ou econômicos). Adotada no último dia 19/4, esta "anistia impedirá que daqui para frente qualquer pessoa afirme que não há liberdade política no Chile" — segundo Pinochet.

Nos últimos meses uma enorme pressão internacional, visando extirpar do Chile as torturas e os desrespeitos aos Direitos Humanos se fez sentir. Nos EUA exige-se a apuração das circunstâncias da morte do ex-ministro de Allende, Orlando Letelier, assassinado em Washington pelos serviços secretos chilenos.

E preciso saber, no entanto, que esta "anistia" não poderá beneficiar os que não estão presos "oficialmente", nem os mortos. Quanto aos exilados, a Junta Militar diz que os mesmos poderão retornar ao país, desde que se dirijam ao Ministério do Exterior, o qual examinará cada um dos casos.

Estes aspectos retiram da "anistia" chilena seu caráter amplo e irrestrito.

Demonstra ainda a fragilidade com que Pinochet e sua Junta tentam se manter no poder.

"UMA EUROGREVE" — A greve é o principal recurso de que dispõem os trabalhadores para fazer valer seus direitos e pontos de vista. Na Europa, enquanto o sistema capitalista internacional se debate numa das mais sérias e profundas crises já enfrentadas por este sistema econômico, os trabalhadores se declaram não-dispostos a arcarem com o ônus da mesma.

Daí a razão de terem declarado — cerca de 40 milhões — uma greve nos principais países do velho mundo. O motivo foi o crescente desemprego de trabalhadores que já levou para a rua dos seus serviços um total de sete milhões.

Só para se ter uma idéia, citaremos alguns dados publicados recentemente pelo semanário Movimento, onde está relacionado que na Itália, o índice de desemprego se encontra em 7,2% e na Alemanha Ocidental, passou de 4,8% no ano passado, para 4,9 este ano.

Os trabalhadores europeus por muitos anos foram dirigidos por partidos políticos que conciliavam seus interesses com os dos patrões. Por algum tempo a coisa deu certo. Agora, com a crise econômica, os recursos para serem divididos diminuíram. Daí a razão da greve.

Ela aconteceu no dia 5 de abril último, depois de meses e meses de negociações entre as cúpulas sindicais e o governo.



BAR E RESTAURANTE

1o. DE MAIO

Comida boa e para encher a barriga, só no 1º de Maio.. Refeições caseiras e à la carte.

Rua Tiradentes, 9 - Fone 22.49.25 Bem no centro da cidade.

Assine **CONTESTADO**, um jornal independente, que luta pelas liberdades democráticas e em favor das classes populares.

- Desejo receber uma assinatura de **CONTESTADO**:

Nome

Endereço

Profissão Idade

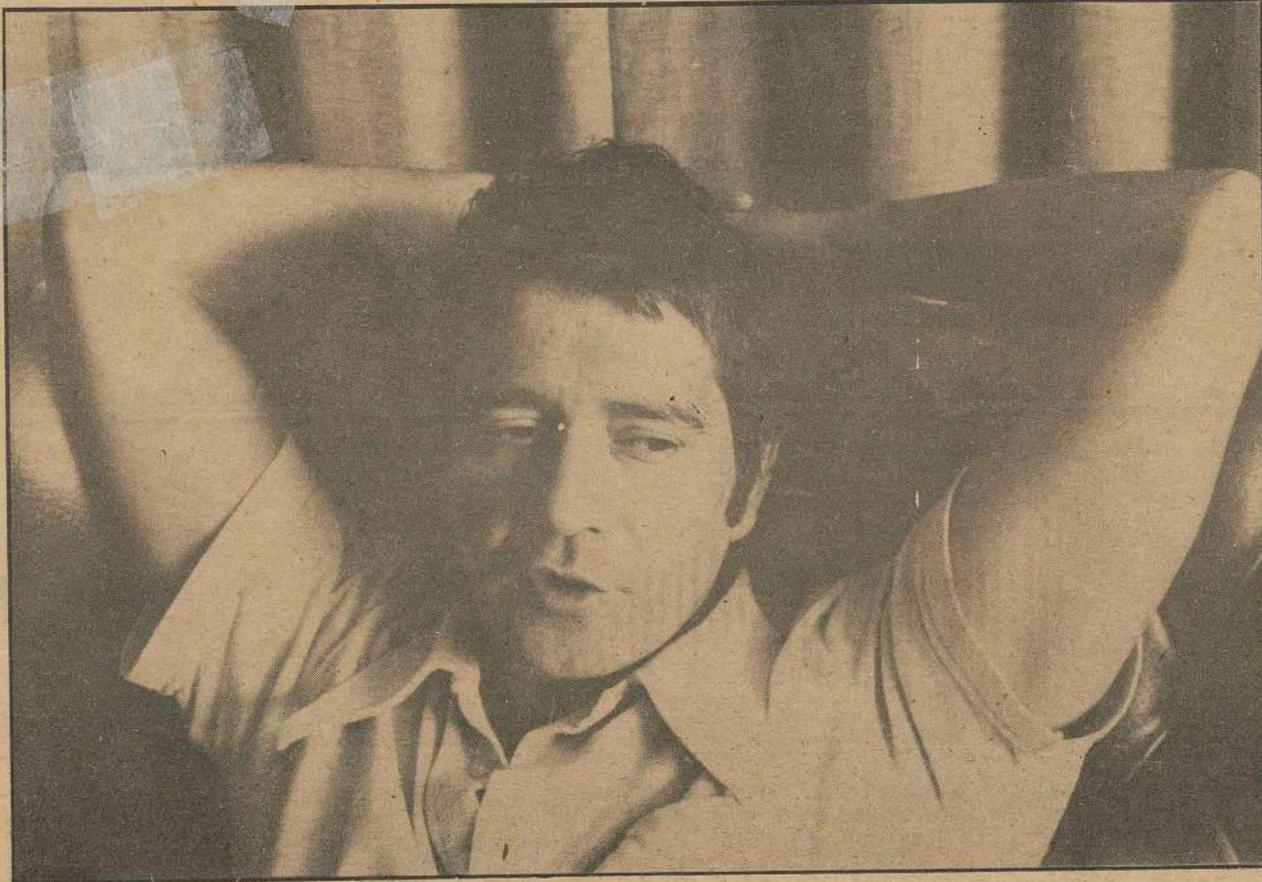
Cidade Estado CEP

Estou enviando cheque nº..... ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística Tupiniquim Ltda., Rua Conselheiro Mafra 96 - Edif. Jacqueline - conj. 308 - Florianópolis - SC.

12 exemplares
Cr\$ 60,00

"A luta ensina a lutar."

Luiz Carlos Cancellier



"O teatro foi a forma que encontrei para dar um testemunho a respeito do tempo em que vivemos. Falo de gente que conheci e que conheço, gente que está amesquinhada por gente. Gente que vai se perdendo. Meu teatro é só isso. Apresento os fatos como um repórter. Conheço os fatos e não sei a solução. O recado que tenho para dar é só este: há gente por aí se danando. Não faço teatro para o povo, mas o faço em favor do povo. Faço teatro para incomodar os que estão sossegados. Só para isso faço teatro". Plínio Marcos não tem meias-palavras para dizer o que pensa. Na entrevista do **CONTESTADO** um pouco do pensamento de um dos maiores autores teatrais brasileiros.

— Qual foi exatamente a origem da tua formação intelectual?

Plínio: Comecei como artista de circo. Era funileiro, vi um circo, me entusiasmei, entrei, viajei com o circo. Quando voltei pra minha cidade conheci a Patrícia Galvão e o Geraldo Ferraz. Conheci outros intelectuais. Em Santos estava acontecendo um movimento raro desses que reúne grandes artistas numa cidade pequena. Com tudo isso aí eu recebi uma formação intelectual, uma porção de pistas pra investigar as coisas. Aí pode-se dizer que foi a minha universidade.

— E o que desencadeou a tua preocupação social?

Plínio: Foi antes. Quando eu trabalhava em circo houve um caso, mais ou menos violento, que um rapaz foi preso e quando saiu matou três pessoas que estiveram com ele preso e tinham abusado sexualmente dele. Aí eu escrevi "A Barrela".

— A partir daí parece que a censura se anexou em ti.

Plínio: Quando fomos encenar "A Barrela" a censura não queria e nós tivemos que estreiar clandestinamente. Aí começou a luta e daí vem aquele negócio que a gente sempre diz, a luta ensina a lutar.

— O que parece como mais importante nessa batalha?

Plínio: Não sei o que possa parecer mais importante porque é tão triste ter censura no país, né? Nada pode ser importante vindo da censura.

— E o que tem demonstrado essa experiência?

Plínio: Que as coisas sempre caminham, que já foi pior. E a gente sempre vai avançando.

— Tu achas que acabando a censura, nós vamos descobrir uma série de valores que até então não apareciam?

Plínio: Não. Quando acabar a censura, a mediocridade vai ficar exposta. Mas, por outro lado, vão aparecer grandes artistas com todo o fulgor. Quanto a esse negócio de dizer que a censura obriga à sutileza é absoluta

besteira, porque a censura não permite a crítica.

— Reconheces na arte alguma missão especificamente política?

Plínio: Toda a ação é política, e a arte não pode ser diferente. Mesmo quando o indivíduo diz que vai fazer a arte pela arte, ele está participando, só que daí eu temo que ele esteja participando sempre do lado de quem detém o poder.

— A experiência em TV valeu?

Plínio: Valeu na medida em que, por exemplo, Beto Rockefeller (de Bráulio Pedrosa) foi uma boa novela. A gente quebrava, através dela, a linguagem mexicanóide que tinha na televisão. Era um trabalho de criação coletiva, isso se devia muito ao Lima Duarte que era o diretor e grande ator, que dava quase total liberdade pra gente criar. Foi uma novela importante. Mas a partir daí nunca mais eu consegui fazer sucesso.

— O intelectual brasileiro já procura participar com o povo?

Plínio: Acho que no Brasil não temos oposição. Temos descontentamentos. Esses descontentamentos são os grupos prejudicados. É necessário que a gente entenda bem o que foi o movimento de 64. Eram vários grupos econômicos que se sentiam ameaçados pelos avanços das pessoas que rodeavam Jango. Do Jango, propriamente dito, eles não tinham medo porque sabiam que se tratava de um latifundiário, essas coisas todas, mas sentiam medo que a franqueza do Jango permitisse que ele fosse envolvido pelo que esse pessoal do movimento de 64 chamava de "comunismo internacional". Então esses grupos se reuniram e golpearam. Aí começaram a disputar entre si o poder. Por causa dos interesses econômicos. Aqui não sei, mas lá em São Paulo é muito fácil você ver que a sucessão estadual é uma disputa de banqueiros, violentamente se mordendo. Nisso tudo, então, aparece muita gente descontente que parece que está pedindo a participação do

povo, mas não. Estão reivindicando o direito deles de ajudar a tomar conta do povo. São caras que querem assumir os estados e o país como se assume uma gerência.

— E qual o seu (do intelectual) compromisso com o povo?

Plínio: Compromisso que deveria ter. Que não tem. E se o poder não é legitimado, tudo vai depender do humor do cara que o detém.

— Daí o papel importante do intelectual na denúncia desses fatos.

Plínio: O intelectual deveria denunciar isto e não ter pressa de nada porque as coisas têm que ser lentamente mesmo. Pro homem se libertar da escravidão com a bola no pé levou séculos. Não há necessidade de urgência. A urgência pode fazer com que a gente simplesmente tire um grupo do poder e ponha outro.

— O intelectual não tem condições de fazer arte popular? Porque se ele só fala de "povo", sua arte é simplesmente popularesca, ou populista. Qual a relação entre a arte do intelectual e a arte popular?

Plínio: Não. O intelectual, levando arte para o povo, jamais estará fazendo arte popular. E a arte dele levada para o povo. Só não é levada pelos veículos de massa porque ele não tem acesso.

— Então o folclore seria a única manifestação genuinamente popular. Logo, não pode haver da intelectualidade arte popular?

Plínio: Não. Intelectual faz outra coisa. Dentro de um país subdesenvolvido como o nosso, ele só dá valor à cultura erudita. Então a cultura dele é erudita. Logo a arte dele é erudita.

— E não há condições de se desvincular disso e assumir uma posição de classe marginal, de classe também explorada, enquadrando-se como classe oprimida?

Plínio: Ele deveria fazer isso. Deveria se misturar com o povo. Acontece que a distorção é tanta,

que de repente a gente passa a achar que só a arte popular é importante. Agora, não é porque a gente tem a arte erudita, que se vai impedir que o indivíduo faça o bumba-meu-boi. Cada um deve fazer a sua arte e não criar padrão, todos fazem coisas iguais. O importante é que se faça arte de verdade. O que se contesta no intelectual é quando ele começa a fazer média, quando se autocensura. E o zé-povo não tem essa sutileza de se censurar. Ele faz a arte dele.

— Como vê essa fase de assimilação de cultura latino-americana?

Plínio: A gente deve lutar dentro do nosso território, pelo que é nosso. As pessoas falam que vão defender a música latino-americana e de repente você vê tocar música boliviana no Brasil e não fica ninguém defendendo a música boliviana lá na Bolívia, ninguém defende a música paraguaia no Paraguai... Isso fica até cômodo para as multinacionais do disco. Quando você pega e fala em música latino-americana, você tem que lembrar que os primeiros a explorar isso, foram as multinacionais do disco. O bolero ainda está soando em nossos ouvidos. E mais, a Continental (empresa de discos de São Paulo), mandou gravar todo o folclore latino-americano.

E se esse negócio entrar em moda ela é quem vai explorar. Os conjuntos de música latino-americana não tocam música brasileira. Em Otaquaritinga (S.P.), apresentou-se um conjunto defendendo a música latino-americana. E daí eu perguntei a eles. E cadê a música de viola? cadê o tambu? (tipo de instrumento de percussão, usado em samba de negros, cadê a catira (tipo de dança caipira); e cadê o moçambique? E cadê a música da região? E quem disse que eles não estavam defendendo

a música brasileira? E isso é grave. A gente tem que fazer um esforço muito grande pro toque de viola não desaparecer. De repente, começa-se a tocar viola que nem guitarra. A gente tem que defender a nossa música.

— Tens insistido que intelectual "tem que conviver com o povo". O que significa essa convivência?

Plínio: O intelectual tá tão divorciado do povo que quando você fala pra ele isso, ele pensa que conviver com o povo é ir morar na favela. Aí não tem condições mesmo, né? Conviver é não perder aqueles laços de esquina. O garoto tem a turminha de esquina dele, forma um time de futebol, vai fazer acampamento, essas coisas todas. Quando ele entra pra faculdade, praticamente rompe com isso, passa a viver a vida universitária quase em regime integral. Pombas, as faculdades são afastadas das cidades, ficam trancadas lá dentro os estudantes, logo eles não estão convivendo nem com o povo da sua rua. E ao não conviver, eles vão ter uma visão distorcida.

Eu quero ver o cara conviver ali, adaptar o que aprende na faculdade pras conversas do teu quarto.

— Para finalizar, falemos sobre os resultados do CPC — Centro Popular de Cultura — era um órgão ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE). Visava ser o ele entre a Universidade e os setores populares, sobre arte popular.

Plínio: Arte popular é a manifestação espontânea do povo. Cultura Popular é tudo que a comunidade assimila sem ser imposto pelos veículos de comunicação de massa. O que o CPC discutia era como eles iam chegar ao povo. E não chegou, porque as discussões eram de cima para baixo.

CONTESTADO

"Os oprimidos se libertarão a si mesmos" (A. Boal)

CONTESTADO. ano 1 / nº 2 / fevereiro de 1977

Preço Cr\$ 5,00

OS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Sindicato:

**peleguismo
e arbítrio**

Pasto do Gado:

**promessas e
ameaças**



Editorial

Liberdades democráticas

Dois compromissos básicos fizeram nascer **CONTESTADO**: a luta pelas liberdades democráticas e a identificação com os interesses e aspirações das classes populares.

Neste segundo número, aprofundamos a preocupação de promover a abordagem dos problemas mais cruciais das classes populares, os dramas que acompanham a sua (heróica) perseverança de continuar vivendo, trabalhando, lutando, "ainda que o pão seja pouco e a liberdade pequena".

E não é preciso ir longe para dar notícia da miséria, da exploração e do engodo a que estão submetidas as classes populares. Aqui mesmo, em SC, **CONTESTADO** levantou para esta edição — entre outros — assuntos como:

— A situação de penúria, desconforto e espoliação em que vivem os operários da construção civil em Florianópolis.

— A realidade cruel de uma comunidade (Pasto do Gado) transferida, por força de ameaças e de promessas não cumpridas.

— As manobras de uma direção pelega de Sindicato (Rio Maina—Criciúma), em conluio com as autoridades do Ministério do Trabalho,

para afastar das eleições ou impedir a posse da Oposição sindical, combativa e conseqüente.

E não se imagine que essas realidades locais sejam particulares a SC. Elas fazem parte, na verdade, de um painel mais amplo a geral — a realidade brasileira, dos milhões de oprimidos e marginalizados deste país.

Ora, a situação das classes trabalhadoras e dos assalariados em geral é conseqüência — acima de tudo — do confinamento a que estão submetidos, do silêncio a que estão obrigados, pela força dos atos de arbítrio e exceção em vigor. As classes populares não participam nem influem na forma de determinação dos seus salários e das suas condições de vida, nem da escolha dos seus governantes.

(Um exemplo — atuale extremo — da marginalização das classes populares, senão de toda a nação, foi a forma pela qual foi escolhido o futuro presidente da República: um homem só, ou um reduzido grupo palaciano consagrou a escolha de um candidato que, como disse Raimundo Faoro, presidente da OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, "ninguém conhece, e portanto ninguém sabe o que

pensa". O processo de escolha do futuro presidente excluiu 110 milhões de brasileiros, ou 50 milhões de eleitores).

Alterar o quadro da miséria e da injustiça significa sobretudo, restituir direito de voz e participação aos milhões de trabalhadores e assalariados. Só eles podem promover a transformação da sociedade, e a transformação só se dará quando eles forem senhores da própria destinação.

Daí o significado essencial da luta pelas liberdades democráticas, pois ela está ligada diretamente a situação e as condições de vida das classes populares.

E caberá às próprias classes populares e aos trabalhadores a tarefa de conquistar as liberdades, sedimentar os espaços conquistados, e lutar pela ampliação desses espaços. Eles lutarão nos sindicatos, nos clubes de bairro, em comunidades de base, nos partidos políticos, pelo direito de viver numa sociedade livre de arbítrio, da injustiça, da doença e da miséria. "São os oprimidos que vão se libertar a si mesmos".

O medo é o pior inimigo da Nação

Cardeal Paulo Evaristo Arns:
é preciso eliminar o medo, mas com uma atitude que acabe também com a indiferença, que é a marca da cultura burguesa

Os setores mais atuantes e progressistas da Igreja no Brasil voltam suas preocupações, cada vez mais, para a promoção humana, para a eliminação da miséria, para a defesa dos direitos dos humildes e despossuídos.

Talvez o catarinense Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, seja a figura mais representativa dessa Igreja identificada com a dor e o sofrimento do povo. **CONTESTADO** resume, abaixo, alguns conceitos formulados pelo Cardeal Arns, em recente visita a Florianópolis.

sobre a participação popular

"A participação política e social também faz parte dos direitos humanos. Essa participação deve se dar através dos sindicatos, dos grupos da comunidade, das associações de todos os tipos.

"Seria bom as pessoas se organizarem, formar comunidades, organizar serviços, as comunidades tendo um espírito, um ideal. Depois, as comunidades todas se unindo para formar um grande povo, como nós sonhamos todos esses anos em que nos ensinaram a amar o Brasil. Povo tem consciência, povo participa".

sobre direito de informação e liberdade de opinião

"É necessário dar conhecimento da realidade ao povo, mas não apenas de pacote de notícias alienadas da televi-

são. Para que haja ação, é preciso que a comunidade tome atitudes, conheça a situação, analise, busque motivação e participe da História.

"O artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos diz que toda pessoa tem direito a dirigir suas opiniões. E no entanto, a própria Igreja, a própria Arquidiocese de São Paulo tem que se submeter aos rigores de uma censura prévia — injustificada e discriminatória."

sobre o medo e a cultura burguesa

"O medo não só inibe, mas arranca a alma do povo. O medo é o pior inimigo da Nação. É preciso eliminar o medo, mas com uma atitude que acabe também com a indiferença, que é a marca da cultura burguesa. A cultura burguesa ("se a minha família vai bem, porque me preocupar com os outros?") é a pior ini-

miga da participação.

"Os membros da comunidade devem entender que toda e qualquer injustiça praticada a uma pessoa desfigura a todos nós."

sobre direitos humanos e sobre a miséria

"Os direitos humanos não se referem apenas a torturas e a presos políticos. A tortura é o extremo, é a volta a um tempo que a História classifica de bárbaro. Que existem presos políticos todos sabem, os processos estão aí.

"Uma tortura constante é a dos salários no Brasil. A justiça deve estar acima de tudo: é a alma de toda a verdadeira ordem econômica.

"Um homem do governo, uma vez, nos disse que (em S. Paulo) estávamos no centro da riqueza, e que, portanto, chorávamos de barriga cheia. A resposta veio depois, com

uma pesquisa de um órgão — a CEBRAP — que mostrou a existência de mais de 2 milhões e 600 mil pessoas vivendo com menos de um salário-mínimo, com até 5 dependentes. Isto em SP, no centro da riqueza. Isto não é mais possível: é urgente mudar."

sobre o crescimento das cidades

"Um fato geral e alarmante é o crescimento das cidades. De 50 a 60% da população está vivendo nas cidades, que em vez de crescerem, incham".

"A conseqüência disso não é apenas a periferia, uma ferida nas cidades, que a cerca toda e que vai aos poucos sugando sua energia. Mas é também uma situação de injustiça econômica e social, uma cultura que se vale de ilusões, como o futebol. E sabemos como entra aí, também, métodos de repressão,

mecanismos coatores, em vez de fatores educacionais."

sobre anistia e sobre o diálogo

"Sou a favor de uma anistia ampla para todos os que não cometeram crime fora do código penal.

"Não fui chamado a participar do diálogo do senador Portella, e acho que não vou ser, embora nunca me tenha negado a qualquer diálogo. Se for chamado será sempre com o objetivo de pedir o diálogo com todo o povo. Acho que é o único conteúdo possível do diálogo: dizer que é preciso voltar a consultar o povo, porque não podemos ocupar um lugar que compete ao povo."

sobre o meio-ambiente

"Não sei como se fará a defesa do meio-ambiente, mas somos obrigados a dizer ao nosso povo que o direito ao patrimônio comum da humanidade não pode ser violado. Precisamos impor a idéia que somos gente, não mercadoria."

sobre multinacionais

"As contradições são muito agudas. Os homens que estão elaborando a política do desenvolvimento, procuram apenas a viabilidade da ordem econômica, com as multinacionais fazendo o contrário com a exploração dos salários e da matéria prima mais barata, atuando em governos complacentes e sugando o sangue das nações".



Mineiros seguem perdendo guerra para o peleguismo

Quando o peleguismo e o arbitrio dão as mãos, fatos vergonhosos e inexplicáveis, violando o que a própria lei estabelece, tornam-se a tônica dos acontecimentos, como bem caracteriza a situação do Sindicato dos Mineiros do Distrito de Rio Mainá, que, desde que emergiu da intervenção federal, uma chapa de oposição, representando os verdadeiros anseios dos operários, já venceu duas eleições e não pôde tomar posse, além de ter sido vítima das manobras mais mesquinhas e desonestas possíveis em outros pleitos.

Logo que foi levantada a Intervenção Federal do Sindicato dos Mineiros, foram marcadas as primeiras eleições, para novembro de 1976, onde os operários de maior liderança sindical na região, lançaram o nome de Luiz Mendes Xavier, que gozava de prestígio incontestável entre os trabalhadores, para encabeçar uma chapa. Em contrapartida, para representar os interesses dos donos da mina, o pelego (Pele de carneiro com a lâ, usada sobre a montaria, para amaciar o assento. Dessa acepção surgiu o emprego da palavra para designar o agente do Ministério do Trabalho, infiltrado nos sindicatos operários. Posteriormente, passou a indicar a própria liderança sindical. I.E.) Aristides Motta, lança-se candidato a presidência, por outra chapa. O movimento eleitoral toma corpo, mas logo fica clara a situação: Luiz Mendes Xavier vencerá as eleições, com grande margem de diferença.

Vendo a mínima ou nenhuma possibilidade de vitória, como o próprio mineiro relata em carta ao Ministro do Trabalho, o senhor Alberto Manete (ex-interventor do próprio Sindicato e, atualmente, Juiz Classista em Curitiba) entra em contato com Luiz Mendes Xavier e propõe que se faça uma chapa de coalisão, onde o seu candidato, Aristides Motta, ficaria com a presidência; e, para oposição, a secretaria. Xavier levou a proposta aos seus companheiros para discussão, onde ela não é apenas descartada, como, imediatamente repudiada.

E A LEI? DE NADA ADIANTOU.

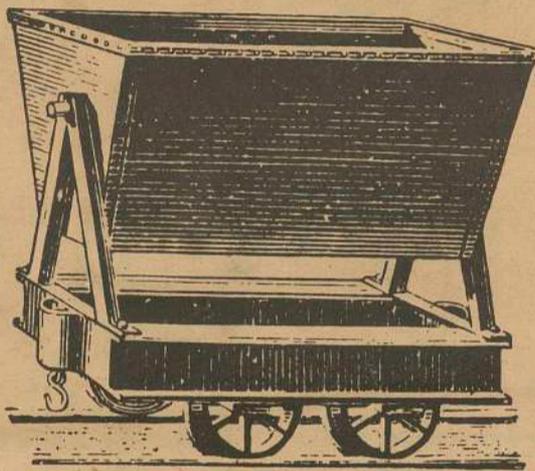
Finalmente, em 28 de outubro de 1976, cinco dias antes da realização das eleições, Airton Minogio do Nascimento, Delegado Regional do Trabalho e ex-advogado do próprio sindicato, quando da presidência do interventor Alberto Manete —, baixa uma portaria, declarando inelegível o operário Luiz Mendes Xavier, alegando estar esta de acordo com as leis vigentes. Xavier, em companhia de seu advogado, desloca-se para Florianópolis, e impetra um Mandado de Segurança. Quando na impossibilidade de tempo para julgamento, o Juiz concede liminar favorável, dando assim, condições legais para que Xavier possa concorrer à presidência daquele Sindicato.

As eleições e a chapa de oposição, com Luiz Mendes Xavier como presidente, recebe 65,5 por cento dos votos, enquanto os pelegos, encabeçados por Aristides Motta, ficam com apenas 34,5 por cento dos votos. Os resultados desagradaram bastante a Alberto Manete e Airton Minogio do Nascimento, que na oportunidade não esconderam o descontentamento, e alguns dias depois, arbitrariamente, comunicaram a Diretoria, que as eleições haviam sido suspensas pelos seguintes motivos: "os operários votaram sob influência psicológica, a favor da chapa de oposição, tendo em vista pretensas perseguições sofridas por Luiz Mendes Xavier, para que não concorresse e porque de acordo com as leis vigentes, o mesmo era inelegível".

Estranhas explicações estas. Primeiro: Se houvessem as tais condições psicológicas, fato que é uma mentira, elas foram criadas por eles próprios. Segundo: A inelegibilidade alegada, era uma violação à lei que, na pessoa do Sr. Juiz, havia, através da liminar, oferecido todas as condições legais ao presidente da chapa de oposição. E assim, numa



Luiz Mendes Xavier



clara desconsideração à vontade dos trabalhadores, informaram que "oportunamente seriam realizadas novas eleições, sendo que desta vez, Luiz Mendes Xavier não poderia ser candidato".

Em tempo: após 60 dias, além da liminar, Luiz Mendes Xavier teve ganho de causa no Mandado de Segurança impetrado.

OS PELEGOS E O ARBITRIO CONTINUAM

Encerrado o episódio, se assim se pode dizer, novas eleições foram marcadas para o dia 29 de abril de 1977. Pela oposição, representando os interesses dos trabalhadores, continua na presidência da chapa, Luiz Mendes Xavier, enquanto a situação, mantém o mesmo pelego, que é presidente interino do Sindicato: Aristides Motta. Porém, em mais uma manobra, inexplicavelmente o pelego renuncia ao Sindicato e mantém-se candidato na chapa da situação. Em consequência, assume o órgão, uma junta governativa, liderada por Valdir Roussenq.

Enquanto tais fatos ocorriam, o Delegado do Trabalho, desrespeitando a portaria que rege as eleições sindicais, reduziu os dias de eleições, de dois para um, e transferiu a sede das urnas das minas, para as instalações do sindicato, contrariando o edital de convocação e, na esperança de que com este ato, as eleições não atingissem o quorum necessário, pois, a estas alturas, a vitória da oposição era visível.

No entanto, a manobra não surtiu efeito e, diante da disposição dos trabalhadores em firmarem posição junto com o seu representante, para não verem mais uma vez a oposição vitoriosa, o então pelego de plantão: Valdir Roussenq, no dia do pleito, comunica aos trabalhadores que as eleições estão suspensas, "por falta de cédulas".

Novas eleições foram então convocadas para o dia 29 de agosto, com a chapa de oposição trazendo na presidência: Luiz Mendes Xavier. Na antevéspera porém, o presidente da chapa de oposição foi intimado por "autoridades" policiais de Criciúma, e enviado a Florianópolis, para encontrar-se com o Secretário de Segurança e Informações. No encontro, em palavreado do Secretário a Xavier, apenas deram conta que ele não estava sabendo de nada.

Xavier voltou a Criciúma, quando então se deu conta que sua convocação era uma jogada dos pelegos, em conluio com outras "autoridades" pois sua ausência foi aproveitada para levantar uma série de boatos e para comprarem, com o dinheiro dos donos das minas, cinco membros de sua chapa, o que motivou novamente suspensão das eleições, porque a chapa ficou com menos de dois terços (os membros da chapa são 16). Cabe aqui uma observação: A chapa dos pelegos renunciou também.

LIBERDADE VIOLADA

Novas datas para as eleições, são marcadas: 19 e 20 de dezembro, com uma articulação mais sutil por parte dos situacionistas. Lançaram os cinco elementos comprados, encabeçando uma chapa, "dizendo-se de oposição", tentando com isto, enganar aos trabalhadores. Desta feita, concorrem três chapas: a de oposição e duas situacionistas. Ai, um fato novo vem a ocorrer: na noite de 19 para 20 as urnas foram levadas pela polícia local, para lugar ignorado. Abertas no encerramento do pleito, os resultados ficaram assim distribuídos: chapa oficial — 112 votos, chapa dos vendidos — 507 votos e chapa de oposição — 640 votos. Estes resultados, entretanto, vieram a surpreender os próprios trabalhadores, que chegaram a uma conclusão comum: na noite em que a polícia levou as urnas, os votos foram trocados.

Nestas circunstâncias, já que nenhuma chapa havia obtido a maioria absoluta, novas eleições foram convocadas, para quatro e cinco de janeiro, em segunda convocação. Nesta oportunidade, os operários deixaram de votar no primeiro dia, para evitar qualquer possibilidade de corrupção, tendo porém uma surpresa; com o aparecimento do inspetor Valdemar Mota, designado pelo delegado regional do Ministério do Trabalho, Airton Minogio do Nascimento, para acompanhar de perto o desenrolar das eleições.

REVOLTA

Mas, o Dr. Mota, após uma reunião com o presidente da mesa: Job da Silva Nova, afirmou que sua visita era apenas "informal", fato desmentido mais tarde pelo próprio Airton Minogio, que afirmava, numa rádio local, que o Sr. Mota foi enviado à Criciúma para acompanhar de perto os trabalhos de eleição.

Para pasmo e revolta dos operários, no entanto, esta não seria a maior surpresa, pois no segundo dia das eleições, quando as autoridades do Ministério do Trabalho deram conta de que a vitória da oposição seria esmagadora, suspenderam as eleições pela quinta vez consecutiva, desde novembro de 1976, através do presidente da mesa dos trabalhos e advogado do Sindicato: Job da Silva Nova, que aceitou o protesto verbal e sem qualquer comprovação, do presidente da chapa dos pelegos, que alegava que Xavier havia violado a liberdade dos eleitores.

E, de fato, a liberdade foi violada, porém pelo peleguismo e pelo arbitrio, que mais uma vez, impediram ilegalmente aos operários a tomarem aquilo que lhes pertence: o Sindicato.

VALDIR ALVES

Custo de vida: custando a vida

A Lei estabelece que o salário mínimo deve suprir as necessidades do trabalhador e sua família, no que diz respeito a alimentação, habitação, vestuário, saúde, higiene, etc. No entanto, entre a Lei e a prática, há uma grande diferença ainda não corrigida.

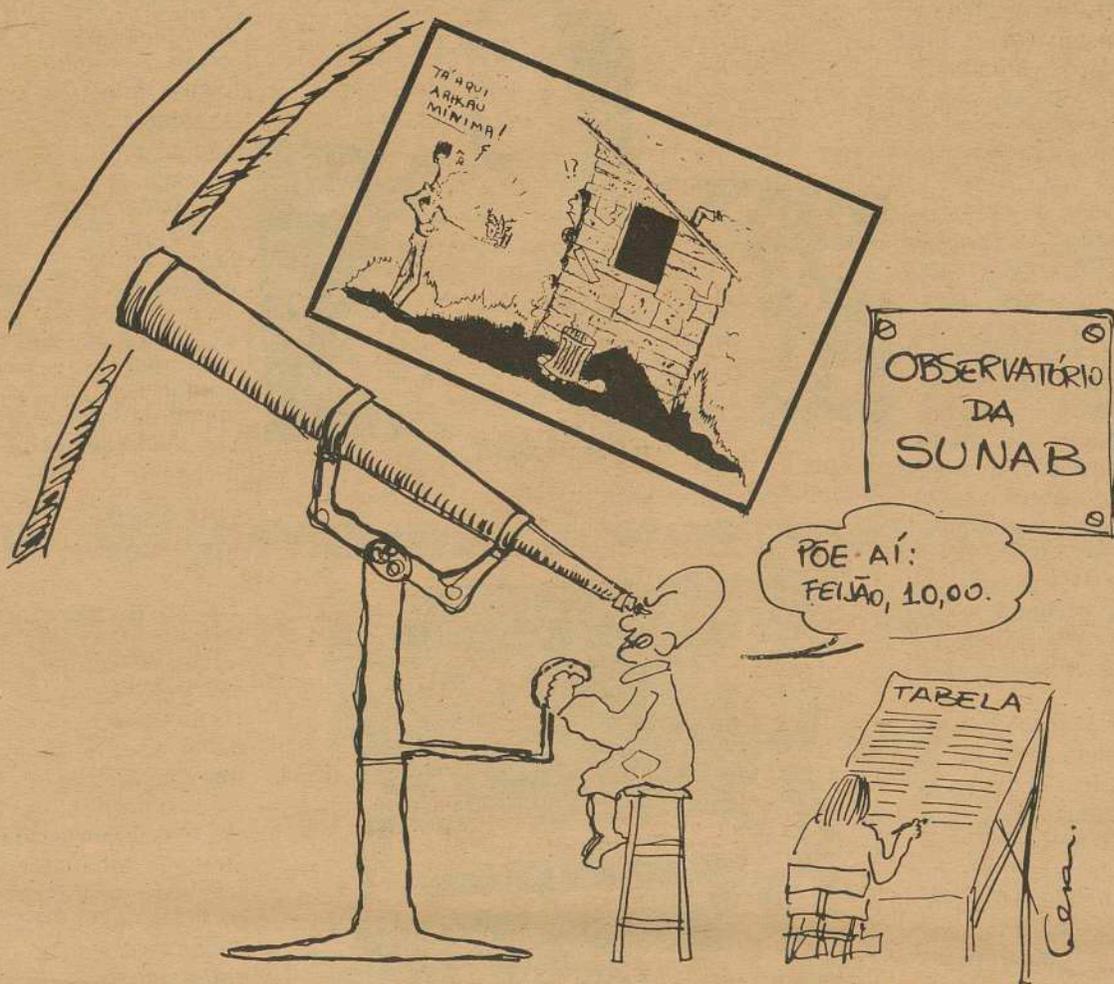
Conforme prevê a Constituição Federal, em seu Art. 158, inciso I, o salário mínimo deve atender as necessidades do trabalhador e sua família, no que diz respeito à sua alimentação, habitação, saúde, educação, vestuário, higiene, etc.

Porém, o que determina a Constituição Federal, jamais foi atendido. Se analisarmos a lei do salário mínimo veremos que ela está baseada no Dec.-Lei n.º 399, de 30.04.1938, do governo Getúlio Vargas, decreto que define a quantidade mínima mensal de alimentos que um trabalhador adulto necessita consumir para sobreviver e poder trabalhar.

Conforme o exposto na tabela, além de ser a ração mensal para um trabalhador apenas e, não levar em conta a sua família, o tipo de alimentação escolhida para nutrir quem trabalha se mostra deficiente não somente em sua quantidade, mas também em sua variedade, não atendendo desse modo as exigências de reposição das energias necessárias para sobreviver e trabalhar.

Conforme o Dec. 399, foi instituído a ração mínima mensal necessária para a alimentação de UMA SÓ PESSOA, esquecendo que o trabalhador tem a responsabilidade de alimentar além de si, os demais membros de sua família. Portanto, tal Decreto refere-se apenas ao indivíduo que recebe o salário, mas, e a sua família, com que sobreviverá? Neste caso a lei do salário mínimo condena-os à morte, pela fome, pois não prevê para eles qualquer possibilidade de sobreviver com o mesmo salário que o chefe de família percebe, pois neste salário não está computado as necessidades de vida da família inteira.

A consequência dessa situação leva forçosamente a família do trabalhador assim carente de recursos, a buscar em outras fontes os meios de sua sobrevivência e, encontra-os no subemprego, na prostituição, na delinquência juvenil e na crimina-



lidade.

Além do mais, se não bastasse a deficiência do salário em atender as necessidades básicas do trabalhador, temos ainda, para agravar as condições de sua vida e de sua família, o crescente grau de exploração que diminui cada vez mais o poder de compra deste salário, chegando ao ponto de a queda do salário atingir cerca de 65%, nesses últimos 13 anos.

Assim, se compararmos o salário mínimo ganho pelo operário, e dele descontarmos o encargo social de 8% do INPS, veremos que o que sobra deste salário, subtraído dele, agora, os gastos com a ração mínima, instituída por lei, torna-o insuficiente para atender as demais necessidades como: habitação, saúde, educação, transporte, vestuário, etc.

Imaginemos, entretanto, uma família com 4 pessoas, a qual deverá depender do ganho de um salário-mínimo. Sendo o salário atual Cr\$ 1.027,00, descontamos dele 8% para o INPS, sobrando portanto, Cr\$ 945,20 para cobrir os gastos com alimentação e demais necessidades. É, desse montando líquido (Cr\$ 945,20) que o trabalhador deverá, deduzir Cr\$ 583,30 gastos na ração mínima. Do restante de Cr\$ 361,90 é o que lhe sobrar para atender todas as necessidades imprescindíveis, como se isso fosse possível.

Se levarmos em conta que, com o mesmo salário, ele tivesse que atender as necessidades de uma família de 4 pessoas, veremos que somente os gastos com alimentação seriam superiores a Cr\$ 1.749,00. Portanto, como vemos, só para a alimentação a lei do salário mínimo é uma violência, pois, este não permite que a família do trabalhador seja atendida naquilo que é fundamental, e por isso, necessário suprir, para manutenção da vida. Como poderá, portanto, o trabalhador realizá-la? senão diminuir ainda mais os gastos com alimentação?

DECRETO LEI N.º 399 DE 30/4/1938				
RAÇÃO MÍNIMA		CUSTO DE RAÇÃO MENSAL EM Cr\$		
PRODUTO	QUANTIDADE	EM 1971	EM 1975	EM 1977
CARNE	6,00 kg	40,14	96,00	240,00
LEITE	7,5 litros	5,03	24,00	30,00
FEIJÃO	4,500 kg	7,83	33,75	40,50
ARROZ	3,00 kg	5,67	16,50	19,50
BATATA	6,00 kg	4,56	20,40	24,00
PÃO	6,00 kg	12,66	18,00	90,00
CAFE	600 gramas	3,18	13,20	36,00
BANANA	7,5 dúzias	3,38	22,50	45,50
ALUCAR	3,00 kg	2,88	6,00	18,00
BANHA	750 gramas	3,10	5,85	9,80
MANTEIGA	750 gramas	2,06	3,00	30,00
TOTAL		106,79	259,20	583,30
SALÁRIOS DECRETADOS		225,60	532,80	1.027,40
INPS (8%)		- 18,00	- 42,62	- 82,26
ALIMENTAÇÃO		- 106,79	- 259,20	- 583,30
SOBRA		100,81	230,98	361,90

A guerra do Contestado II

As razões do fanatismo religioso dos Sertanejos

"Abandonaram o Deus dos grandes fazendeiros e passaram a tomar por verdadeiro Deus um homem que em vida tinha sido, tal como a maioria deles, caboclo pobre."

É comum ver-se na história da humanidade que quando a injustiça, a miséria e o sofrimento de um povo chegam a limites extremos, este mesmo povo torna-se profundamente místico e passa a crer que somente forças espirituais trarão remédio para seus males. Esta é fundamentalmente a razão do fanatismo religioso dos sertanejos envolvidos na Guerra do Contestado.

Aqui é preciso ter em conta que os sertanejos eram, na sua maioria, analfabetos. Não tinham o mínimo conhecimento científico e nem assistência alguma por parte do Estado, tais como assistência médica, jurídica, agrícola etc. Na falta disto, eles buscavam resolver seus problemas na base da simpatia, benzeduras, procissões, rezas e feitiçarias. Qualquer pessoa, naquelas condições, faria o mesmo. Quando alguém da família ficava doente, chamavam o curandeiro; quando a peste agrícola invadia as lavouras, chamavam o benzedor; para curar a bicheira de um animal, faziam simpatia; para achar um animal perdido, cuspiam na palma da mão e jogavam para cima, para o lado que o cuspe caísse, naquela direção estava o animal.

Deve-se ter em conta também, que além desta realidade degradante, a partir da chegada das empresas estrangeiras, da construção da Estrada de Ferro, da valorização da madeira e erva-mate e conseqüentemente das terras, os sertanejos passaram a ser expulsos de suas terras através da violência mais cruel e desumana que se possa imaginar. (Veja CONTESTADO Nº 1) Daí, sobreveio a fome, a insegurança, o desespero, o ódio. Seus lares já não eram mais "uma cabana em meio a uma milharal murcho", mas sim a estrada traiçoeira e incerta, aonde foram atirados para que os grandes latifundiários e empresas estrangeiras pudessem aumentar suas fortunas. Diante de tanta injustiça na terra, aquele povo voltou-se para os céus. Em meio a milhares de pessoas nestas condições, havia ambiente propício para pregações espiritualistas e messiânicas.

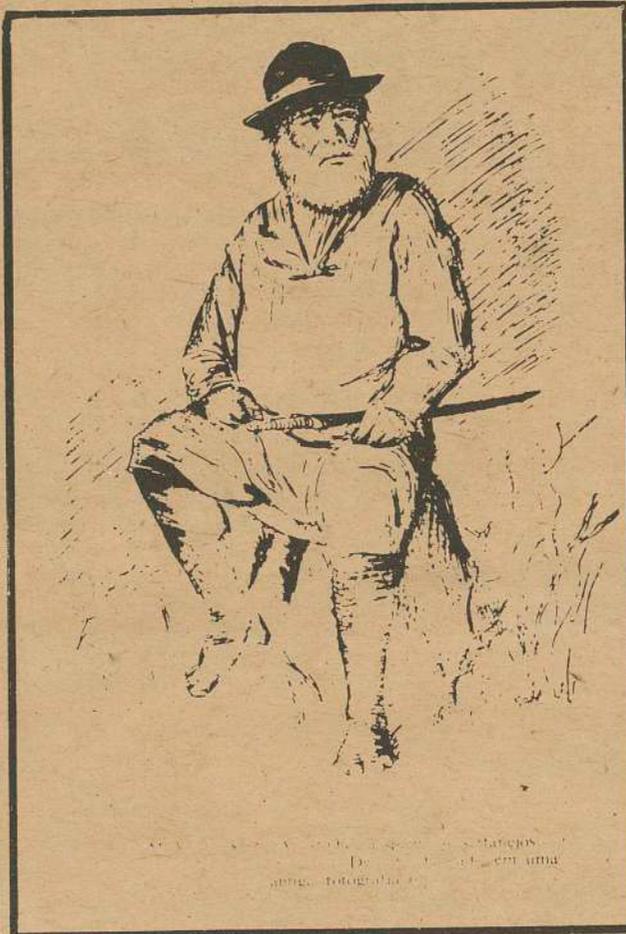
OS MONGES

Assim, apareceram vários monges na região onde mais tarde eclodiu a Guerra do Contestado. Os monges faziam benzeduras, fabricavam remédios caseiros, faziam pregações religiosas, davam conselhos. Nada disto era feito em troca de dinheiro. Além disto, os monges se identificavam com os sertanejos por serem igualmente pobres. Todos os monges, tiveram atritos com a Igreja Católica. Um deles, João Maria, acusou um padre de Lages de colaborar na matança de índios. É sabido que a Igreja Católica da época, estava plenamente identificada com os poderosos. Aos poucos, os sertanejos foram percebendo que o Deus dos monges era diferente do Deus dos Padres, dos latifundiários e das empresas estrangeiras. É evidente que, nestas circunstâncias, os sertanejos desprezaram o Deus dos poderosos e opressores, pois uma classe que oprime não pode ter um Deus que Liberta. Assim, estavam lançadas as bases de uma nova religião, que só desapareceria com a matança generalizada dos sertanejos na guerra. Importa no entanto frisar que a "santa religião de São José Maria" não buscava a salvação no outro mundo, mas sim aqui e agora.

CANUDINHOS DE LAGES:
UM ENSAIO GERAL

No fim do século passado (1897), apareceu no interior do município de Lages um monge chamado Miguel. Miguel prometia salvação a todos os que o

seguissem. Logo reuniram-se em torno dele centenas de miseráveis, desempregados ou despejados de suas terras. Um poderoso latifundiário de Campos Novos, Henrique Rupp, denunciou o fato ao governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, alegando que os sertanejos lhe roubavam o gado e promoviam desordem. O primeiro destacamento de polícia que tentou reprimir os sertanejos, foi derrotado e bateu em retirada, com algumas baixas. Neste ponto entrou em ação o mais poderoso latifundiário da região serrana, Vidal Ramos. Vidal Ramos, mais tarde veio a ser governador do Estado, dando assim origem à mais poderosa oligarquia política de Santa Catarina, da qual saíram vários governadores de Estado. Vidal Ramos, criou grande alarma junto às autoridades e às classes proprietárias em geral, associando o que estava ocor-



rendo no interior de Lages, à Guerra de Canudos que fazia pouco havia terminado. Isto fez com que dois exércitos se mobilizassem: um de Santa Catarina, outro do Rio Grande do Sul. O destacamento do Rio Grande do Sul chegou ao local (Entre Rios) primeiro, e atacou os sertanejos no momento em que estavam a fazer penitência com uma pedra à cabeça. O massacre e a carnificina foi total. Em seguida os cadáveres dos miseráveis sertanejos, homens, mulheres e crianças, foram queimados junto com suas cabanas.

Terminava assim aquilo que foi um ensaio geral da Guerra do Contestado e que passou à história com o nome de "Canudinhos de Lages".

A VIDA PÚBLICA
DE JOSÉ MARIA:
UM MONGE REVOLUCIONÁRIO

"Uns vieram aqui só para tirar o tempo de nós. Como eu quero beber água limpa, quero que todos bebam. Hoje a maior parte suja a água para os outros beberem; isto a gente não deve fazer".

Por volta de 1911, apareceu em Campos Novos um curador de ervas, que passou para a história com o nome de José Maria, mais tarde "São José Maria nosso Deus". Por ser excelente curandeiro, passou a atrair centenas de sertanejos, doentes, famintos e despejados.

Alguns autores afirmam que José Maria, quando

jovem, foi soldado do Exército, onde adquiriu práticas militares. Mais tarde, pouco antes de ganhar fama em Campos Novos, foi curandeiro modesto no interior do município de Lages, onde ganhava a vida como trabalhador braçal nas lavouras ou em construções de estradas municipais. Ali ficou conhecido como "doutor de tamancos". Havia morado algum tempo também entre os posseiros do Irani.

José Maria era um líder político. Logo compreendeu a importância de sua liderança junto aos sertanejos. Odiava os opressores e mostrou compreender as verdadeiras causas do sofrimento e da miséria do povo que o cercava.

Na medida que seu prestígio crescia, José Maria buscou organizar-se. Instalou uma farmácia a que deu o nome de Farmácia do Povo. Dava instrução militar aos sertanejos e organizou sua guarda pessoal. Organizou também as rezas, três vezes ao dia, oportunidades em que fazia pregações, algumas delas com caráter político. Algumas vezes afirmava: "Uns vieram aqui só para tirar o tempo de nós. Como quero beber água limpa, quero que todos bebam. Hoje a maior parte suja a água para os outros beberem; isto a gente não deve fazer."

Nos primeiros meses de 1912 José Maria participou de festas de igreja que se transformaram em atos de agitação contra a Estrada de Ferro e os grandes latifundiários.

A REAÇÃO DOS
GRANDES PROPRIETÁRIOS

O povo não é capaz de destruir nem de subverter aquilo que ama; mas ninguém ama a fome, a humilhação, a dor, a injustiça.

O ajuntamento em torno de José Maria, o prestígio do monge entre os miseráveis, seu ódio aos opressores, seu amor à justiça, suas idéias religiosas e políticas, determinaram a reação dos grandes proprietários, que já se preparavam para intervir militarmente em Taquaruçu, interior de Curitibaanos, onde se encontrava o monge e uma pequena multidão de sertanejos, no início do segundo semestre de 1912.

É preciso entender, que o prestígio do monge roubava prestígio aos "coroneis". Em segundo lugar, o ajuntamento em torno do monge roubava mão de obra barata aos grandes latifundiários e empresas estrangeiras. Em terceiro, as idéias políticas que se desenvolviam nestes ajuntamentos, eram claramente subversivas, colocando em perigo a ordem estabelecida — a ordem dos grandes proprietários. Neste particular, os "coroneis" tinham razão, pois o povo não é capaz de destruir e subverter aquilo que ama, mas ninguém ama a fome, a humilhação, a dor, a injustiça. Ante a injustiça, todos os injustiçados são subversivos. É preciso ter em conta ainda, que os grandes latifundiários, "donos de gado e gente" estavam habituados a serem prontamente obedecidos, e quando quisessem levar uma caboclinha para a cama, ninguém podia torcer o nariz.

Foi em meio a este estado de espírito, que o poderoso "coronel" de Curitibaanos, Francisco de Albuquerque, três vezes compadre do super "coronel" Vidal Ramos, mandou chamar à sua casa o monge José Maria. O monge num ato de soberania respondeu que a distância entre eles era a mesma; logo, se o "coronel" quisesse vê-lo, que fosse onde estava. Diante disto, o "coronel" Albuquerque enfureceu-se e mobilizou a polícia estadual para destruir o monge e seus seguidores.

José Maria, habilmente, percebendo que ainda não estava preparado para a luta, transferiu-se de Taquaruçu (Curitibaanos), para junto dos posseiros do Irani, levando consigo apenas algumas dezenas de homens em armas.

Este artigo continuará na próxima edição de Contestado.

POR SÉRGIO ULIANO

Os operários da construção civil

Reportagem de Celso
Martins da Silveira Junior,
Fernando Barros, Flávio
Fernandes, Lara Maria Germer
e Paulo Roberto da Silva

"Era ele que erguia casas, onde antes só havia chão.
Como pássaro sem asas, ele subia com as casas que lhe botavam das mãos.
Mas tudo desconhecia. De sua grande Missão: não sabia por exemplo, que a casa de um homem é um templo sem religião,
como tão pouco sabia que a casa que ele fazia, sendo a sua liberdade, era a sua escravidão".
(trecho do poema Operário em Construção, do poeta Vinicius de Moraes)

O desrespeito às leis do trabalho, péssimas condições de vida, de moradia, falta de segurança e salários de fome, são alguns dos problemas enfrentados pelos trabalhadores da construção civil de Florianópolis.

CONTESTADO visitou algumas obras desta capital, onde diversas firmas constroem edifícios de apartamentos, conversando com inúmeros operários, e de tudo uma coisa se destaca: apesar das empresas enriquecerem assustadoramente, a grande massa trabalhadora, a cada dia que passa, sofre mais e mais privações em todos os sentidos.

UM EXEMPLO

Alguns operários de uma firma empreiteira de Florianópolis, tiveram que enfrentar inúmeros problemas, para conseguir parte do pagamento devido aos mesmos. O fato ocorreu no último dia 13 de janeiro, sexta-feira, quando os trabalhadores chegaram no escritório para receber a metade do 13º salário, que ainda não havia sido pago, além do atraso de três meses de serviço e as férias a que muitos tinham direito.

Indignados, após terem que esperar por vários dias, eles resolveram pedir explicação ao encarregado do pessoal. Diante disso, o funcionário pediu a intervenção da polícia. A grande maioria provinha do interior do Estado, apenas para receber o que lhe é de direito, mas a verdade é que eles ainda não receberam nada.

Assim acontece com os operários da construção civil em Florianópolis, que mesmo despejando seu suor durante horas a fio de trabalho, na hora de receber o pagamento se vêem enganados pelos patrões.

"PÃO COM COCA-COLA"

Numa obra que está sendo construída na rua Lauro Linhares, no bairro da Trindade, os operários pagam a quantia de 18 cruzeiros, por dois pratos de arroz, feijão e carne de terceira. A soma das despesas significa 1/3 do salário de um trabalhador. Alguns vêem este custo reduzido, mediante a compra apenas do almoço, deixando para a janta o pão com Coca-Cola — o que representa uma alimentação muito pobre, haja visto que eles trabalham muitas vezes até 12 horas diárias, com apenas alguns minutos de descanso.

Num outro edifício que está sendo construído na Avenida Hercílio Luz, existe uma cantina para os operários, onde o almoço oferecido é apenas arroz com feijão, misturados antes de ir ao fogo. Algumas vezes, segundo os operários, a comida vem podre, tornando impossível ingerir a mesma. Se algum deles quiser algum "conduto" (carne, ovos, linguiça, etc.) terá que comprar de seu próprio bolso.

Nesta mesma obra, está fixado o seguinte cartaz: "O OPERÁRIO QUE CHEGAR NA OBRA APÓS AS REFEIÇÕES, DEPOIS DE BATER O FERRO, NÃO PEGARÁ O SERVIÇO — perdendo assim o dia integral.

"RATOS, BARATAS E PULGAS"

Também as condições de moradia no local das obras são bastante constrangedoras para os trabalhadores das obras, em Florianópolis.

Na Trindade, também na rua Lauro Linhares, os beliches onde dormem os operários, são construídos toscamente por eles, que são obrigados a realizar os serviços de conservação dos mesmos, inclusive dos banheiros. Todos reclamam do exagero dos ratos, baratas e pulgas, por representarem uma ameaça constante à sua saúde.

Sendo a grande maioria dos trabalhadores proveniente do interior do Estado, eles são obrigados, desta maneira, a utilizarem o alojamento das próprias firmas. Estes são construídos no tamanho de 3x4, com diversos beliches de madeira e colchões jogados em cima.

"INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO VENDIDOS"

Segundo informações obtidas junto à Delegacia do Trabalho nesta capital, as condições mínimas exigidas, para oferecer segurança aos trabalhadores são: concessão por parte da empresa de luvas, cintos de segurança, capacete, sapatos, óculos e andaimes com proteção.

Já nas obras, as informações que nos deram os operários dão conta de que estes instrumentos que oferecem proteção aos trabalhadores são cobrados pelas firmas.

Os trabalhadores recebem por empréstimo, numa construção da Avenida Hercílio Luz por exemplo, luva, capacete, óculos e cinto de segurança, sendo que se qualquer destes mate-

riais forem extraviados, o operário terá que repor o mesmo. Já os sapatos, são cobrados a preços que variam de 90 a 130 cruzeiros, pagando o operário em parcelas mensais.

Além disso, constatamos que a maioria dos edifícios em construção, não estão munidos de andaimes seguros, sendo em sua maioria feitos de madeira, sem parapeitos e grades de proteção, ficando o operário trabalhando sob o risco de sua própria vida.

"ATÉ 12 HC. AS POR DIA"

Na maioria das obras, os operários trabalham de segunda a sábado, iniciando o batente às 7 horas, indo até 12, para uma hora depois pegar no serviço e somente largar às 17 horas. A maioria destes operários, "para poder safar mais uma grana", trabalha até 12 horas por dia — saindo da obra extremamente cansados, sobretudo por causa da pouca alimentação que consomem.

Algumas obras dão 15 minutos de intervalo, na parte da manhã, para o café, mas a maioria não dá nem um minuto sequer.

"SALÁRIO DE FOME"

O pagamento dos trabalhadores das obras é feito pelas horas de serviço prestadas pelo operário, existindo diferença entre as diversas funções por eles exercidas. Um carpinteiro, por exemplo, pode ganhar de 8 a 12 cruzeiros a hora, bem como um pedreiro, ficando entre 5,50 a 6,50 cruzeiros a hora para os serventes.

Caso os operários façam horas extras, existe um acréscimo — por lei — de 20% sobre o pagamento normal.

Em média, trabalhando um total de 12 horas por dia, os trabalhadores chegam a receber a insignificante quantia de Cr\$ 2.700 cruzeiros — descontados daí a passagem do coletivo, almoço, lanche, material, equipamentos de segurança e Inps — o que reduz brutalmente a quantia a ser utilizada para as despesas da casa, como aluguel, água, luz, alimentação, escola e outras despesas mais.

"MÍNIMO PARA MENORES E HORA EXTRA FORÇADA"

Tornou-se comum na construção civil a utilização pelas empresas imobiliárias, de firmas empreiteiras, que por sua vez utilizam subempreiteiras. Estas, arregimentam a mão-de-obra e as empregam nas obras que estão sendo executadas. As empreiteiras são as responsáveis pelos encargos trabalhistas e legais ante os operários.

Uma destas possui cerca de 700 operários contratados, todos eles sindicalizados, porém não o utilizam por desconhcerem aquilo que o sindicato deve fazer em benefício dos trabalhadores, preferindo utilizar os serviços médico-odontológico do Inps.

Nas subempreiteiras é comum a utilização de mão-de-obra de crianças com menos de 12 anos de idade, além de obrigar todos os seus operários a realizarem horas extras.

A EXPLORAÇÃO IMPUNE

Diante de todos estes dados, que foram colhidos junto aos trabalhadores da construção civil de Florianópolis, uma pergunta nós fazemos: QUAL A ORIGEM DESTES PROBLEMAS? Sabemos que o tipo de sociedade em que vivemos, é caracterizado pela riqueza excessiva de poucos, ao lado da imensa pobreza em que se encontra a grande maioria.

Um exemplo muito claro, para ver como se dá a exploração do operário das obras, pode ser demonstrado da seguinte maneira: para construir um edifício, o patrão precisa de material e de mão-de-obra.

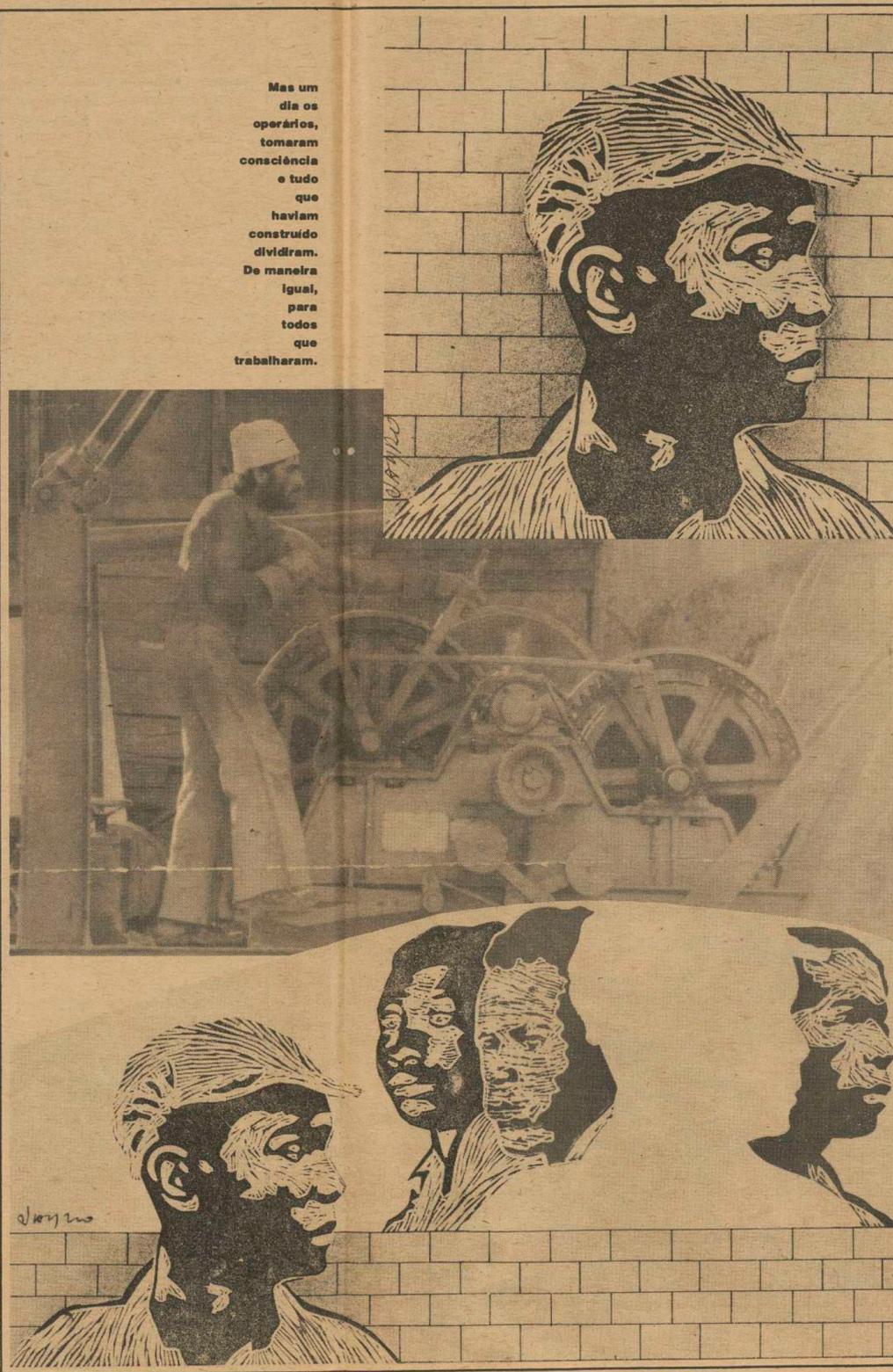
Vamos supor que, para comprar o material, ele faça um gasto de 100 cruzeiros. Para pagar os operários, um total de 50 cruzeiros.

Pela lógica, o valor do edifício deveria ser de 150 cruzeiros (MATERIAL (mais) MÃO-DE-OBRA (igual a) CUSTO DA OBRA), mas não é isso o que vemos acontecer.

A verdade é que no fim o patrão vende o edifício por quantias de 3 ou 4 vezes maiores da que gastou para construí-lo. Disso se deduz que os responsáveis pela valorização do dinheiro empregado, primeiramente são os que construíram o edifício — não tendo o patrão nenhum trabalho, senão o de pegar um empréstimo no banco, ou então assinando um cheque, para pagar o material e os operários.

Assim, sabemos que o "novo valor" que ganhou o edifício foi o trabalho não pago ao operário.

Mas um dia os operários, tomaram consciência e tudo que haviam construído dividiram. De maneira igual, para todos que trabalharam.



Sindicato pelego

Após o movimento de 1964, uma Junta Governativa baixou intervenção no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, da Região da Grande Florianópolis. Em 1966, três trabalhadores (mestres de obra), ligados ao governo, pleitearam junto à Delegacia do Trabalho, os cargos de presidente, secretário e tesoureiro no sindicato.

Um deles, era Pedro José da Cunha Filho, que, posteriormente, em 1972, foi eleito (sem chapa de oposição), para o cargo de presidente, no qual permanece até hoje. Durante este tempo realizou cursos de orientação, administração e educação sindical, na Secretaria do Trabalho.

Em 74 foi suplente remunerado, da Junta de Conciliação e Julgamento da Delegacia do Trabalho. Segundo Pedro, ele recebe os vencimentos, reajustados do tempo em que trabalhava,

além de gratificações, ajuda de custos e representação, o que dá um total de 8 mil cruzeiros por mês.

O QUE PENSA O PELEGO

CONTESTADO perguntou ao Pedro (PELEGO é igual aquele que defende, no sindicato do trabalhador, o interesse do patrão) o que achava do salário e das condições de vida dos trabalhadores da const. civil de Florianópolis. Eis o que ele respondeu: "Eu acho que os trabalhadores estão satisfeitos. Não há motivo para reclamação, pois o salário atual dá muito bem para o trabalhador se manter".

Sobre as reivindicações salariais ele disse o seguinte: "O aumento de 20% do reajuste salarial da data base de setembro, que o sindicato pleiteia no dissídio coletivo, está muito bom".

Entrevista

ENTREVISTA

NOME: Mário H. Silva.
PROFISSÃO: Pedreiro.
SALÁRIO: Cr\$ 2.700,00.
N.º DE FILHOS: Três.
IDADE: 3, 7 e 13 anos de idade.
CONTESTADO: O que você acha deste salário?
MÁRIO H. SILVA: "Tá ruço, não dá prá aguentar".
C.: Como você vê as possibilidades de melhorias?
M.: Depende dos "homens".
C.: Como você encara o sindicato?

M.: Não sei prá que serve, nunca ouvi falar.
C.: Com este salário (Cr\$ 2.700) e três filhos é difícil sobreviver?
M.: Tem que ser mágico, com despesas de luz, água, com toda esta carestia que aí está, a gente fica apertado.
C.: Você possui dois filhos em idade escolar, como vão seus estudos?
M.: A que tem 13 anos estuda no Instituto Estadual de Educação. Mas estão falando que no ano que vem, vão cobrar mensalidade. Ai eu não sei o que vai ser. A que tem 7 entra este ano, se a taxa de inscrição não for alta.

Depoimento

Antônio tem 48 anos, casado, pai de duas filhas, trabalha há um ano e sete meses em Florianópolis, na parte de acabamento da construção civil. Nasceu no campo, perto da cidade de Mafra e aí ficou até 15 anos de idade, trabalhando na lavoura com a família, plantando milho, feijão etc. No sevilugar aconteciam muitas brigas entre famílias e, numa dessas, Antônio esteve envolvido diretamente e teve que sair de casa. Daí em diante trabalhou num sem n.º de empregos, passando muito trabalho e lutando sempre para sobreviver. "Nesta época fui trabalhar num engenho de erva mate, como cilindreiro, onde fiquei dois anos e depois sai, porque ganhava muito pouco. Depois então trabalhei como peão na estrada de ferro, no trecho Mafra-Curitiba, arrastando toras de madeira e ainda como combustível da Maria Fumaça". Em 1955, casa-se com Maria de Lourdes, que passa a acompanhá-lo no seu trabalho. "Aí, eu já trabalhava como marroeiro, moendo pedra na BR 116. Mas não fiquei muito tempo não.

Fui trabalhar noutra empresa como cortador de pedra, pra casa de alvenaria, que eu ganhava muito mais e onde passei a ser pedreiro de minério. Com o meu salário, sustentava 6 pessoas, pagava aluguel, fazia rancho e ainda sobrava. Isso era em 1957". Após trabalhar 14 anos em madeira onde perdeu dois dedos de sua mão e ainda num mata-douro. Depois empregou-se como servente de pedreiro numa empresa da construção civil de Curitiba. "Como contratado desta empresa, trabalhei em Curitiba, aqui em Florianópolis e S. Paulo. Ganhava Cr\$ 8,50 a hora, fora as extras, com desconto no salário, do material que a gente usava pra trabalhar (bota, capacete, etc.). O alojamento era uma peça, 3 por 4,

onde dormiam 10 pessoas em beliches e a comida era boa. Acidente? Acontecia quase todo dia e de vez em quando morria um. Além disso dá muita briga também, e quando dá, os homens da segurança chamam a polícia. Aqui em Florianópolis, pouco tempo, aconteceu um caso assim, só porque um colega nosso discutiu com o encarregado da segurança, eles chamaram a polícia. Enquanto ela não vinha os homens da segurança ficaram cercando nosso companheiro, que continuava trabalhando normalmente. Quando apareceu a polícia a gente se uniu e disse para eles, "se vocês quiserem bater nele, batam mesmo. Mas antes vocês vão ter que bater em todo mundo aqui da construção. Ai eles não fizeram nada e foram embora".

Em S. Paulo, uma empresa despediu Antônio, através de uma trama urdida com seus papéis, ou melhor, pela manipulação destes. Aconteceu o seguinte: "Eu pedi transferência pra uma construção em Curitiba, porque é lá onde tenho minha casa. Então, fiz um vale pra poder viajar, assinei e entreguei pro mestre de obras geral que ficou de juntar com o documento da transferência. Daí o sujeito tirou uma cópia do vale junto com a papel, que eu pensava ser o da transferência, e me entregou num envelope fechado. Peguei o envelope e sai com pressa porque tinha que viajar. Mas, quando fui ler o documento, estava ali que eu tinha pedido demissão e, o pior, é que tinha a minha assinatura. Perdi tudo. Indenização, FGTS, férias. Depois disso, voltei novamente para cá, onde estou há um ano e pouco trabalhando no acabamento das casas da Eletrosul. Estou ganhando mais, mas hoje tá tudo mais caro. Pobre não tem vez".

O negro na sociedade atual lutando contra a opressão

Com a participação de centenas de pessoas, realizou-se em janeiro último na cidade de Criciúma, a 1ª Semana da Arte e da Cultura Afro-latinoamericana, da qual foi extraído um documento final, juntamente com a promoção de debates, atividades culturais, folclóricas e desportivas.

O Encontro foi promovido pelo Centro de Estudos da Cultura Afro-latinoamericana e do Grêmio de Jovens daquela sociedade. Ainda durante os trabalhos e demais atividades, foi registrada a realização de um Seminário, cujo tema foi "O Negro na Sociedade Atual". Um dos objetivos procurados, foi o de atingir e motivar ao máximo a comunidade Negra da região. Também houve a projeção do filme "Foi Assim" — um relato sobre a vida de Zumbi (vide matéria anexo) e das lutas pela libertação do Negro, nos primórdios da colonização do Brasil. Também foi exibido um documentário sobre a vida do compositor "Cartola" — da Escola de Samba Unidos da Mangueira.

DOCUMENTO

Ao final foi discutido e elaborado um documento pelos participantes do encontro, cuja integral vem a seguir:

"É hora. O negro brasileiro precisa encontrar sua verdadeira identidade. Não essa imposta por um sistema injusto e discriminatório, onde o Negro é colocado como elemento naturalmente inferior, sob retógra-

das teorias de que é vadio, ignorante e supersticioso por natureza, ingrato e de pouca responsabilidade. Não, o Negro precisa conhecer sua verdadeira história para combater, fundamentado em fatos, todas essas teorias racistas ultrapassadas, mas que continua sendo usada, afastando o Negro daquilo que todo ser humano tem como mais sagrado: SUA HISTÓRIA E SUA CULTURA.

Hoje, mesmo diante de realidade totalmente diferentes em termos gerais, em relação ao período pré-abolição, na vida do Negro pouco ou nada mudou. Continua, como sempre, ocupando a mais baixa faixa da sociedade. Marginalizado e esquecido, com poucas ou nenhuma oportunidade.

Por isso a necessidade da luta e a mesma, senão maior. Tirados das fazendas e jogados nas favelas ou guetos, o Negro ali encontrou seus iguais. Não Negros, mas também marginalizados. Excluídos também de uma efetiva participação nas riquezas do país. Excluídos do que produzem.

Dessa forma, hoje não luta mais o Negro, isoladamente, contra uma cadeia de circunstâncias que o oprime e explora. Agora ele tem toda uma faixa de marginalizados ao seu lado. Atualmente, o Negro não necessita mais lutar para ver-se livre dos grilhões de aço, do tronco ou do chicote, sozinho — mas sim ao, lado dos demais marginalizados, para se ver libertado das algemas da ignorância, das favelas, da desacultu-

ração de todo um sistema injusto e ultrapassado.

Essa luta para o Negro tem duas frentes: uma contra a discriminação social e outra contra a discriminação racial, de que é a única vítima. Felizmente, nos momentos atuais, o Negro conta com o apoio total de toda uma faixa de pessoas

que, também lutam pelas liberdades democráticas, no seu mais amplo sentido; pela liberdade de reunião, organização e expressão. Compete ao Negro, agora, unir-se à corrente democrática formada em todo o país e, a partir daí buscar a solução dos seus múltiplos problemas, como Negro e como marginali-

zado. Jamais, porém, deve pensar o Negro em soluções circunstanciais, em inversão de posições, em transformar-se de escravo em senhor, de empregado em patrão. Mas sim, lutar com o pensamento voltado para todos os seus iguais, Negros ou não."

Zumbi: a luta pela liberdade

A necessidade de expansão comercial européia fez com que o Brasil recém descoberto fosse utilizado como fonte exportadora de matéria-prima. Primeiro foi o açúcar. Porém, a necessidade de conseguir mão de obra barata levou os colonizadores a utilizarem o braço índio, para escravizá-lo. Ele resistiu e não ce- deu, apesar das matanças de mais da metade.

Isso fez com que os colonizadores, baseados na experiência com o braço negro, escravo, nas plantações de algodão dos Estados Unidos, trouxessem milhares de negros provenientes da África, para produzir o açúcar que era comercializado na Europa.

Também os negros resistiram, e não terminaram de fazê-lo até hoje (mesmo depois da "abolição"), pois na época, a reação mais simples era: a fuga para o mato, formando os QUILOMBOS. Repartindo entre todos, comunitariamente, a caça, os frutos, habitação, terra e liberdade, eles formaram verdadeiras resistências, que em pouco tempo — já entre 1602 e 1603, com Bartolomeu Bezerra — começaram a sofrer a perseguição dos coronéis e chefes da colonização estrangeira no Brasil.

QUILOMBO DE PALMARES

QUILOMBO DOS PALMARES representa a maior riqueza, e o mais importante reduto da luta contra a escravidão em toda a história brasileira. As guerras contra Palmares evidenciam a coragem e o engenho que o amor à liberdade incutiu nos Negros rebeldes. Resistiram por 65 anos através da guerra de movimento, com constantes locomoções, pois o que mais conheciam era o terreno onde se encontravam, utilizando-se inclusive de fortificações, verdadeiros responsáveis pelo rebaixamento imediato do moral das tropas colonialistas, fazendo cair em fuga até

experientes "bandeirantes paulistas".

Zumbi destacava-se ao lado de seu tio GANGA-ZUMBA, Rei de Palmares, por suas habilidades militares e seus anseios arraigados pela liberdade dos Negros escravos. GANGA-ZUMBA, preocupado com o número de mortes entre seu povo por causa das incursões e ataques, aceitou um tratado com o então Governador de Pernambuco, Aires de Souza e Castro, pelo qual os Quilombos teriam autonomia para comercializar seus produtos: (a produção dos Quilombos era enorme, abastecendo todos os seus habitantes, sobrando ainda uma parte que era trocada por enxadas, ferramentas nas vilas mais próximas, etc.). Também prometia o Governador, além de parcelas de terras, que os Negros não pagariam o fisco real — tudo isso em troca de uma coisa: "que os Negros depõem as armas".

GANGA-ZUMBA se rendeu e esta rendição viria ser desrespeitada por ZUMBI, que se entranhou nas matas, realizando operações rápidas, todas elas destinadas a libertar das fazendas o maior número possível de negros escravos. Vendo isso, o Governador ordenou uma expedição, que foi chefiada por Domingos Jorge Velho ("este homem é um dos maiores selvagens com quem tenho topado...", dizia o Bispo de Pernambuco).

Jorge Velho organizou um ataque à PALMARES, que depois de anos e anos de tentativa, conseguiu invadir as fortificações e exterminar multidões de Negros que haviam se libertado. ZUMBI conseguiu fugir com 20 negros, que pouco depois eram capturados, tendo ZUMBI decapitada a sua cabeça, e espetada numa vara quando foi exposta publicamente em Recife. Era o dia 20 de novembro de 1665. ZUMBI ESTAVA MORTO. "Na mágica obscuridade de seus rituais ocultos, os Negros de Pernambuco e Alagoas immortalizaram o grande líder".

Foi instalado em Santa Catarina no dia 25 de novembro do ano passado, o Núcleo do Movimento Feminino Pela Anistia, (MFPA), cujos objetivos políticos a serem atingidos, foram delineados durante a realização do Primeiro Encontro Nacional do Movimento, em São Paulo.

Neste encontro foi elaborado o Plano Piloto, destinado a "dar unidade e consistência ao Movimento que cresceu por todo país. Foram traçados como principais objetivos a serem atingidos, a "luta por uma Anistia Política Ampla. Eliminação dos Atos de exceção. Defesa dos Direitos Humanos. Convocação de uma Assembléia Constituinte com participação popular e a Defesa das Liberdades Democráticas".

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Seus objetivos específicos a serem atingidos pelo Movimento, através de seus núcleos em 9 Estados brasileiros, são os de levar à frente a Campanha Nacional Pró-anistia, acompanhar diretamente a situação dos presos políticos, cassados, banidos, exilados ou desaparecidos, e divulgá-los publicamente, consolidar e ampliar a formação de novos núcleos do MFPA, apoiar e desenvolver atividades frente às mais



Anistia é Liberdade

Movimento Feminino Pela Anistia

diversas entidades, e Associações que possuam objetivos comuns aos do MFPA, além de fazer do mesmo um canal de participação da mulher brasileira".

AS RAZÕES

A intranquilidade de milhares de lares desestruturados pela ausência de seus familiares, presos, exilados, banidos ou desaparecidos, assim como a inconformidade de crianças de todas as idades, privadas da convivência e apoio dos seus pais — são algumas das razões pelas quais as mulheres brasileiras estão se organizando dentro do Movimento.

Não é colocado para as mulheres do MFPA a luta contra o homem, mas sim a defesa de um programa democrático, que possa "pacificar a família brasileira". O MFPA motiva sua luta encima da insegurança em que se encontra a nação brasileira, face aos graves desrespeitos aos Direitos Humanos, a censura às publicações, a marginalização do Poder Judiciário, o impedimento à participação de vários setores (principalmente os populares) da vida política da nação, ao mesmo tempo em que tem, consciência do agravamento das contradições sociais".

A transformação da paisagem brasileira

O que nos chama atenção hoje, após um século de destruição sistemática dos recursos naturais, que os desenhos de Debret, onde retrata os aspectos mais significativos da paisagem brasileira, se encontram decorando museus, escolas, repartições e residências sem que as autoridades responsáveis pelo meio ambiente tomem conhecimento da grande transformação da paisagem brasileira, onde a natureza exuberante de nossos sertões despertava uma esperança de vida feliz para o povo.

De lá para cá, muitas coisas transformaram-se:

a) As matas foram derrubadas em grandes extensões:

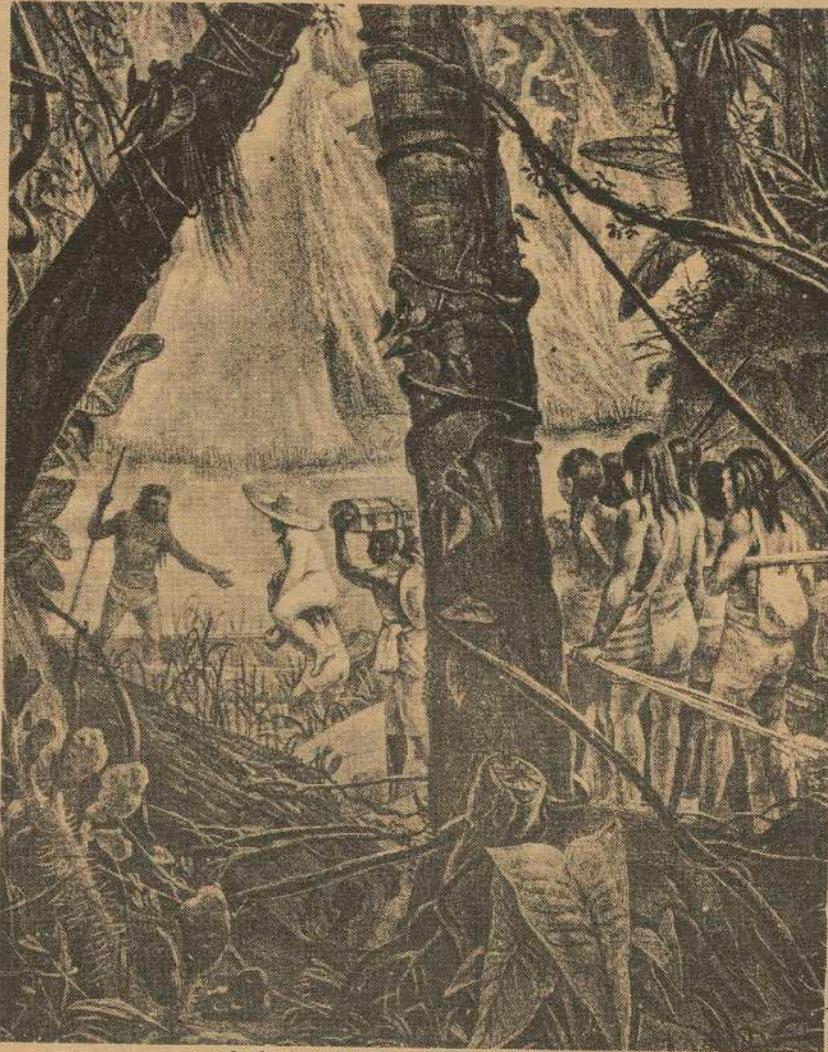
— Como sabemos, a mata assegura a normalidade da circulação da água, estabilidade do clima e a fertilidade dos campos agrícolas adjacentes, 27% da água das chuvas ficam retidas nas copas das árvores e se evaporam, resultando novas chuvas. O conjunto de raízes percorre o solo numa densidade incrível, segurando e acumulando a umidade. Até a profundidade de um metro cada hectare pode absorver 2000 toneladas de água. Quando a mata é derrubada, morrem as raízes e desaparece o humo. O solo perde sua capacidade de absorção e sua firmeza. A água das chuvas escorre e arrasta a terra consigo. O vento absorve a umidade, os efeitos favoráveis do clima florestal se perdem, a fertilidade e as safras diminuem.

Para evitar maiores prejuízos, é agora preciso aplicar dinheiro público em reflorestamento e obras hidráulicas. Gastando-se o dobro ou triplo do valor obtido pelos proprietários irrefletidos com a venda de madeiras. (Exemplificando)

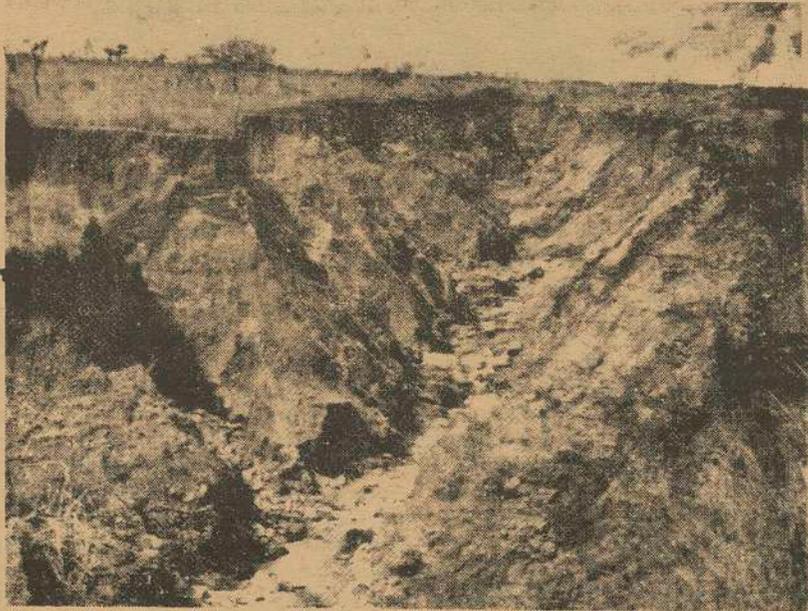
Também podemos concluir que a causa principal das enchentes ocorridas, principalmente em Tubarão e Blumenau é o desmatamento, e de nada adianta gastarem-se milhões de cruzeiros em represas para evitar enchentes. Pois se continuarmos nesse ritmo de devastação, num futuro bem próximo todos os rios terão represas para evitar enchentes. Haja dinheiro público.

b) A exploração mineral se intensificou:

— A busca do desenvolvimento, têm conduzido o homem a expandir



Assim era o Brasil no século passado...



...e assim está ficando hoje.

seus esforços e a retirar cada vez maiores volumes de recursos da natureza. O famoso Produto Interno Bruto (PIB) com crescente aumento em todo mundo resulta em grande parte da extração de minérios. Não havendo perspectivas de tempo, mas apenas o dia-a-dia das aspirações desenvolvimentistas. É o homem imediatista, cujo horizonte de tempo é sua própria geração.

O desgaste contínuo e progressivo dos recursos naturais se vem tornando mais grave com o avanço tecnológico, duas razões são fundamentais: a primeira é referente a rapidez com que se processa a extração de recursos e a segunda se relaciona com o alto poder de contaminação do solo e atmosfera.

c) As roças que se constituíram foram mais tarde transformadas em grandes culturas:

— Esse desmatamento causou grandes danos, tais como: ressecamento e erosão eólica, que ocorre principalmente no Paraná, Planalto Central inclusive Brasília, como em outras partes... Como sabemos uma pequena mata pode reduzir os ventos em 40%. Pois torna-se compreensível que safras de zonas protegidas por renques de quebra-vento sejam bem mais elevadas que as obtidas em campos abertos.

Não pretendemos nesse artigo esgotar as causas da transformação da paisagem brasileira mas procurar nos interrogar, com o mínimo exposto, pois como é de nosso conhecimento o homem como qualquer outro animal vive em interdependência com outros seres e com o meio ambiente.

Nunca devemos esquecer que vivemos numa sociedade de consumo, onde o homem seja cada vez mais rico e não cada vez mais feliz. A felicidade não consiste em possuir mais riqueza e sim em poder participar mais o bem-estar físico e mental com os demais seres, e o meio ambiente.

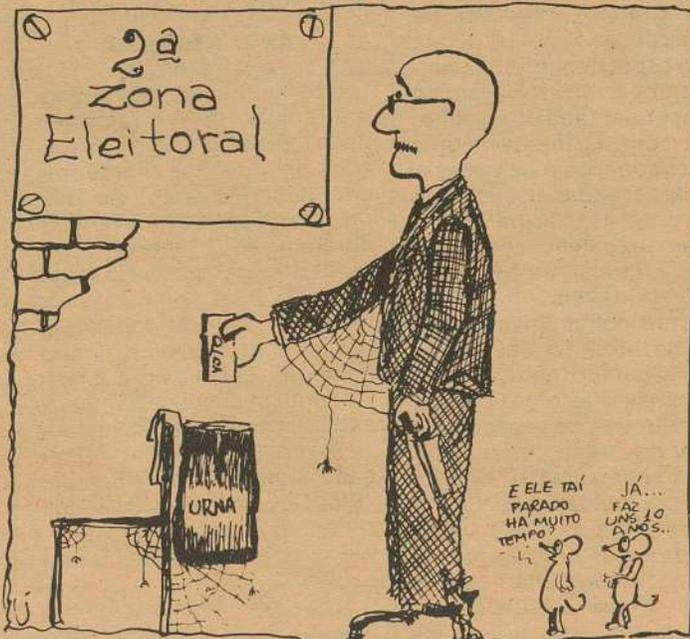
Vivemos numa sociedade de consumo, que acena enganosamente para que o homem seja cada vez mais rico, e não cada vez mais feliz.

Por Sérgio José Grando

O show da democracia relativa

O anúncio feito recentemente pelo presidente Geisel, segundo o qual seu sucessor será o general João Batista Figueiredo, não causou surpresas a Nação. Pelo contrário, todos já temiam que assim ocorresse. Estas cenas se repetem há 14 anos, e como das vezes anteriores, o povo - principal interessado no assunto - foi mantido com severidade à distância.

Diante do episódio, convém lembrarmos que o conceito da democracia não permite dúvidas, nem tampouco adjetivos. O dicionário é bastante claro ao defini-la como "regime de



governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral". E como ato eleitoral pressupõe a existência de eleitores, isso significa que os eleitores, de fato, devem votar. Não há portanto, ato eleitoral numa ação que exclui eleitores.

Porém, no Brasil, país de 116 milhões de habitantes e 46 milhões de eleitores, apenas um vota na escolha do presidente da República. Assim o processo, desde 1960, data da última eleição direta para o cargo.

E o que se sabe do futuro presidente Figueiredo? Quase nada, além de ser um homem que gosta de cava-

los, usa óculos escuros e tem o recente hábito de falar aos repórteres sobre variadas questões.

Na área estadual, onde velhas intrigas de velhos políticos são ressuscitadas numa disputa feroz pela nomeação do futuro governador, a situação reflete apenas o que ocorre nos demais Estados. Diante da ameaça de perder o privilégio de conviver com o poder, grupos de interesses se asanham, barganham e decidem. E aos políticos, forjados nesse clima, cabe apenas bater palmas. Como espectadores de uma comédia.

No Pasto do Gado: o começo da resistência

O Governo Estadual vai gastar 100 milhões para construir um estádio de futebol. Mas, para os moradores desapropriados daquela área, reservou apenas promessas e ameaças.

No imenso descampado, em local que o povo chama Pasto do Gado, a paisagem é hoje dominada pelo marrom da terra solta, e por possantes máquinas de terraplanagem. Quase ao meio, ilhada, uma pequena propriedade com 3 casas modestas, e o verde de algumas plantas e árvores.

As máquinas se movimentam numa vasta área, destinada à construção do futuro estádio estadual de futebol. Na pequena propriedade cercada, moram Olindino dos Santos, pedreiro, sua esposa Altiva, mais 5 filhos.

Antes, no Pasto do Gado, moravam mais de 100 famílias, como as de Olindino e Altiva. Muitos moravam ali durante mais de 10 anos. Se instalaram na área, em geral com o expresso consentimento das autoridades, embora não tenham documento de posse.

Todos tinham espaço suficiente para criar animais, plantar em pequenas hortas, ou para o lazer simples das crianças.

A vida dessas 100 famílias — em geral numerosas — corria igual, com dificuldades de todo lar pobre, com o trabalho e a luta de sempre pela subsistência. Até que o governo estadual resolveu empreender a construção de um gigantesco estádio de futebol, e a área escolhida foi o Pasto do Gado.

PROMESSAS E AMEAÇAS

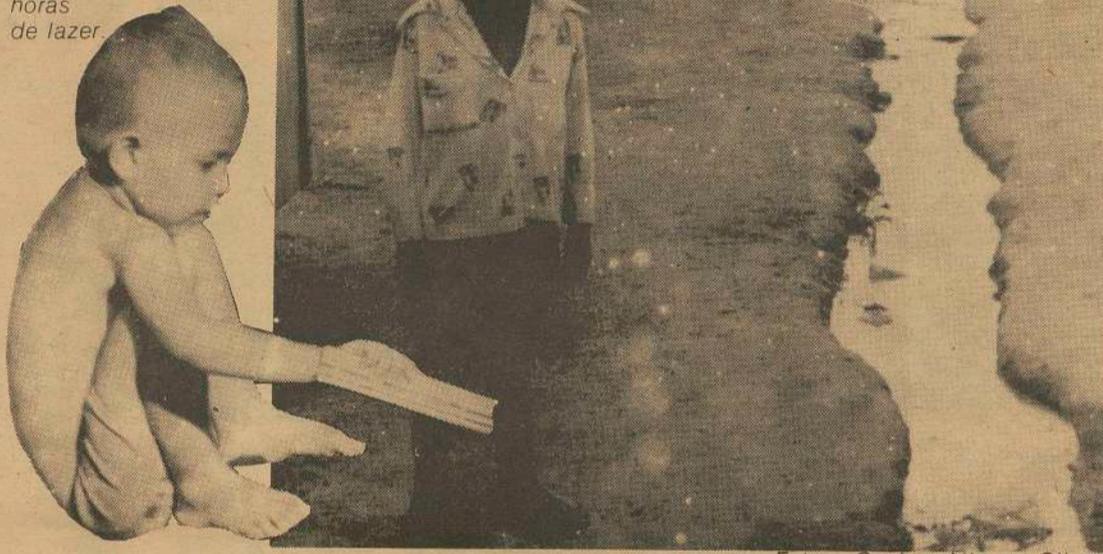
Para o governo do Estado, os moradores eram simplesmente "invasores", o que tornava possível o despejo de todas as famílias, puro e simples. Contudo, a própria construção do estádio era e é discutível, como prioridade de governo. E a atual administração estadual não quis correr o risco de praticar a violência de, simplesmente, desalojar à força, sem nenhuma compensação, deixando ao relento uma centena de famílias.

Dai a decisão de construir, nas proximidades, uma vila de mais de 100 casas de madeira, pra onde seriam transferidos os ocupantes do Pasto do Gado.

As manobras para obter a retirada dos moradores da área começavam com propostas macias de muitas promessas: todos iriam morar perto, em casas novas, com água e luz gratuitas. Para os mais desconfiados, a tática era mais incisiva: ameaças de envolver a polícia na operação ou simplesmente de derrubar as antigas casas.

Poucos resistiram, diante dos engodos, ou das intimidações. Bastava o caminhão de mudança se afastar, e os tratadores punham abaixo as antigas

Na falta de espaço resta à garotada as estreitas ruas alagadas pelas águas e detritos das fossas mal construídas, onde os perigos de contaminação fazem parceria nas horas de lazer.



Fotos: Carlos Alberto Silva

casas, as cercas, as árvores. Tudo foi feito com rapidez, para evitar arrependimentos.

SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA

Entre os poucos que ficaram, Olindino e Altiva dos Santos constituem um símbolo de resistência. A família Santos nunca deixa sua propriedade sozinha. Pouco importa o barulho, a poeira ou a lama, e até mesmo parecerem prisioneiros em sua própria casa.

Pouco importa, também, as pressões a que estão sujeitos, o corte de água, as visitas intimidadoras, as ameaças de derrubar tudo com as máquinas.

Olindino e Altiva se apegam com firmeza ao que consideram ser direito seu: sair de lá, sim, mas para um local em que as condições de conforto e espaço sejam ao menos iguais ao que hoje possuem. E seguramente, a vila construída pelo governo não dispõe dessas condições mínimas.

A VILA

A vila construída pelo governo é um conjunto de mais de 100 pequenas casas de madeira. Elas medem em geral 4x4 m. Não têm divisões internas, e nem é permitido levantá-las.

O espaço que separa as casas é reduzido — cerca de 2 metros. As instalações sanitárias foram construídas entre uma casa e outra. A fossa é um

buraco comum de pouca profundidade. Um buraco serve a duas privadas.

As casas têm só torneira, externa. Não há chuveiro. A falta d'água é constante, apesar da presença de um grande reservatório da Casan, a menos de 500 metros da vila.

Recentemente, o governo construiu uma pequena fossa de cimento, de 50 cm. de profundidade, para receber a água usada de pia, resíduos de comida, etc. Mas da fossa a água escorre para a rua ou aos pátios das casas, permanecendo no chão, onde as crianças brincam, as mulheres trabalham, os moradores andam continuamente.

Um grande chiqueiro de porcos, ao lado da vila, ocupa amplo espaço, que serve também como depósito de lixo de um supermercado do Estreito. Junto com as fossas negras das privadas, com as poças e valetas de águas usadas nas casas e que não têm para onde escoar, expelem constante mau-cheiro e se transformam em formidáveis focos de doença e contaminação, domínio de ratos, moscas e baratas. É proibido levantar cercas. As estreitas ruas — cerca de 2 metros — é o espaço para o lazer das muitas crianças.

Uma representante do governo, chamada Zaira, é uma espécie de autoridade local. Ela veta a construção de cercas ou divisões internas nas casas, proíbe a criação de animais, zela pela ordem no

conjunto. Ela é detestada pela população da vila, e é comum andar acompanhada de policiais.

O governo não construiu escola, creche ou posto de saúde. Mas não esqueceu de instalar numa das casinhas um posto policial.

Há um esforço deliberado do governo para tornar a presença dos moradores da vila a mais provisória possível. Até mesmo as pequenas mercearias que servem à comunidade sofrem ameaças permanentes de fechamento. A intenção do governo é promover, ainda este ano, uma nova transferência dos moradores do Pasto do Gado, desta vez para Forquilha, em São José.

APRENDENDO A RESISTIR

E como reagem os moradores diante dessa possibilidade? É certo que as condições de vida dos moradores em geral pioraram. As promessas de água e luz gratuitas duraram só 2 meses, pois esses serviços passaram logo a ser cobrados, como é assinado por Lauro M. Ferreira e sua mulher Gema, e confirmado por outros moradores.

Ninguém esquece, também, as ameaças. Gilmar Castanho, 10 filhos, servente desempregado, lembra a família Santos: "Eles agiram certo. Se todos se unissem e não saíssem, todos estariam em melhor situação".

A luta de Olindino e Altiva é observada à distância, mas

com admiração pelos moradores da vila.

Uns, como João Cândido de Deus, 64 anos, têm apenas a intuição de que foi enganado e lesado nos seus direitos. Outros, como Rosa Silveira, são capazes de perguntar porque o governo, ao invés de construir um estádio, não constrói uma escola ou um hospital?

Mas a experiência dos moradores da vila serviu para mostrar que não podem confiar nas promessas do governo. Ninguém quer sair do Pasto do Gado, ainda que as condições de vida, moradia, saúde e lazer sejam tão precárias e adversas.

Todos estão dispostos a resistir — e de novo se lembram da luta da família Santos. E se recusam a assinar o documento que legaliza a posse transitória das casinhas, e que expressa a aceitação de uma nova transferência, pelos moradores.

Os moradores do Pasto do Gado, não só descobriram que lhes foi prejudicial confiar nas promessas do governo, como também a necessidade de estarem unidos, pois que, resistir só pode ser compensador.

Como diz Vânio de Souza, se ninguém assinar o documento, se todos se unirem, ninguém sairá.

PARA MAIS LONGE

Das várias razões alegadas pelos moradores de não irem para Forquilha, a principal é que todos se sentem iludidos em sua boa-fé. Como acreditar em novas promessas? Como esquecer as ameaças?

Depois, o Pasto do Gado, mal ou bem, está mais próximo aos locais de trabalho, escolas, etc. O deslocamento para Forquilha significará mais um gasto (transporte), elevado para os já insuficientes orçamentos.

Além disso, terão de pagar o terreno e as instalações sanitárias, com os intermináveis financiamentos do BNH; e terão de dispor de mais dinheiro para construir suas casas. E é corrente a versão de que o novo local está sujeito a alagações.

E como disse uma moradora da vila: "Se sairmos daqui e formos para Forquilha, amanhã quererão nos levar ainda mais longe".

OBS.: os nomes dos moradores são fictícios para evitar represálias contra os mesmos.

Por André Michel Deser e Ivã Maranhão

Questão social ainda é questão de polícia

FATO 1 - : Apesar de ser sua obrigação contratual, a empreiteira Mendes Jr., que constrói uma das etapas do Metrô do Rio, deixou de fornecer um jantar, um café da manhã e um almoço aos seus operários. A fome levou os operários a protestar, e do protesto resultou a prisão de um trabalhador. A empresa nada sofreu.

FATO 2 - : Os operários de um grande e luxuoso conjunto de prédios no Rio, o Novo Leblon, na Barra da Tijuca, irritados com a péssima qualidade e o alto custo da comida fornecida pela construtora, destruíram a cozinha do alojamento. Alguns líderes do movimento foram detidos, depois que a polícia foi chamada. O delegado regional do Trabalho prometeu providências. E tudo ficou só nas promessas.

FATO 3 - : Operários da Serviços Gerais de Engenharia S/A (SERGEN) foram presos pelo "crime" de protestarem contra a falta de pagamento do 13º salário. Ironia: os operários trabalhavam nas obras do Palácio da Justiça de Belo Horizonte-MG. Os operários que protestaram foram demitidos sumariamente pela SERGEN.

FATO 4 - : Seis membros da chapa de Oposição nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio foram impugnados pela Delegacia Regional do Trabalho. O veto é arbitrário, ou seja, não se apresentaram razões para a decisão.

FATO 5 - : Pela sexta vez consecutiva, as eleições do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina (Criciúma), foram adiadas, a pretexto de que a chapa de Oposição, mais combativa e consequente, havia "violado

a liberdade dos eleitores". (Ver matéria da página 3 deste jornal).

FATO 6 - : O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, afirmou que as reformas políticas em 78 "pouco afetarão o sistema sindical".

A simples leitura desses fatos, todos recentes, mostra que, como nos tempos de Washington Luiz, a questão social continua sendo questão de polícia. E a afirmação do ministro do Trabalho demonstra mais, que não é intenção do governo mudar essa concepção, que vigorava antes de 1930.

Mostra ainda, qual o verdadeiro caráter das "reformas" pretendidas pelo governo. Pois a liberdade sindical, com todas as suas consequências — direito de livre negociação entre patrões e empregados, ausência de vetos a nomes de candidatos a postos sindicais, liberdade dos trabalhadores para se organizarem e reivindicarem sem interferência de forças policiais, e principalmente direito de greve — é um capítulo fundamental das liberdades democráticas, e da vigência plena do regime democrático.

Forma simples de participar

Todos os homens (a sociedade em geral) estão na dependência das decisões políticas tomadas por alguns homens, os que estão no poder. Esta minoria decide por todos, a respeito de salários, saúde, habitação, alimentação, impostos, educação e lazer.

É no entanto, todos têm o direito e até mesmo a obrigação de participar, influir, perguntar, conhecer.

É a minoria de homens que está no poder, portanto, que decide sobre a forma e o sistema de vida e até mesmo sobre o futuro de milhões de pessoas.

Um primeiro passo de participar da política é tomar conhecimento dos problemas que afligem as pessoas que trabalham por um salário que mal dá para a subsistência, e dos direitos que todo o ser humano tem, de lutar para sair de uma situação de injustiça. Lendo **CONTESTADO**, reunindo-se em pequenos grupos para discutir os temas e assuntos abordados, e esclarecer em conjunto as dúvidas, é uma forma simples de conhecer os problemas e dificuldades comuns, e começar a valorizar a participação política e democrática.

Através dessas discussões em grupo as idéias vão se tornando mais claras. Se não for possível — e sempre é — reunir um grupo, isso poderá ser feito no âmbito da própria família.

A partir dessa forma simples de participação, as classes mais oprimidas alcançarão a consciência dos seus próprios problemas, direitos, e das próprias forças para a luta pelo direito de uma vida com melhores salários, moradia, saúde, alimentação, educação e lazer. A luta por uma sociedade mais justa.

Esclarecimento

Na edição anterior do **CONTESTADO**, a matéria sob o título de "Saúde para poucos e doenças para milhões", foi baseada num pronunciamento feito na Câmara Federal pelo Deputado **JAISSOM TUPI BARRETO**.



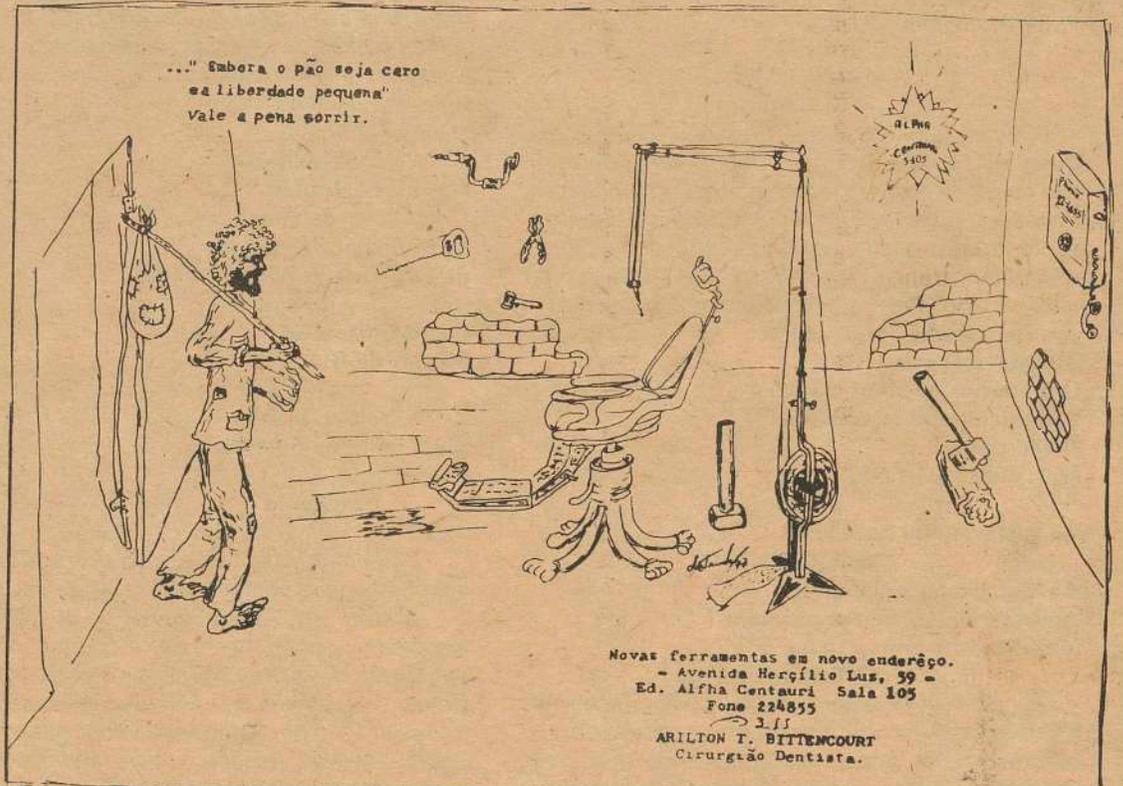
Expediente

CONTESTADO é uma publicação da Empresa Jornalística Tupiniquim Ltda. Administração e redação à rua Conselheiro Mafra, 96 - Edifício Jaqueline - conjunto 308 - Florianópolis-SC. Redação e colaboradores: Aldo Grangeiro, Agenor Briguenti, Celso Martins da Silveira Júnior, Cesar Valente, André Michel Deser, Fernando Barros, Flávio Fernandes, Ivam Maranhão, Luiz Carlos Cancellier, Iara Maria Germer, Paulo Roberto da Silva, Margarete Grando, Rogério Teixeira Figueredo, Jairo Schmidt, Sérgio Uliano, Sérgio José Grando, Valdir Alves.

Diagramador: Clóvis Paschoal Medeiros
Arte final: Neri Ramos

Todos os artigos assinados são de responsabilidade dos autores e, os não assinados do conselho editorial.
Conselho editorial: Valdir Alves, Luiz Carlos Cancellier, Sérgio Uliano.

CONTESTADO foi composto e impresso nas oficinas do Jornal **O ESTADO**, rodovia SC-401, Saco Grande - Santa Catarina.



Estamos respondendo algumas cartas recebidas, e prometemos para a próxima edição, dedicar um espaço maior, quando estaremos aumentando o número de páginas para 16.

Amigos, **Contestado** tá na mosca. Em frente. Ele será divulgado por aqui. (Luiz Edson Fachin - Curitiba - Paraná)

R: Fachin, agradecemos tua colaboração. Os poemas enviados, serão aproveitados em oportunidades próximas.

* * *

Vocês estão criando um jornal de bom nível, simples e de discussão... (Machado W. Paris)

R: Enviaremos carta especificando a colaboração.

* * *

Gostaria de parabenizá-los pela publicação, certo que ela chega tarde ao público catarinense que, há muito, precisava de alguma coisa assim... (Wilmar D'angelis - Xanxerê - SC)

R: Wilmar, agradecemos o informativo "Luta Indígena". Aguarde correspondência.

* * *

Dá para sentir que **CONTESTADO** desta forma cairá no campo da repetição, ficando sujeito a muitas despesas e pouco terreno conquistado... (O.T. Soares - Estreito - Florianópolis)

R: Tuas críticas somarão-se a muitas outras nesta mesma questão, o que foi de grande valia para enfrentarmos o verdadeiro trabalho que cabe a uma imprensa como esta. Quanto ao texto enviado, pedimos nova correspondência para discuti-lo pessoalmente.

* * *

Feliz com a publicação do **CONTESTADO**, espero apenas que este venha a dar mais peso a questão catarinense. (Carlos A. Neves - Florianópolis)

R: Este é nosso objetivo, Carlos, e estamos montando todo o trabalho para este fim.

* * *

Veio em boa hora o **CONTESTADO**. É o tipo de imprensa que realmente estávamos precisando. (S. N. Matos - Criciúma)

R: Será com a colaboração de vocês que chegaremos lá, Matos.

* * *

Esperamos que **CONTESTADO** firme-se como órgão de imprensa independente dentro de Santa Catarina. (Jornal O Acadêmico - Blumenau, SC).

R: Agradecemos a divulgação e, estamos prontos para a troca de colaborações.

E não nos estragaremos senão pelas liberdades

Dizem que

aqueles que quiserem romper um muro de pedras com a cabeça rompem apenas suas cabeças. Nada mais falso do que isso, porque enquanto a cabeça do homem puder pensar, e pôr em prática esse seu pensamento, não há muro, por mais duras que sejam as suas pedras, que resista a força do pensamento.

E hoje, no Brasil, esse muro encontra-se mais sólido que nunca, em face da inibição imposta pelo Movimento Político-Militar de 64, a todos aqueles que, de uma forma ou de outra tentam derrubá-lo. Praticamente todos os centros de cultura, poetas, jornalistas, escritores, sociólogos, políticos, líderes sindicais etc. etc. que tentaram através de escritos ou atos darem voz às manifestações legítimas do povo foram exilados, presos, enfim, afastados de suas atividades.

Hoje, quando já se passaram mais de 13 anos de total isolamento, novamente se formam fileiras para a derrubada desse muro, aparentemente intransponível.

E cabe a todos nós que ficamos, mais os que regressam, todos juntos, derrubá-lo.

Certo é de que os governos não gostam de jornalistas, de poetas, dessa "gente", porque eles provocam, discutem, querem falar de povo, de gente sofrida, de vidas novas que estão crescendo em outros lugares, de modelos diferentes, de classes que se organizam e impõem suas vontades.

Mas, justamente, essa é a função dessas pessoas, de traduzir, decifrar esses anseios, estas aspirações libertárias, e pô-las nos poemas, nas canções, em grandes reportagens.

É necessário pôr em uma página de papel toda a esperança de um povo. É, também, retratar o dia-a-dia amargurado do trabalhador que logo ao amanhecer prepara a sua marmitta para ir ao trabalho, trabalho duro, mal pago, escravizado. É ter a sensibilidade de poder sentir o drama do lavrador injustiçado que vê o seu trabalho verter em lucros para o patrão latifundiário.

"Lavra - terra - ara

Mãos

que não
são

mais suas.

Assalariados, parceiros
meeiros
vaqueiros
posseiros

Lavra-a-dor

Em plena - plana - terra

ara

erra

(C. Cardoso)

Criticar. Não importa as pressões. Sempre que alguém se dispõe a fazer um trabalho sério, de valor, irá se defrontar com pressões de grupos econômicos, de pessoas influentes que tentarão impedir a realização. Tanto o jornalista quanto o poeta ou o escritor se depararão com esses problemas. Mas, devemos ter em mente que só temos um compromisso: com o povo e sua realidade.

"E contava tão alto

Que muitos pássaros o seguia
Para escutarem maravilhosos
O seu cantar.

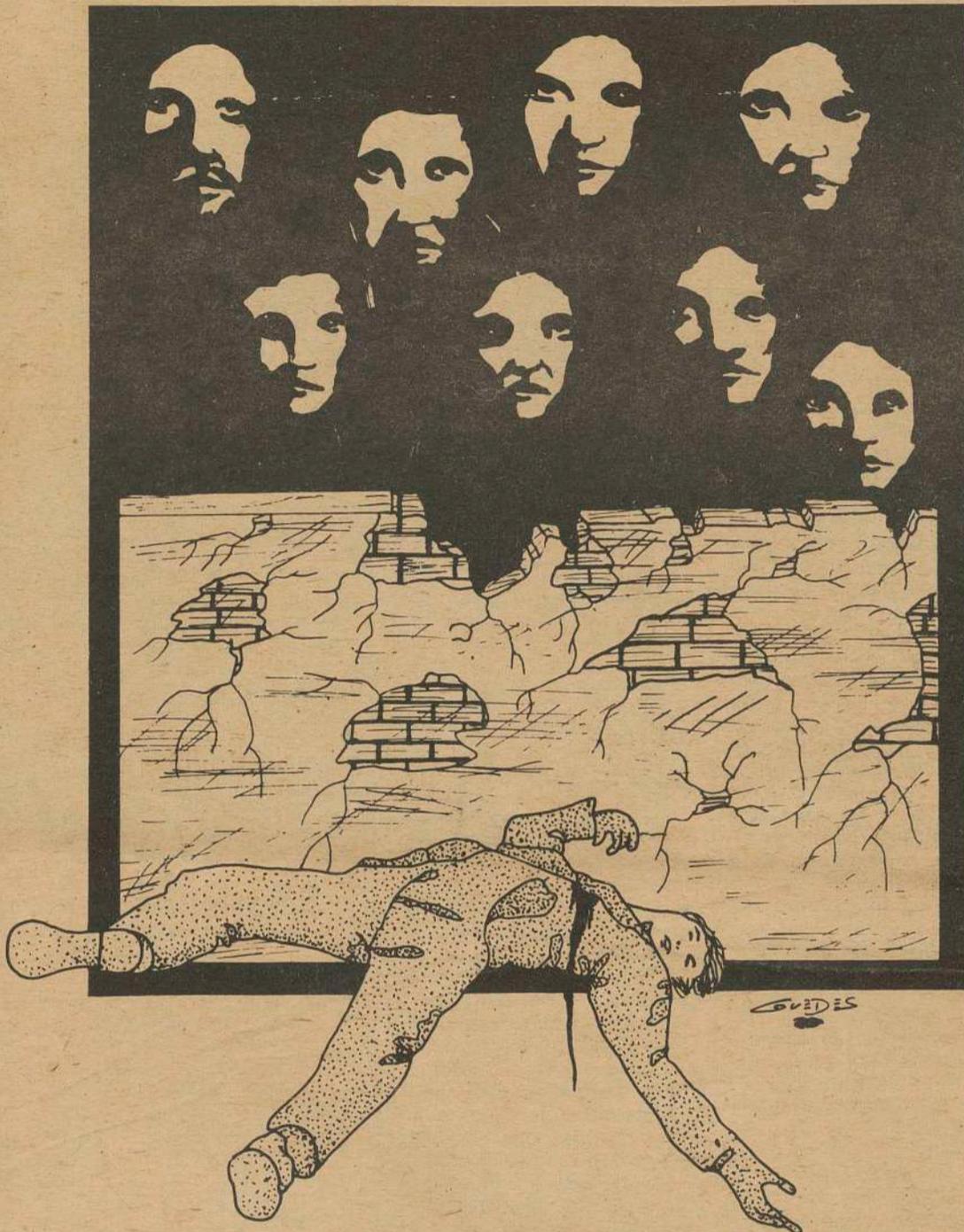
Mas, outros pássaros grandes
e vazios

Não gostavam do seu cantar
verdadeiro

Tão alto, tão forte, tão belo.
E usando violência o prenderam
Numa enorme gruta escura"

(Inês Mafra)

O nosso povo precisa mais é de pessoas que tenham a coragem de denunciar, de retratar a verdade. Estes sim, ficarão na memória do povo, com seus versos simples, objetivos, sem aquela aureóla de



grandeza comum aos poemas burgueses, que se destinam simplesmente a agradar às classes dominantes.

As formas, as métricas, regras e normas poéticas assumem uma importância irrelevante diante de um verso livre, sincero e cru.

"Corpos deitados

semi-nus

Nas frias calçadas

de cimento

Semi-nus maltrapilhos
de frio. Que as noites geladas
de outubro

Castigam sem dó

Mortos de frio

De fome

De dor

Meia noite na rodoviária

Corpos nus

Deitados

Mortos"

O poema se torna uma arma de transformação na medida em que enfoca os desejos de seu povo.

Durante a guerra de libertação de Angola do colonialismo português, eram recitados poemas de Agostinho Neto, que depois se tornaria presidente. Quando os partidos de unidade popular se uniram no Chile em 1970 para eleger Salvador Allende, o poeta Pablo Neruda recitava seus poemas políticos-revolucionários para milhares de camponeses das

minas de cobre, e no Brasil, em 1971 os estudantes de São Paulo nas ruas cantavam os versos do compositor Gerald Vandré.

"Na cozinha o almoço
necessário
do
homem:
democracia arroz liberdade
beijos e feijão"

(Raimundo Caruso)

É por isso que pouco-a-pouco, esse "aparentemente intransponível" muro de pedras será derrubado. Por todos aqueles que falarem de esperanças, de um novo mundo, de paz, de justiça, de igualdade. Será derrubado pelas próprias classes de que falam os poetas. Será derrubado por aqueles que não se calarem.

Declaro
que somos infinitamente poetas
destes horrores

tropicais.

E não nos entregaremos
senão pelas liberdades
de comer/repartir/viver

(Carlos W. D. Martins)

Por Luiz Carlos Cancellier